

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO **206** Jan.-jun. 2024

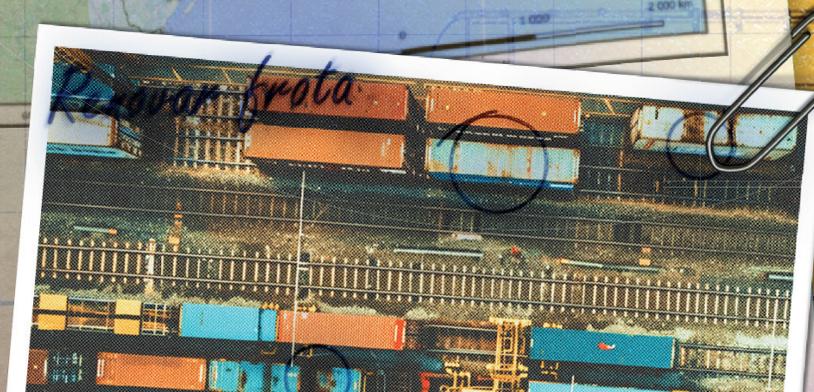
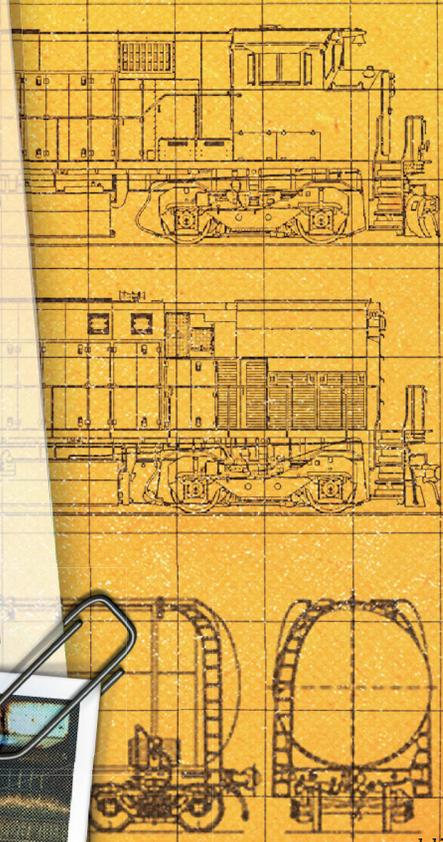
Paulo Resende
Infraestrutura logística no Brasil e as
perspectivas para 2025

Análise da dinâmica de
desenvolvimento regional

Desenvolvimento e saúde: o modelo de
governança do Sistema Único de Saúde (SUS)

EDGARD PORTO

PERSPECTIVAS SOBRE A LOGÍSTICA E TRANSPORTE NA BAHIA E NO BRASIL



Reservar frota

C&P 206 *jan./jun. 2024*
C O N J U N T U R A & P L A N E J A M E N T O

INSTITUCIONAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Jerônimo Rodrigues Souza

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Cláudio Ramos Peixoto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE ESTUDOS
Edgard Porto Ramos

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA
Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS
Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS
Rodrigo Barbosa de Cerqueira

FICHA TÉCNICA

Diretoria responsável
Diretoria de Indicadores e Estatística

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanais

Editoria Científica
Luiz Mário Ribeiro Vieira
Elissandra Alves de Britto

Conselho Editorial
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio, Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gervásio Ferreira dos Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena Araújo, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

Corpo Técnico
Arthur de Souza Cruz
Carla Janira Souza do Nascimento
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Rosângela Conceição
Zélia Maria de Carvalho Abreu Góis
Pedro Henrique Ferreira Matos (estagiário)

Editoria de Arte e de Estilo
Ludmila Nagamatsu

Normalização
Eliana Marta Gomes da Silva Sousa, Patrícia Fernanda Assis da Silva

Revisão de Linguagem
2Designers

Projeto Gráfico
Nando Cordeiro, Vinícius Luz

Capa
Vinícius Luz

Ilustrações
Vinícius Luz, Beatriz Viana (estagiária)

Editoração
Alderlan Oliveira

A Conjuntura & Planejamento é uma publicação semestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Todos os números podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu Publicações SEI.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita.

Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's Periodicals Directory* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 2 (jun. 1994) -. Salvador: SEI, 2024.
n. 206
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
Cep: 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**6 ECONOMIA EM DESTAQUE**

DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA
BAIANA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024

Arthur Cruz
Carla do Nascimento
Elissandra Britto
Rosângela Conceição

32 ENTREVISTA

PERSPECTIVAS SOBRE A LOGÍSTICA E
TRANSPORTE NA BAHIA E NO BRASIL

Edgard Porto

ARTIGOS**45 ANÁLISE DA DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA
APLICAÇÃO DO MÉTODO SHIFT-SHARE PARA AS MESORREGIÕES
DO ESTADO DA BAHIA NO PERÍODO 2010-2021**

Kaiza Correia da Silva Oliveira

**69 DESENVOLVIMENTO E SAÚDE NO BRASIL: O MODELO DE
GOVERNANÇA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)**

Camila Valverde Santana Greve
Renato Barbosa Reis
Carolina de
Andrade Spinola

**85 CIDADANIA E DESIGUALDADE NO BRASIL: REFLEXÕES
SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS
IMPACTOS NA REDUÇÃO DA POBREZA**

Walter Barretto Jr.
Raique Lucas de Jesus Correia
Luiz Eduardo de Sousa Ferreira
José Euclimar Xavier de Menezes

110 PONTO DE VISTA

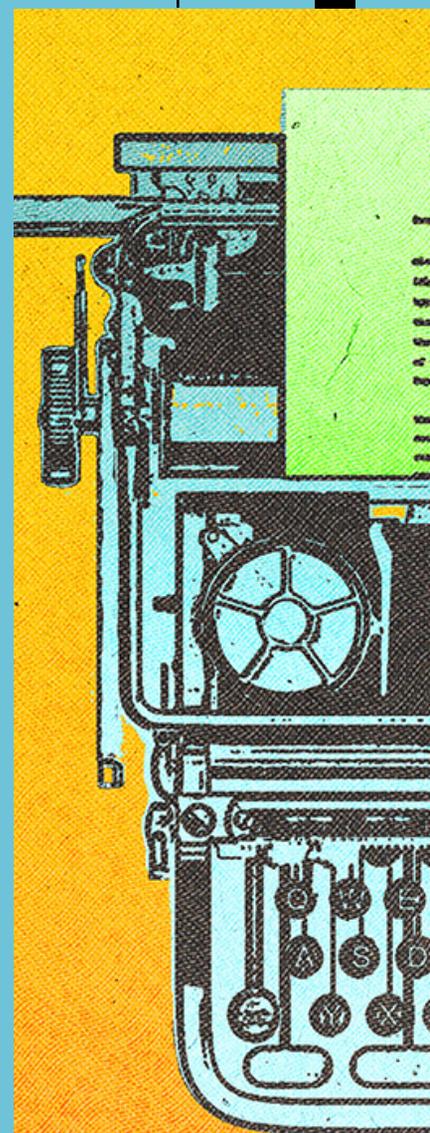
INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA NO BRASIL E AS PERSPECTIVAS PARA 2025

Paulo Resende

114 LIVROS**116 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****INDICADORES CONJUNTURAIS**

126 INDICADORES ECONÔMICOS

134 FINANÇAS PÚBLICAS



CARTA DO EDITOR

A edição de número 206 da revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P) traz a análise da atividade econômica para o primeiro trimestre de 2024, período de pressão inflacionária e forte aperto monetário. Enquanto os trabalhos apresentados na seção de artigos trazem uma discussão mais estruturante.

Nesta edição, a análise da equipe de conjuntura aponta crescimento, a despeito do período inflacionário, na atividade econômica no âmbito nacional e estadual. De acordo com as informações apresentadas, na comparação entre o primeiro trimestre de 2024 com o mesmo período anterior, a atividade no Brasil aumentou 2,5%. Na Bahia, esse crescimento foi de 2,9%, refletindo especialmente o crescimento do setor de serviços e do setor industrial.

Entre as contribuições, destaca-se, na seção *Ponto de Vista*, a reflexão do professor Paulo Resende. Dentre a sua vasta experiência, tem-se o de ser coordenador do Núcleo de Infraestrutura, Supply Chain e Logística da Fundação Dom Cabral e pesquisador responsável pela Plataforma de Infraestrutura em Logística de Transportes. Na sua fala, Resende traz importantes pontos sobre infraestrutura logística no Brasil, ressaltando as perspectivas para o ano de 2025. Para ele, “a infraestrutura logística no Brasil tem adquirido ao longo dos anos um protagonismo cada vez maior dado o seu potencial de indução do crescimento, assim como de melhoria da produtividade e da competitividade do país interna e externamente”. E que essa ação é extremamente importante, levando-se em consideração que, dentre as 20 principais economias do mundo, a do “Brasil é a única que não mantém uma posição no quartil superior das que mais investem em infraestrutura na relação com o PIB”. A título de perspectiva, defende que a sustentação de investimentos em infraestrutura de transportes nos próximos 15 anos é fundamental para os ganhos de produtividade, sendo o primeiro passo não só para a solução dos gargalos e tempos excessivos no escoamento dos bens e serviços, mas também para atender a uma demanda reprimida.

A seção *Entrevista*, por sua vez, traz a participação de Edgard Porto, doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional, e diretor de Estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Porto é um profundo conhecedor das complexidades na área da logística. Na sua interlocução, ele analisa os resultados e soluções do Programa Estadual de Logística de Transportes (PELT), implantado pela Bahia em 2023. Além disso, aborda o Plano Estratégico Ferroviário do

Estado da Bahia, elaborado no mesmo ano pela Fundação Dom Cabral (FDC) por iniciativa da Seplan e CBPM. Ele também apresenta perspectivas de crescimento econômico e integração regional para a Bahia, considerando o volume de investimento previsto em logística e infraestrutura de transportes. Outros aspectos relevantes ao cenário logístico local, regional e nacional também são discutidos. Porto destaca a importância de projetos tanto em âmbito nacional quanto estadual, enfatizando a necessidade de atenção especial para enfrentar a pobreza e atrair investimentos intensivos em mão de obra qualificada, alinhados às condições tecnológicas atuais e com foco na preservação ambiental.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Camila Valverde Santana Grave, Renato Barbosa Reis e Carolina de Andrade Spínola intitulado *Desenvolvimento e saúde no Brasil: o modelo de governança do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Nesse trabalho, os autores têm como proposta apresentar a evolução dos conceitos sobre o tema desenvolvimento e identificar o entrelaçamento com a questão da saúde. Tem-se, também, o trabalho intitulado *Análise da dinâmica de desenvolvimento regional: uma aplicação do método shift-share para as mesorregiões do estado da Bahia no período 2010-2021*, de Kaiza Correia da Silva Oliveira. Nele, a autora buscou analisar a evolução e desenvolvimento do tecido produtivo baiano sob o prisma das recentes mudanças, através do exame das dinâmicas apresentadas pelas mesorregiões, identificando as alterações nas atividades produtivas a partir da aplicação do método diferencial-estrutural *shift-share*, com base nos dados do emprego formal para o período entre 2010 e 2021.

Assim, a edição 206 da C&P oferece discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em 2024. Nesse aspecto, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), sem a pretensão de esgotar o assunto ou emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que vão afetar a economia nos âmbitos nacional e estadual nos próximos meses.



DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BAIANA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024¹

Arthur Cruz

Especialista em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs), graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0004-8308-404X>. arthurcruz@sei.ba.gov.br

Carla do Nascimento

Mestra em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/00009-0007-2320-6844>. carljanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto

Mestra em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0009-8434-9309>. elissandra@sei.ba.gov.br

Rosângela Conceição

Mestra em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs), especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0004-9657-2309>. rosangela@sei.ba.gov.br

<http://doi.org/10.56839/cp.11206.1>

HÁ PERSPECTIVAS para uma melhora no cenário econômico para as principais economias mundiais no ano de 2024, com aquecimento da demanda interna e crescimento econômico.

O Fundo Monetário Internacional projeta crescimento global de 3,2%, com as economias avançadas crescendo 1,7% – Estados Unidos (2,7%), área do euro (0,8%) e Japão (0,9%) – enquanto as economias emergentes crescem 4,2% – China (4,6%), Índia (6,8%) e Brasil (2,2%) (International Monetary Fund, 2024).

¹ Este artigo contou com a colaboração de Zélia Góis, economista e analista técnica da SEI, e Luiz Mário Ribeiro Vieira, mestre em Economia e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental estadual (EPPGG).



O Banco Central Europeu (2024) decidiu, na reunião realizada em junho, pela primeira vez desde 2019, diminuir o percentual da taxa de juros da zona do euro para 3,5%

A economia americana cresceu 1,6% no primeiro trimestre de 2024 (Wiseman, 2024). A reunião de maio do Federal Open Market Committee (2024) do Federal Reserve (FED) manteve a taxa básica de juros inalterada, na faixa de 5,25% a 5,50%. Os integrantes do Banco Central americano concluíram que o ritmo de atividade econômica no país continua sólido, os ganhos de emprego são persistentes, com baixa taxa de desemprego, e, embora a inflação tenha desacelerado nos últimos meses de 2023, o índice de preços das despesas de consumo pessoal subiu ligeiramente nos primeiros meses do ano e manteve-se acima da meta de 2% (Federal Open Market Committee, 2024), induzindo cautela na flexibilização da política monetária.

O Produto Interno Bruto chinês atingiu um crescimento de 5,3% no primeiro trimestre de 2024, acima das expectativas do mercado (cerca de 4,6%) (Zanfer, 2024). A política econômica chinesa mantém-se direcionada a estimular a manufatura e infraestrutura no sentido de compensar o investimento imobiliário em queda no país (White, 2024).

A Europa passa por uma fase de estagnação, e tanto a zona do euro como o bloco da União Europeia apresentaram crescimento fraco no PIB do primeiro trimestre de 2024, com taxa de 0,4%, na comparação com o mesmo período do ano anterior (Sodré, 2024). O Banco Central Europeu (2024) decidiu, na reunião realizada em junho, pela primeira vez desde 2019, diminuir o percentual da taxa de juros da zona do euro para 3,5%. Com isso, as taxas de refinanciamento, empréstimo e depósito ficarão em 4,25%, 4,50% e 3,75%, respectivamente (Caldeira; Magossi, 2024). Segundo o Conselho do BCE,

Desde a reunião de setembro de 2023, a inflação desceu mais de 2,5 pontos percentuais e as perspectivas de inflação melhoraram significativamente. A inflação subjacente também abrandou, reforçando os sinais de enfraquecimento das pressões sobre os preços, tendo as expectativas de inflação baixado em todos os horizontes (Banco Central Europeu, 2024).

Apesar das perspectivas positivas para o crescimento mundial em 2024, alguns riscos e incertezas permeiam o cenário e podem contribuir para um crescimento não tão sustentável. O primeiro deles é o ambiente geopolítico nas zonas de conflitos, que podem se traduzir em novas pressões sobre os preços das matérias-primas e, conseqüentemente, resultar em pressão inflacionária e intensificação da política monetária contracionista. Outras questões estão relacionadas à crise imobiliária na China, às eleições nos Estados Unidos e ao maior endividamento público em alguns países, que podem retrainir o crescimento do produto.

A economia brasileira apresentou crescimento no primeiro trimestre de 2024, graças à desaceleração dos preços e dos juros e à resiliência do mercado de trabalho que deram fôlego ao consumo. Porém, os elevados níveis das taxas de juros ainda inibem o crescimento sustentado da demanda e dos investimentos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024a) registrou variação de 1,42% no primeiro trimestre do ano, abaixo da taxa de 2,09% observada no mesmo período de 2023.

O índice refletiu, principalmente, a desaceleração do grupo de transporte, que passou de 3,04% no primeiro trimestre de 2023 para -0,27% no primeiro trimestre de 2024, grupo de segundo maior peso no índice geral (20,0%), destacando-se passagem aérea, que recuou de -14,64% no primeiro trimestre de 2023 para -31,21% no primeiro trimestre de 2024. Por outro lado, o aumento dos preços em alimentos e bebidas teve o maior impacto (2,88%), destacando-se o avanço nos preços de alimentação no domicílio (3,56%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024a). Esse comportamento dos preços dos alimentos impediu uma maior flexibilização da política monetária por parte do Banco Central na última reunião do Copom.

A taxa de juros, que iniciou o recuo em agosto e alcançou a taxa de 11,75% em dezembro, manteve a tendência de queda na terceira reunião de 2024, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu pela sétima vez consecutiva reduzir a taxa Selic para 10,50% a.a., diante do cenário de convergência gradual da inflação para a meta (3,0%) (Reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, 2024). Houve uma desaceleração no ritmo de cortes dos juros, que era de 0,5 p.p. para 0,25 p.p. Para os membros do Copom,

[...] o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela. Ressalta, ademais, que a política monetária deve se manter contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. O Comitê também reforça, com especial ênfase, que a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta (Reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, 2024).

A economia brasileira apresentou crescimento no primeiro trimestre de 2024, graças à desaceleração dos preços e dos juros e à resiliência do mercado de trabalho que deram fôlego ao consumo. Porém, os elevados níveis das taxas de juros ainda inibem o crescimento sustentado da demanda e dos investimentos

Sob a ótica da demanda interna, no primeiro trimestre de 2024, verificou-se que a despesa de consumo das famílias obteve crescimento de 4,4%, em relação ao mesmo intervalo do ano anterior

No primeiro trimestre do ano, a economia brasileira mostrou avanço de 0,8% do PIB em relação ao quarto trimestre, após a estabilidade observada entre o terceiro trimestre e quarto trimestre (Indicadores IBGE, 2024a). Na comparação entre o primeiro trimestre de 2024 com o mesmo período do ano anterior, a atividade aumentou 2,5%.

Sob a ótica da demanda interna, no primeiro trimestre de 2024, verificou-se que a despesa de consumo das famílias obteve crescimento de 4,4%, em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. Já a formação bruta de capital fixo avançou 2,7% no período. A despesa de consumo do governo apresentou aumento com taxa de 2,6% no trimestre, na comparação com o mesmo período do ano anterior. No setor externo, levando em conta a mesma base comparativa, as exportações de bens e serviços expandiram 6,5% e as importações avançaram 10,2% no mesmo período (Indicadores IBGE, 2024a).

Pela análise do lado da oferta, o setor *Agropecuário* apresentou variação negativa com taxa de -3,0% em relação a igual período de 2023 (Indicadores IBGE, 2024a). Esse desempenho pode ser explicado, principalmente, pelo resultado de alguns produtos da lavoura que possuem safra relevante no primeiro trimestre e pela produtividade.

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Indicadores IBGE, 2024c), a estimativa é de uma safra nacional de 300 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas. A produção é 5,0% inferior à safra obtida em 2023. E a área colhida de 92,7 milhões de hectares manteve-se a mesma em relação à área em 2023. A redução na produtividade das culturas de soja, milho e algodão explicam o baixo desempenho da produção agrícola no período.

O setor de *Serviços* apresentou aumento de 3,0% no trimestre, influenciado, principalmente, pelos resultados dos segmentos de *Outras atividades de serviços* (4,7%), *Informação e comunicação* (4,6%), *Atividades imobiliárias* (3,9%) e *Comércio* (atacadista e varejista) (3,0%) (Indicadores IBGE, 2024a).

A *Indústria* apresentou crescimento de 2,8% na mesma base de comparação, segundo as Contas Nacionais Trimestrais (Indicadores IBGE, 2024a). As *Indústrias extrativas* (5,9%) registraram o melhor resultado, sendo impulsionadas tanto pela alta da extração de petróleo e gás como de minérios ferrosos. Houve destaque também para atividade de *Eletricidade e gás, água e esgoto*, *Atividades de gestão de resíduos* (4,6%), resultado influenciado pelo maior consumo de energia elétrica residencial.

Da mesma maneira, os setores da *Construção* (2,1%) e a *Indústria de transformação* (1,5%) registraram aumento no trimestre (Indicadores IBGE, 2024a). Para a *Construção* pesou, principalmente, o crescimento da ocupação no setor e o aumento da produção dos insumos típicos da construção. E para o segmento da *Transformação*, o crescimento pode ser atribuído principalmente ao avanço na indústria de bens intermediários (2,7%), especialmente em os avanços em produtos derivados do petróleo (7,3%), alimentos (1,2%) e celulose (3,5%).

No contexto externo, a balança comercial brasileira registrou recorde no saldo para um primeiro trimestre, com superávit de US\$ 19,1 bilhões, refletindo o bom desempenho das exportações (3,2%) e um arrefecimento das importações (-1,8%). O crescimento no trimestre foi puxado, sobretudo, pelas vendas do setor extrativo. Os produtos mais exportados pelo país nos primeiros três meses de 2024 foram: óleos brutos de petróleo, soja, minérios de ferro, açúcares e melações e óleos combustíveis de petróleo (Impulso das Exportações, 2024).

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego avançou para 7,9% no trimestre encerrado em março, após ter sido estimada em 7,4% no trimestre encerrado em dezembro de 2023, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) (2024). No mercado formal, foram criados 719 mil postos de trabalho no primeiro trimestre, destacando-se o saldo do setor de *Serviços* com 419 mil postos de trabalho (Brasil, 2024b).

Com relação às expectativas quanto ao desempenho econômico do país em 2024, o mercado projeta crescimento de 2,05% na taxa do PIB nacional, de acordo com o boletim Focus (2024) divulgado em 3 de junho. As expectativas positivas para o PIB do país foram influenciadas pelos bons resultados da atividade econômica no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período de 2023. Ainda segundo a mesma fonte, a projeção para o IPCA é de 3,88% e para taxa Selic é de 10,25% no fim do ano.

Ressalte-se que os extremos climáticos aparecem como risco para o cenário global e nacional. Portanto, para as expectativas do crescimento do PIB em 2024 deve-se considerar os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a atividade econômica. No cenário global, o risco ambiental vem do La Niña, o que pode impactar os preços dos alimentos.

Enfim, após esse breve contexto macroeconômico em que se insere a economia baiana, nas próximas seções estão apresentados os principais resultados do desempenho da Bahia para o primeiro trimestre de 2024 e seus prováveis desdobramentos para os próximos meses.

Para as expectativas do crescimento do PIB em 2024 deve-se considerar os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a atividade econômica

ECONOMIA BAIANA

A atividade econômica da Bahia apresentou desempenho positivo no primeiro trimestre de 2024, refletindo especialmente o crescimento do setor de serviços e do setor industrial.

O Produto Interno Bruto da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou variação positiva de 2,9% no primeiro trimestre de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior² (Economia [...], 2024). A *Agropecuária* recuou 4,7%, prejudicada pelo fenômeno do El Niño. O setor de *Serviços*, por sua vez, registrou aumento de 3,3%, e a *Indústria* avançou 3,1%, na comparação com o mesmo período do ano anterior (Tabela 1).

Tabela 1
Produto Interno Bruto e valor adicionado, segundo atividades(1) – Bahia – Jan.-mar. 2024

Atividades	Variação(2)
Agropecuária	-4,7
Indústria	3,1
Indústria de transformação	3,6
Prod. e distrib. de eletr. e gás, água, esg. e limp. urbana	-3,2
Extrativa mineral	16,3
Construção civil	2,1
Serviços	3,3
Comércio	6,1
Transporte, armazenagem e correio	-1,9
Atividades imobiliárias	2,4
Administração pública (APU)	2,6
Valor Adicionado básico	2,8
Imposto sobre o produto	3,4
PIB	2,9

Fonte: PIB Estadual Trimestral (Economia [...], 2024).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Dados sistematizados pela SEI/Distat/Coref. Dados preliminares, sujeitos a retificação.

(2) Variação (%) acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

A agropecuária baiana foi prejudicada por condições climáticas adversas, custos de produção elevados e baixos preços das *commodities* agrícolas. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Indicadores IBGE, 2024c), a safra de grãos está estimada em 11,34 milhões de toneladas (t), o que representa um recuo de 6,7% na comparação com a safra de 2023. A pecuária, por sua vez, registrou resultados positivos, com crescimento expressivo no abate de bovinos (22,0%, no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2023) (Indicadores IBGE, 2024b).

² Na comparação com o quarto trimestre (série com ajuste sazonal), o PIB baiano cresceu 0,9%.

O crescimento da Indústria foi proveniente do desempenho positivo das atividades da *Extrativa mineral* (16,3%), *Transformação* (3,6%) e da *Construção* (2,1%), que juntas, conforme Tabela 1, representam mais de 80% do valor adicionado da indústria baiana. A indústria extrativa expandiu principalmente em decorrência da maior produção de óleos brutos de petróleo e gás natural. O aumento na *Transformação* refletiu principalmente a maior produção em *Derivados de petróleo* (gasolina, óleo diesel e querosenes de aviação), *Celulose* e *Produtos de matérias plásticas* (insumos plásticos para construção civil e embalagens plásticas).

O setor da *Construção* refletiu o aumento da ocupação no setor. Já a atividade de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* recuou 3,2%, impactada pela menor geração de energia elétrica no estado (-7,1%), destacando-se os declínios de geração da eólica (-19,8%) e da hidráulica (-14,6%) no período (Operador Nacional do Sistema Elétrico, 2024).

No setor de *Serviços*, destaca-se o crescimento do *Comércio* (atacado e varejo) (6,1%), segmento com a segunda maior participação no setor (Tabela 1). Também houve aumento em *Atividades imobiliárias* (2,4%) e em *Outros serviços* (3,8%), especialmente pelos serviços prestados às famílias. A *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social*, atividade com a maior participação no setor, cresceu 2,6% no período. Houve recuo na atividade de *Transporte, armazenagem e correio* (-1,9%), impactado pela menor demanda agrícola.

ATIVIDADE AGRÍCOLA

Após a produção recorde de grãos em 2023, tanto o IBGE como a Conab estimam uma produção menor de grãos no estado em 2024, influenciada pelas condições climáticas adversas.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)³ realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Indicadores IBGE, 2024c), relativo ao mês de março de 2024, estima uma produção de cereais, oleaginosas e leguminosas⁴ de 11,34 milhões de toneladas, o que representa um recuo de 6,7% na comparação com a safra de 2023, conforme ilustrado na Tabela 2. Nesse sentido, entre os grãos, destaca-se a queda na produção das safras de soja e milho em 2024.

³ Refere-se ao terceiro levantamento divulgado pelo IBGE, que tem o ano civil como referência para fins de levantamento da produção agrícola.

⁴ Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

Após a produção recorde de grãos em 2023, tanto o IBGE como a Conab estimam uma produção menor de grãos no estado em 2024, influenciada pelas condições climáticas adversas

Tabela 2
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2023/2024

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) ⁽³⁾		
	2023 ⁽¹⁾	2024 ⁽²⁾	Var. (%)	2023 ⁽¹⁾	2024 ⁽²⁾	Var. (%)	2023 ⁽¹⁾	2024 ⁽²⁾	Var. (%)	2023 ⁽¹⁾	2024 ⁽²⁾	Var. (%)
Mandioca	938	925	-1,4	123	123	0,0	109	109	0,0	8.609	8.489	-1,4
Cana-de-açúcar	5.470	5.544	1,4	80	80	0,0	80	80	0,0	68.371	69.301	1,4
Cacau	120	123	2,7	440	445	1,1	440	445	1,1	273	277	1,6
Café	247	270	9,4	126	130	3,2	126	130	3,2	1.957	2.076	6,1
Grãos ⁽⁴⁾	12.148	11.336	-6,7	3.532	3.554	0,6	3.532	3.554	0,6	3.439	3.189	-7,3
Algodão	1.741	1.782	2,4	364	379	4,1	364	379	4,1	4.784	4.703	-1,7
Feijão	239	241	1,0	417	419	0,5	417	419	0,5	573	576	0,5
Milho	3.095	2.424	-21,7	698	569	-18,5	698	569	-18,5	4.434	4.260	-3,9
Soja	7.566	7.353	-2,8	1.905	2.032	6,7	1.905	2.032	6,7	3.972	3.619	-8,9
Sorgo	114	161	42,3	90	95	5,5	90	95	5,5	1.259	1.697	34,8
Outros ⁽⁴⁾	72	68	-5,1	58	60	3,5	58	60	3,5	1.244	1.141	-8,3
TOTAL	-	-	-	4.301	4.332	0,7	4.287	4.318	0,7	-	-	-

Fonte: Indicadores IBGE (2024c).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) LSPA/IBGE safra 2023.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra (mar. 2024).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

(4) Inclui também amendoim (1ª e 2ª safras), mamona e trigo.

A estimativa do volume colhido da soja é de 7,35 milhões de toneladas, 2,8% abaixo do verificado em 2023, mesmo com a ampliação da área plantada que ficou projetada em 2,0 milhões de hectares (6,7% acima do observado em 2023). No estado, as lavouras estão em fase de enchimento de grãos, maturação e colheita. A produtividade da área colhida é menor que a da safra passada (-8,9%), no entanto, a qualidade dos grãos é boa, e o rendimento é maior que o esperado no início da safra.

As duas safras anuais do milho estão estimadas em 2,42 milhões de toneladas, o que representa queda de 21,7% na comparação anual. Com relação à área plantada (569 mil hectares), o IBGE apontou um decréscimo de 18,5% em relação à safra anterior. A estimativa da primeira safra anual é de 1,74 milhão de toneladas, sendo 25,8% abaixo de 2023. Por sua vez, para a segunda safra (681 mil toneladas) estima-se recuo de 8,6%, em relação à colheita do ano anterior. De acordo com a AIBA (Boletim AIBA, 2024), fatores climáticos e fitossanitários de uma maneira geral contribuíram para o baixo resultado da safra de milho na região oeste do estado.

Ainda de acordo com o IBGE, a produção de algodão (caroço e pluma) está estimada em 1,78 milhão de toneladas e representa alta de 2,4% em relação a 2023. A área plantada com a fibra (379 mil hectares) superou em 4,1% a de 2023. A expansão do cultivo deve-se aos bons resultados obtidos na safra anterior e à dinâmica do mercado internacional, com aumento nos preços médios. A queda na produtividade (-1,7%) ocorre pela irregularidade das chuvas e instabilidade climática registradas no final de 2023.

Outra lavoura que tem expectativa de crescimento é a de feijão, com produção de 241 mil toneladas, representando avanço de 1,0% na comparação com a safra de 2023. O levantamento manteve a estimativa de 419 mil hectares plantados, a mesma observada no ano anterior. A primeira safra da leguminosa (143 mil toneladas) está estimada 0,5% inferior à de 2023, e a segunda safra (98 mil toneladas) apontou variação positiva de 3,2%, na mesma base de comparação.

A produção do cacau, que ficou projetada em 123 mil toneladas, também aponta crescimento de 2,7% na comparação anual

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estimou produção de 5,54 milhões de toneladas, revelando aumento de 1,4% em relação à safra 2023. A produção do cacau, que ficou projetada em 123 mil toneladas, também aponta crescimento de 2,7% na comparação anual.

Na produção de café está prevista colheita de 270 mil toneladas este ano, 9,4% acima do observado no ano passado. A safra do tipo arábica projetada em 116 mil toneladas, com variação anual de 15,7%, e a safra do tipo canéfora com previsão de 153 mil toneladas, o que corresponde a um volume 5,1% acima do nível do ano anterior.

As estimativas para as lavouras de banana (920 mil toneladas), laranja (628 mil toneladas) e uva (62 mil toneladas), por sua vez, registraram, respectivamente, variações de 0,7%, -1,0% e -5,4% em relação à safra anterior.

O levantamento ainda indica uma produção de 925 mil toneladas de mandioca, 1,4% menor que a de 2023. A produção de batata-inglesa, estimada em 335 mil toneladas, apresenta acréscimo de 0,9%; e a do tomate, estimada em 182 mil toneladas, aponta alta de 1,5% na comparação com a do ano anterior.

Corroborando as estimativas do LSPA, o Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos (2024) pela Conab, em seu sétimo levantamento⁵, estimou uma produção baiana de grãos de mais de 11 milhões de toneladas na temporada 2023/2024, menor em 13,6% em relação ao ciclo 2022/2023. Com relação à área plantada, estima-se ampliação de 0,5% na mesma base de comparação, com área colhida de 3,77 milhões de hectares. Assim, o rendimento médio do conjunto das lavouras pesquisadas ficaria em torno de 3,07 t/ha.

ATIVIDADE PECUÁRIA

De acordo com as estatísticas da produção pecuária do IBGE (Indicadores IBGE, 2024b), coletadas pelos sistemas de inspeção federal, estadual e

⁵ Os dados referem-se ao sétimo levantamento divulgado pela Conab, cujo ano agrícola vai de outubro do ano anterior a setembro do ano corrente.

Para a Bahia, foram abatidas aproximadamente 322 mil cabeças de bovinos no primeiro trimestre de 2024, que corresponde a uma alta de 22,0% na comparação com mesmo trimestre de 2023

municipal, para a Bahia, foram abatidas aproximadamente 322 mil cabeças de bovinos no primeiro trimestre de 2024, que corresponde a uma alta de 22,0% na comparação com mesmo trimestre de 2023. Já o abate de suínos (73 mil cabeças) apresentou crescimento na comparação trimestral (2,9%).

A aquisição de leite, por sua vez, alcançou 149 mil litros no primeiro trimestre, com aumento de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os frangos abatidos no período somaram 31 milhões de cabeças, que representa recuo de 8,3% em relação ao primeiro trimestre de 2023. A produção de ovos de galinha foi de 19,7 milhões de dúzias no primeiro trimestre de 2024. O resultado representou queda de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Na análise dos segmentos da indústria baiana, observa-se que a maioria apresentou taxas positivas, conforme dados ilustrados na Tabela 3.

A *Indústria extrativa* apresentou aumento de 36,3% no primeiro trimestre, principalmente em decorrência do crescimento na produção de óleos brutos de petróleo e minérios de cromo. Ressalta-se uma base de comparação baixa, pois algumas unidades do setor tiveram as atividades paralisadas nos primeiros meses de 2023.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram o resultado positivo da indústria de transformação baiana (1,8%) no período, tem-se, inicialmente, o setor de *Derivados de petróleo*, que registrou avanço na produção de 5,4%, principalmente em razão do aumento no processamento de gasolina, óleo diesel e querosene de aviação. O segmento tem sido favorecido pela elevação dos preços, uma vez que, no primeiro trimestre do ano, houve aumento de 11,3% no preço médio das vendas externas do setor (Desempenho [...], 2024), após crescimento de 9,1% no quarto trimestre de 2023.

O segmento de *Celulose e papel* cresceu 9,1% no período, e também foi impactado por parada programada para manutenção em unidade do setor em 2023, resultando em base de comparação baixa. O setor teve o desempenho influenciado principalmente pelo aumento na produção de pasta química de madeira. Do lado dos preços, houve alta do preço médio do segmento de *Papel e celulose* em 3,4% no trimestre, de acordo com o Boletim de Comércio Exterior da Bahia (Desempenho [...], 2024). A ampliação

da oferta de celulose também foi beneficiada pelos baixos estoques do produto no mercado.

Tabela 3
Produção física da indústria, segundo atividades⁽¹⁾ – Bahia – Jan.-Mar. 2024

Classes e gêneros	Jan. 2024	Fev. 2024	Mar. 2024	Variação
Indústria geral	8,5	6,0	-3,4	3,3
Indústrias extrativas	29,9	54,6	27,7	36,3
Indústrias de transformação	7,4	3,9	-4,8	1,8
Produtos alimentícios	-2,7	7,3	4,6	2,9
Bebidas	7,4	7,6	-6,4	2,7
Couro e artigos para viagem e calçados	1,4	15,1	-20,4	-3,4
Celulose, papel e produtos de papel	-0,7	1,6	32,4	9,1
Coque, produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	21,5	7,9	-8,6	5,4
Produtos químicos	4,3	2,4	-0,3	2,0
Produtos de borracha e de material plástico	3,8	15	4,7	7,6
Produtos de minerais não metálicos	-9,3	-11,2	-15,9	-12,2
Metalurgia	-10,1	-25,8	-31,9	-23,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12,0	2,6	-9,6	0,9

Fonte: Indicadores IBGE (2024d).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Variação (%) mensal e acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por sua vez, o segmento de *Produtos de borracha e material plástico*, com avanço de 7,6% no período, teve o desempenho influenciado principalmente pelo aumento na produção insumos para construção civil e embalagens plásticas.

O aumento em *Alimentos* está atribuído, em especial, à maior produção de carne bovina, produto destinado ao mercado externo africano e asiático, tendo em vista a melhora gradual nos preços médios, que teve acréscimo de 1,6% comparado ao primeiro trimestre de 2023. No mercado doméstico, a demanda por alimentos acompanha a dinâmica do emprego e da renda, que continua com crescimento nos primeiros meses de 2024 e rebate na ampliação do volume de vendas do varejo de hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (16,8%) confirmando a dinâmica do setor no período.

A indústria de bebidas cresceu em 2,7% no período, impactada pela maior produção de refrigerantes e águas minerais. A expectativa é de continuidade do aumento na produção no próximo trimestre, motivado pelo crescimento da demanda durante as festas juninas.

Já a produção industrial de produtos químicos, que recuou por cinco trimestres consecutivos, apresentou crescimento de 2,0% no primeiro trimestre do ano, em razão da maior fabricação de bens químicos de uso industrial, porém ainda atravessa por dificuldades no mercado devido à falta de

No decorrer do ano, a expectativa é de dinamização na atividade industrial à medida que a política monetária se torne menos restritiva, os investimentos previstos sejam realizados e a proposta de reforma tributária seja efetivada

competitividade em razão dos elevados custos da principal matéria-prima, o gás natural.

O setor de *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* registrou avanço de 0,9%, atribuído, principalmente, à maior produção de eletrodomésticos.

A principal contribuição negativa para a indústria de transformação baiana no período veio da indústria metalúrgica, com taxa de -23,4%, sobretudo pela menor produção de derivados de cobre, ouro e ferrocromo. No acumulado do primeiro trimestre, as vendas externas do setor metalúrgico recuaram 56,2%, e os preços médios do setor recuaram 42,7%.

A produção de minerais não metálicos caiu 12,2% no período. Houve recuo, principalmente, na fabricação de produtos cerâmicos e artefatos de cimento ou concreto. O desempenho do setor reflete as incertezas dos empresários diante da conjuntura de aperto no mercado de crédito, atrelado às elevadas taxas de juros que impactam o setor da construção. Todavia, a expectativa de mais lançamentos de empreendimentos imobiliários subsidiados pelo governo federal, entre outras medidas de política industrial, deve alavancar todo o setor da construção, impulsionando o crescimento do segmento nos próximos trimestres.

Na indústria de *Couro e calçados*, o decréscimo de 3,4% do setor deu-se especialmente pela queda na produção de calçados e de insumos para o setor.

Para o primeiro semestre de 2024, é esperada a manutenção do crescimento na produção dos setores mais tradicionais como alimentos e bebidas, que têm sido beneficiados pelo aumento da massa de rendimento da população ocupada. No decorrer do ano, a expectativa é de dinamização na atividade industrial à medida que a política monetária se torne menos restritiva, os investimentos previstos sejam realizados e a proposta de reforma tributária seja efetivada.

Por outro lado, o cenário internacional incerto, face aos riscos geopolíticos e a economia global aquecida, pode pressionar a inflação, pela via dos preços do petróleo, do fluxo comercial e da taxa de juros que atuam no sentido contrário ao crescimento da indústria.

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações baianas ficaram praticamente estáveis no primeiro trimestre de 2024, US\$ 2,55 bilhões contra US\$ 2,56 bilhões do mesmo período de 2023 (queda de 0,3%), de acordo com o boletim de Comércio Exterior

da Bahia (Desempenho [...], 2024). As importações alcançaram US\$ 2,16 bilhões, com queda de 14,4% no valor das compras, enquanto o volume desembarcado de 3,22 milhões de toneladas aumentou em 5,3%. O saldo da balança comercial do estado atingiu US\$ 393,3 milhões, alta de 936,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Já a corrente de comércio (soma de exportações e importações) teve redução de 7,3%, alcançando US\$ 4,71 bilhões. Os preços médios das vendas acusaram elevação de 14,2% quando comparados ao primeiro trimestre de 2023.

Tabela 4
Exportações baianas, segundo principais segmentos – Bahia – Jan.-mar. 2024

Segmentos	Valores (US\$ milhões FOB)		Var. % ⁽¹⁾	Part. %	Var. % Preço médio ⁽¹⁾
	2023	2024			
Soja e derivados	433,38	562,90	29,9	22,0	-14,8
Petróleo e derivados	755,49	507,94	-32,8	19,9	11,3
Papel e celulose	313,82	339,75	8,3	13,3	3,4
Químicos e petroquímicos	274,24	243,36	-11,3	9,5	-5,4
Algodão e seus subprodutos	55,91	218,83	291,4	8,6	2,0
Metais preciosos	154,09	155,29	0,8	6,1	98,2
Minerais	85,73	144,49	68,5	5,7	8,3
Café e especiarias	51,89	66,63	28,4	2,6	-7,6
Metalúrgicos	128,49	56,28	-56,2	2,2	-42,7
Cacau e derivados	47,77	54,48	14,1	2,1	43,8
Borracha e suas obras	51,72	51,02	-1,3	2,0	10,2
Frutas e suas preparações	27,74	44,83	61,6	1,8	28,5
Demais segmentos	180,90	108,24	-40,2	4,2	-32,1
Total	2.561,16	2.554,05	-0,3	100,0	14,2

Fonte: Brasil (2024a).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: Dados coletados em 5 abr. 2024.

(1) Variação (%) acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

No setor agropecuário, houve valorização dos preços médios em 11,2% no trimestre, o volume embarcado cresceu 13,2%, fazendo com que as receitas do setor crescessem 25,8%, tudo em relação ao mesmo trimestre de 2023. Destaque para os aumentos nas vendas de algodão (291,4%) e frutas (61,6%) (Tabela 4).

Mesmo com uma redução de 14,8% em seus preços médios no comparativo interanual, a soja e os seus derivados permaneceram na liderança da pauta no trimestre, com embarques que totalizaram 1,2 milhão de toneladas, o que representou um aumento de 52,4% frente ao primeiro trimestre do ano passado, resultando em uma receita de US\$ 562,9 milhões (aproximadamente 30% maior que em igual período de 2023).

Já as frutas continuam com alta nos preços (que subiram 28,5%, no comparativo interanual). O desempenho mais fraco de países concorrentes, com

Em relação aos destinos, a China vem mantendo sua liderança na pauta exportadora baiana, atingindo uma participação de 28,0% das vendas baianas ao exterior no trimestre, ante 16,4% no mesmo período do ano passado

suas produções afetadas pelo El Niño, contribuiu para o resultado. Mangas, limões, uvas e mamões responderam por 84% de todo o volume exportado pelo estado no primeiro trimestre. Assim, a expectativa é de mais um ano favorável para as exportações de frutas baianas.

Na indústria de transformação, a queda do quantum pesou mais nas exportações. O volume de mercadorias embarcadas recuou 34,8%, mesmo com os preços registrando aumento médio de 13,6%, o que não evitou a queda nas receitas em 25,9%.

Destaque para o aumento dos preços médios dos derivados de petróleo no comparativo interanual em 11,3%, o que ainda não foi refletido no volume embarcado, que recuou 39,6% no trimestre. No segmento de celulose houve aumento de 8,3% nas receitas e de 3,4% nos preços. O volume embarcado também subiu 4,7%. As cotações do petróleo seguem em alta devido às tensões geopolíticas, tendo alcançado US\$ 90 o barril no início de abril.

No setor químico/petroquímico houve queda de preços (-5,4%), de receitas (-11,3%) e no volume embarcado (-6,2%). O setor, além de ter seu desempenho prejudicado pelos altos custos de produção, passa por um avanço constante do produto importado no consumo aparente, um alerta que vem sendo feito já há alguns anos pela entidade representativa do setor, resultado da concorrência desafiadora de produtos asiáticos, com destaque para os chineses.

Na indústria extrativa, os preços médios foram 19,4% menores, que foi compensado pelo aumento dos embarques em 55,1%. Com isso, as receitas do setor cresceram 25%, todos comparados com o mesmo período de 2023.

Em relação aos destinos, a China vem mantendo sua liderança na pauta exportadora baiana, atingindo uma participação de 28,0% das vendas baianas ao exterior no trimestre, ante 16,4% no mesmo período do ano passado. A Argentina, que atravessa uma crise econômica, perdeu participação nas vendas externas no primeiro trimestre, passando de 25,1% para 4,1% no comparativo interanual. Também houve queda nas vendas para os Estados Unidos em 19,7%, e para União Europeia em 8,0%.

A queda das importações reflete a retração de 23,0% nas compras de bens intermediários (matéria-prima e insumos para indústria) e por conta do recuo dos preços médios em 18,7%, influenciados pelo excesso de oferta em algumas cadeias produtivas e pela desaceleração global.

Petróleo cru, nafta, fertilizantes e trigo foram os principais produtos responsáveis pela redução das compras externas no trimestre, enquanto foi registrado aumento na aquisição de combustíveis, cacau bruto, compostos químicos e malte (Desempenho [...], 2024).

Os combustíveis tiveram alta de 2,5% no valor das importações no trimestre. As duas categorias responderam juntas por 92,3% do total das compras externas do estado no período, como ilustrado na Tabela 5.

Tabela 5
Importações baianas, segundo categorias de uso⁽¹⁾ – Bahia – Jan.-mar. 2024 (Valores em US\$ milhão FOB)

Discriminação	2023	2024	Var. %(2)	Part. %
Bens intermediários (BI)	1.636,41	1.259,26	-23,0	58,3
Combustíveis e lubrificantes	717,21	735,38	2,5	34,0
Bens de capital (BK)	129,59	125,45	-3,2	5,8
Bens de consumo (BC)	39,94	40,19	0,6	1,9
Bens não especificados anteriormente	0,08	0,44	473,9	0,0
Total	2.523,23	2.160,72	-14,4	100,0

Fonte: Brasil (2024a).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: Dados coletados em 5 abr. 2024.

(1) Importações efetivas, dados preliminares.

(2) Variação (%) acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O desempenho das importações no trimestre está intimamente ligado ao baixo dinamismo da indústria de transformação, que nos últimos 12 meses cresceu apenas 0,6% em relação a igual período anterior.

ATIVIDADE DE COMÉRCIO

As vendas do comércio varejista cresceram no primeiro trimestre de 2024. O desempenho do setor nos primeiros meses do ano contribuiu para essa expansão. Na análise mensal observa-se que, ao longo desses meses, as taxas apresentaram expansão acima de 10,0% (Tabela 6). A capacidade de reagir, mesmo diante de um cenário com endividamento, inflação e taxas de juros ainda elevados, anima o setor.

No trimestre, o ritmo de expansão foi mantido na análise em relação a igual período do ano anterior, que alcançou a variação de 11,4%, e na sazonal que registrou a taxa de 5,7%.

Tabela 6
Volume de vendas do comércio, segundo atividades – Bahia – Jan.-Mar. 2024

Classes e gêneros	Jan. 2024	Fev. 2024	Mar. 2024	Variação ⁽¹⁾
Comércio varejista	11,6	11,7	11,1	11,4
Combustíveis e lubrificantes	10,8	5,6	0,8	5,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	16,4	14,3	19,5	16,8
Hipermercados e supermercados	17,7	15,4	21,6	18,3
Tecidos, vestuário e calçados	0,3	2,5	-16,5	-5,0
Móveis e eletrodomésticos	2,4	4,6	4,9	3,9
Móveis	3,9	6,7	6,5	5,7
Eletrodomésticos	1,2	3,0	4,2	2,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	7,5	14,8	7,9	9,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	-33,3	-15,9	-37,9	-28,7
Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	101,5	29,9	-28,7	14,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,4	20,7	22,9	13,9
Atacado selecionado e outros ⁽²⁾	10,9	12,2	5,8	9,5
Veículos, motocicleta, partes e peças	12,6	12,4	-3,2	6,5
Materiais de construção	18,4	24,1	7,4	16,0
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,1	9,6	-5,5	2,8

Fonte: Indicadores IBGE (2024e).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação (%) acumulada no ano em relação a igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio é composto pelos resultados das atividades elencadas no comércio varejista e em outros atacados selecionado.

O comportamento do varejo ligado ao crédito e à renda pode explicar a trajetória do setor no trimestre em questão. O primeiro engloba bens duráveis, como móveis, eletrodomésticos e veículos, enquanto o segundo contempla itens mais essenciais, como alimentos, artigos farmacêuticos e combustíveis. Nesse âmbito, as políticas de incentivos do governo federal podem aumentar ou reduzir a disparidade da trajetória dos segmentos diretamente influenciados por essas variáveis.

Para Pinheiro e Matos (2024), ambos da Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia, no caso da variável renda, o consumo das famílias é influenciado pelo aumento real da renda disponível bruta, impactada quando ocorrem pagamentos como os dos precatórios, somados ao aumento real do salário mínimo, conforme se verificou no período analisado.

Essa conjuntura estimula a confiança do consumidor. Os de renda mais baixas foram impactados no período analisado pelo dinamismo no mercado de trabalho, as transferências governamentais em nível elevado e a inflação sob controle, o que contribuiu para manter as vendas aquecidas. Por outro lado, os juros elevados, embora em ritmo de queda, e a manutenção do elevado nível de endividamento das famílias brasileiras acendem um sinal de alerta para o comportamento das vendas nos próximos meses.

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo IBGE (Indicadores IBGE, 2024e), o crescimento do varejo baiano refletiu o comportamento de seis dos oito segmentos que compõem o setor, são eles: *Hipermercados e supermercados*, *Produtos alimentícios, bebidas e fumo* (16,8%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (14,0%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (13,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (9,9%), *Combustíveis e lubrificantes* (5,6%) e *Móveis e eletrodomésticos* (3,9%). Já *Tecidos, vestuário e calçados* (-5,0%) e *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-28,7%) registraram recuo nas vendas no período analisado (Tabela 6).

Dentre as variações positivas, destaca-se o comportamento de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas do comércio varejista.

Os demais segmentos que se destacaram no trimestre foram os das atividades influenciadas pela aquisição de componentes eletrônicos e as realizadas por lojas de departamento, tradicionalmente responsáveis por comercializar bens de menor valor agregado. Essa última chama a atenção, pois na situação de endividamento das famílias, a comercialização dos bens dessa atividade costuma ficar comprometida.

Por outro lado, das contribuições negativas, tem-se *Tecidos, vestuário e calçados*, que recuou 5,0% no trimestre analisado. Esse segmento é bastante influenciado pela disponibilidade de crédito no mercado, tendo no encarecimento do mesmo o seu principal entrave.

Diante do quadro exposto, observa-se que as vendas de bens essenciais puxaram o bom resultado do varejo restrito no primeiro trimestre deste ano, em contrapartida à retração apresentada pelos segmentos que comercializam bens de menor valor agregado.

No comércio varejista ampliado, denominado de Atacado Selecionado e Outros, que inclui o varejo restrito e mais as atividades de *Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo*, a expansão foi de 9,5%, em relação a igual período do ano anterior (Tabela 6).

No entanto, esse movimento não foi no mesmo ritmo nos segmentos que o compõe. Nesse contexto, o destaque no período ficou por conta de *Material de construção* (16,0%) que exerceu sua maior contribuição para o volume

Observa-se que as vendas de bens essenciais puxaram o bom resultado do varejo restrito no primeiro trimestre deste ano, em contrapartida à retração apresentada pelos segmentos que comercializam bens de menor valor agregado

de vendas do comércio varejista ampliado em um primeiro trimestre desde o ano de 2010, quando foi observada taxa de 16,4%.

Já *Veículos, motos, partes e peças* o segmento voltou a registrar comportamento positivo para o primeiro trimestre de 2024, com taxa de 6,5%, quando observado igual trimestre do ano anterior, quando apresentou taxa de -11,9%.

Quanto a *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo*, a expansão ocorrida no trimestre foi de 2,8%. Sujeito às variações de preços dos alimentos no mercado, assim como a disponibilidade de renda do consumidor, esse segmento apresentou um tímido desempenho, quando comparado ao comportamento das vendas do ramo no comércio restrito.

Nesse aspecto, os dados apresentados pela PMC no primeiro trimestre de 2024 (Indicadores IBGE, 2024e) revelam que o setor reagiu, apesar da manutenção dos juros altos e da prática do encarecimento de crédito. Há expectativa de resultados mais satisfatórios para as vendas no segundo trimestre, uma vez que nos próximos meses o setor receberá os estímulos da antecipação dos pagamentos do 13º para os beneficiários do INSS, da comemoração do Dia das Mães, bem como a realização dos festejos do São João no interior do estado baiano.

ATIVIDADE DE OUTROS SERVIÇOS

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços na Bahia no primeiro trimestre, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, marcou crescimento de 0,6%, mantendo a aceleração iniciada no segundo trimestre de 2021 (28,4%) (Indicadores IBGE, 2024f). Essa é a décima segunda taxa positiva consecutiva para esse tipo de comparação. Cabe destacar que essa variação seguiu a mesma tendência que a média nacional (1,2%).

Tabela 7
Volume de serviços, segundo atividades – Bahia – Jan.-Mar. 2024

Classes e gêneros	Jan. 2024	Fev. 2024	Mar. 2024	Varição(1)
Total	0,3	1,5	0,1	0,6
Serviços prestados às famílias	-0,1	9,4	37,0	13,2
Serviços de informação e comunicação	4,7	2,7	2,9	3,4
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-4,5	-2,5	-0,4	-2,5
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,8	1,5	-8,9	-2,1
Outros serviços	-3,2	-7,1	-8,9	-6,4

Fonte: Indicadores IBGE (2024f).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Variação (%) mensal e acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Duas das cinco atividades puxaram o volume de serviços para cima, conforme apresentado na Tabela 7, com destaque para os *Serviços prestados às famílias* (13,2%), que contabilizou a variação mais expressiva, seguida por *Serviços de informação e comunicação* (3,4%). Por outro lado, as atividades de *Outros serviços* (-6,4%), *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (-2,5%) e *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-2,1%) retraíram no período.

Conforme a Sondagem do Empresariado da FGV/IBRE, “o Índice de Confiança de Serviços (ICS) para o País caiu um ponto em abril, para 94,8 pontos, e não sustentou a alta observada no mês passado” (Sondagem de Serviços, 2024). Em médias móveis trimestrais, o índice variou -0,3 ponto. Conforme observa Stéfano Pacini, economista da FGV/IBRE:

O segundo trimestre começa com piora da confiança de serviços. O resultado de abril mantém a percepção dos últimos meses de perda de fôlego do setor sobre a situação atual. Os resultados negativos em relação ao futuro ocorrem de forma heterogênea entre os segmentos e começam a dar sinais de que o setor de serviços não deve observar uma forte retomada nesse primeiro semestre. O cenário macroeconômico de manutenção da queda na taxa de juros, controle de inflação e melhores resultados no emprego e na renda podem representar um caminho positivo para recuperação da confiança do setor que vem enfrentando dificuldades nesse início de ano (Sondagem de Serviços, 2024, p. 1).

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB) (Confiança [...], 2024)⁶ marcou -87 pontos em abril de 2024, numa escala que vai de -1.000 a 1.000 pontos. Trata-se da terceira pontuação abaixo de zero em sequência e do menor patamar desde abril de 2023 (-126 pontos). De março a abril, o setor de *Serviços* exibiu uma diminuição de 66 pontos, experimentando a terceira queda em sequência e o maior recuo entre os setores. O indicador, dessa maneira, ficou abaixo de zero pelo terceiro mês seguido. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, abril de 2023, ocorreu uma elevação de 39 pontos. O nível de confiança se posicionou superior à média histórica (de -212 pontos) em 94 pontos no mês investigado.

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB) marcou -87 pontos em abril de 2024 [...]. Trata-se da terceira pontuação abaixo de zero em sequência e do menor patamar desde abril de 2023 (-126 pontos)

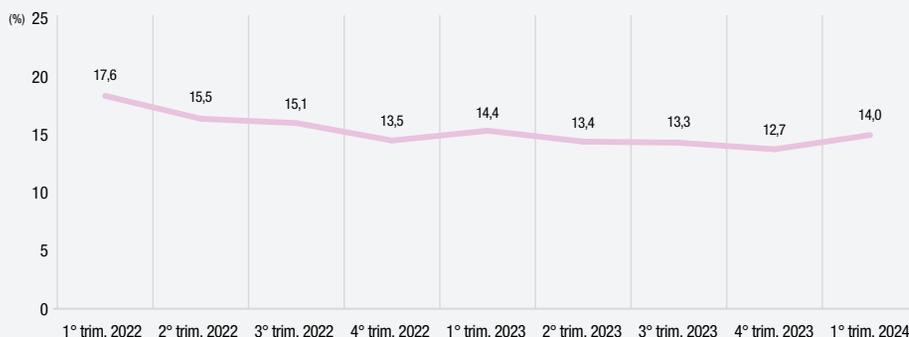
⁶ Métrica elaborada e calculada pela SEI para monitorar as expectativas do setor produtivo do estado.

MERCADO DE TRABALHO

No primeiro trimestre de 2024, o mercado de trabalho baiano apresentou aumento na taxa de ocupação e na massa salarial, entretanto, também ocorreu elevação da taxa de desocupação. Os indicadores de emprego que corroboram essas afirmações podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2024), do IBGE, e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2024b).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2024), declinou de 14,4%, no primeiro trimestre de 2023, para 14,0% no primeiro trimestre de 2024, registrando decréscimo de 0,4 p.p. entre os períodos. Porém, ocorreu aumento de 1,3 p.p. entre o quarto trimestre de 2023 (12,7%) e o primeiro trimestre de 2024. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2022 está ilustrada no Gráfico 1.

Gráfico 1
Taxa de desocupação (%)⁽¹⁾ – Bahia – 1º trim. 2022-1º trim. 2024



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2024).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Ainda de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2024), a população ocupada na Bahia aumentou 2,5% no primeiro trimestre de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto, na média nacional, houve crescimento de 2,4% na mesma base de comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada no estado, os resultados destacam, no confronto entre o primeiro trimestre de 2024 e o de 2023, aumento da ocupação em seis dos dez segmentos: *Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais* (15,1%), *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (7,4%), *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (8,5%), *Transporte, armazenagem e correio* (1,3%), *Construção* (4,4%) e *Outros serviços* (8,8%). Em sentido contrário, os grupamentos *Agricultura,*

pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-12,1%), Indústria geral (-2,7%), Serviços domésticos (-8,5%) e Alojamento e alimentação (-1,9%) apresentaram recuos da população ocupada nessa base de comparação.

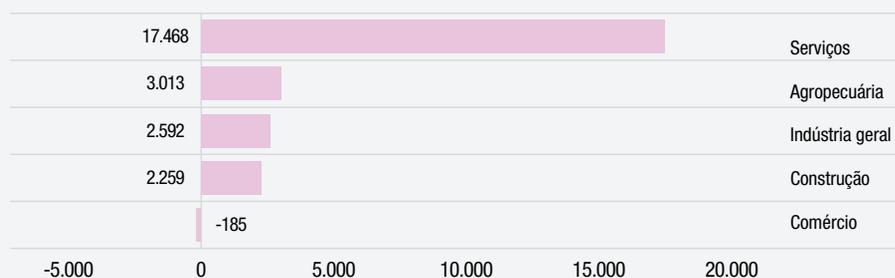
Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação no estado, verificou-se que os empregados do setor privado com carteira assinada (exclusive domésticos) tiveram crescimento de 7,6% no primeiro trimestre de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo, os empregados do setor privado sem carteira assinada (exclusive domésticos) aumentaram em 6,2%. Contudo, houve queda da população ocupada como *Conta própria* (-7,0%).

O rendimento habitual médio real (de todos os trabalhos) avançou 7,8% para os ocupados, na comparação entre o primeiro trimestre de 2024 e o mesmo período de 2023. Na mesma comparação, a massa de rendimento real (de todos os trabalhos) aumentou em 10,9% (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2024).

Quanto ao emprego formal, no período de janeiro a março de 2024, foram gerados 25.146 postos de trabalho na Bahia, de acordo com os dados do Novo Caged (Bahia [...], 2024). No país, houve um saldo positivo de 719 mil postos, e no Nordeste, de 37 mil postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado (Gráfico 2), com exceção do *Comércio* que perdeu 185 postos de trabalho, todos os demais setores de atividade apresentaram saldos positivos: *Serviços*, com 17.468 postos, seguido pelos setores de *Agropecuária*, com 3.013 postos de trabalho, *Indústria*, com 2.592 postos de trabalho e *Construção*, com 2.259 postos de trabalho.

Gráfico 2
Saldo⁽¹⁾ de empregos celetistas, segundo atividades⁽²⁾⁽³⁾ – Bahia – Jan.-mar. 2024



Fonte: Brasil (2024b).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Saldo líquido = admitidos menos desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Inclusive informações fora do prazo até março de 2024.

(3) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2024).

Os indicadores analisados apontaram um quadro de dinamismo do mercado de trabalho baiano no primeiro trimestre de 2024, principalmente com importante criação dos empregos formais. Ressalta-se que, apesar da tendência de queda em relação ao mesmo período do ano anterior, a taxa de desemprego ainda é muito elevada e evidencia a trajetória de crescimento no curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário econômico apresentado nas seções anteriores e das previsões para o país, as projeções elaboradas pela SEI são de que a economia da Bahia terá desempenho positivo em 2024, graças ao dinamismo do mercado de trabalho e do consumo interno.

Assim, a dinâmica da atividade deverá ser determinada pelo setor de *Serviços* e não pela *Agropecuária*, como em 2023, pois esta vem sendo impactada pelo fenômeno El Niño desde fins de 2023, resultando em estimativas menores para a safra anual de grãos.

Por sua vez, os *Serviços* devem continuar com um ritmo positivo de crescimento, respondendo ao mercado de trabalho aquecido, massa de rendimento maior, taxas de juros menores e crescimento do comércio e das atividades turísticas. Porém, com crescimento mais tímido, uma vez que essa atividade também deve ser impactada pela menor safra de grãos, principalmente no segmento de transporte de cargas.

O setor industrial também deve apresentar resultados positivos, impulsionado pela maior fabricação de derivados de petróleo, bebidas e celulose. A *Construção* deve ser favorecida pelos investimentos em infraestrutura e do setor privado, principalmente, vislumbrados nos lançamentos de habitações do programa Minha Casa Minha Vida.

Outros investimentos em infraestrutura também serão determinantes para manter a expansão da atividade econômica e ampliar a competitividade no estado. Nesse sentido, destacam-se aqueles destinados à implantação da rede rodoviária e do sistema de abastecimento de água urbano e rural, construção e ampliação de barragens, sistema de esgotamento sanitário e infraestrutura hídrica, a assistência técnica e rural, infraestrutura de rodovias, portos e ferrovias entre outros, beneficiados pelo novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

Do lado dos investimentos privados, no sentido de aumentar a competitividade da indústria baiana, destacam-se os do setor automotivo; de energia renovável (eólica e solar) com a introdução do hidrogênio verde – com intuito de avançar em transição energética; mineração; celulose; biocombustíveis; entre outros.

No setor automotivo de carros elétricos ressaltam-se os efeitos multiplicadores da instalação desse setor na economia baiana, com a integração de fornecedores de toda a cadeia produtiva do ramo, desde peças e acessórios até prestadores de serviços. Ademais, esse setor contribui para transição energética, uma vez que são veículos de energia limpa.

REFERÊNCIAS

- ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2023/24. Brasília: CONAB, v. 11, n. 7, abr. 2024. Sétimo levantamento. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>. Acesso em: 6 maio 2024.
- BAHIA exibiu saldo positivo de 12.482 postos de trabalho em março. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, mar. 2024. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_mar24.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.
- BANCO CENTRAL EUROPEU. *Decisões de política monetária*. Frankfurt, 6 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/press/pr/date/2024/html/ecb.mp240606~2148ecdb3c.pt.html>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BOLETIM AIBA: panorama para a estimativa da produção de grãos no oeste da Bahia. Barreiras: AIBA, n. 33, 20 maio 2024. Safra 2023/24. Disponível em: <https://aiba.org.br/arquivos/boletins/Boletim%2033%20de%2025-05-2024.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Comex Stat*. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 26 abr. 2024a.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Novo Caged*: mar. 2024b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 15 maio 2024.
- CALDEIRA, Gabriel; MAGOSSO, Eduardo. BCE faz primeiro corte de juros em cinco anos, mas prega cautela. *Valor Econômico*, São Paulo, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/06/07/bce-faz-primeiro-corte-de-juros-em-cinco-anos-mas-prega-cautela.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- CONFIANÇA do empresariado baiano recua em abril e anula reação captada no mês anterior. *Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano*, Salvador, v. 15, n. 4, abr. 2024. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/iceb/rel_ICEB_abr24.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.
- DESEMPENHO do comércio exterior baiano. *Boletim de Comércio Exterior da Bahia*, Salvador, mar. 2024. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_mar_2024.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

ECONOMIA baiana registra alta de 2,9% no 1º trimestre de 2024. *PIB Estadual Trimestral*, Salvador, jan./mar. 2024. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2024_1.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

FEDERAL OPEN MARKET COMMITTEE, 2024, Washington, DC. *Proceedings* [...]. Washington, DC: FOMC, 2024. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/files/fomcminutes20240501.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

FOCUS: relatório de mercado. Brasília: BCB, 31 maio 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/31052024>. Acesso em: 5 jun. 2024.

IMPULSO DAS EXPORTAÇÕES. Brasília: ApexBrasil, n. 2, abr. 2024. Disponível em: https://click.apexbrasil.com.br/Comunicacao/inteligencia/impulso_das_exporta%C3%A7%C3%B5es_abril_24_3.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

INDICADORES IBGE: contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2024a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2024_1tri.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

INDICADORES IBGE: Estatística da Produção Pecuária. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2024b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3087/epp_pr_2024_1tri.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

INDICADORES IBGE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2024c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2024_mar.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Industrial Mensal: produção física: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2024d. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2024_mar.pdf. Acesso em: 6 maio 2024.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2024e. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2024_mar.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2024f. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2024_mar.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Índice nacional de preços ao consumidor amplo*: principais resultados. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2024a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?edicao=39709>. Acesso em: 6 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Trimestral do Abate de Animais*: principais resultados. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2024b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9203-pesquisas-trimestrais-do-abate-de-animais.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook*: steady but slow: resilience amid divergence. Washington, DC: IMF, Apr. 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/04/16/world-economic-outlook-april-2024>. Acesso em: 28 maio 2024.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. Boletim mensal de geração por estado. Brasília: ONS, mar. 2024. Disponível em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx. Acesso em: 8 jun. 2024

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 1. tri. 2024. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2024/pnadc_202401_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

PINHEIRO, Armando Castelar; MATOS, Silvia. “Higher for longer”. *Boletim Macro*, Rio de Janeiro, n. 155, p. 3-6, maio 2024. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2024-05/2024-05-boletim-macro.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 262, 2024, Brasília. *Atas* [...]. Brasília: BCB, maio 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomom/08052024>. Acesso em: 6 jun. 2024.

SODRÉ, Igor. PIB preliminar da zona do euro sobe 0,4% no 1º trimestre na base anual, diz Eurostat. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 maio 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/05/15/pib-preliminar-da-zona-do-euro-sobe-04percent-no-1o-trimestre-na-base-anual-diz-eurostat.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2024.

SONDAGEM DA INDÚSTRIA. Rio de Janeiro: FGV, abr. 2024. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/system/files/2024-04/sondagem-da-industria-fgv_press-release_abr24.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

SONDAGEM DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: FGV, abr. 2024. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/system/files?file=divulgacao/releases/2024-04/Sondagem%20de%20Servicos%20FGV_press%20release_Abr24.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

WHITE, Edward. Apesar das restrições, China eleva compra de equipamentos de IA. *Valor Econômico*, São Paulo, 9 maio 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/05/09/ft-comrcio-da-china-volta-a-crescer-impulsionado-por-importaes-de-equipamentos-de-ia.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2024.

WISEMAN, Paul. PIB dos Estados Unidos do 1º trimestre desacelera para 1,6%. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/04/25/pib-dos-eua-do-1-trimestre-desacelera-para-16percent-e-pce-trimestral-dispara-para-34percent.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2024.

ZANFER, Gustavo. *PIB da China cresce acima do esperado e atinge 5,3% no primeiro trimestre*. [S. l.], 16 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/pib-da-china-cresce-acima-do-esperado-e-atinge-53-no-primeiro-trimestre/>. Acesso em: 28 maio 2024.

Artigo finalizado em 11 jun. 2024.



Edgard Porto

PERSPECTIVAS SOBRE A LOGÍSTICA E TRANSPORTE NA BAHIA E NO BRASIL

Na busca de compreender as complexidades do cenário logístico local, regional e nacional, a revista *Conjuntura & Planejamento* entrevistou Edgard Porto, doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional e diretor de Estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), especialista na área abordada. Nesta conversa, exploraram-se desde os desafios enfrentados nas décadas passadas até as mudanças significativas que moldam o presente. Acompanhe as respostas detalhadas e perspicazes desse profissional, que oferece *insights* valiosos sobre o futuro do transporte no país.



Embora o PELT tenha sido um marco importante para os estudos na Bahia, é evidente que as complexidades atuais exigem atualizações com novas abordagens de tratamento

SEI – EM 2003, A BAHIA IMPLANTOU O PROGRAMA ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTES (PELT), PLANO DO GOVERNO BAIANO PARA ARTICULAR E REORGANIZAR AS CADEIAS LOGÍSTICAS DO ESTADO. UM DOS FATOS IMPORTANTES DIAGNOSTICADOS FORAM REFERENTES AOS PROBLEMAS OPERACIONAIS, TANTO NO MODAL RODOVIÁRIO QUANTO NA MALHA FERROVIÁRIA. QUAIS OS RESULTADOS EFETIVOS E SOLUÇÕES DESSE PLANO EM RELAÇÃO AOS DIAGNÓSTICOS?

Edgard Porto – O plano de logística de transportes, anunciado em 2003, estava no rastro dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, da década de 1990. Naquela época, na Bahia, havia fundamentalmente o modal de transporte rodoviário, com os modais hidroviário e ferroviário com baixíssima participação nas cargas. As trocas mais relevantes no país eram os produtos industrializados com origem nas empresas localizadas no Sudeste do Brasil e consumidas nos estados nordestinos. E, no sentido contrário, produtos resultantes das indústrias de bens intermediários localizadas principalmente nos polos da Região Metropolitana de Salvador eram enviados ao sudeste, juntamente com outros insumos básicos produzidos em vários estados do Nordeste brasileiro.

No entanto, desde aquela época até hoje, muitas coisas mudaram. A especialização da economia, as áreas de produção e o mercado consumidor sofreram transformações significativas. Além disso, na escala mundial, o avanço da economia chinesa com altas taxas anuais de crescimento do PIB, os avanços tecnológicos e, por consequência, as disputas geopolíticas trouxeram transformações importantes no quadro da logística mundial. Embora o PELT tenha sido um marco importante para os estudos na Bahia, é evidente que as complexidades atuais exigem atualizações com novas abordagens de tratamento.

SEI – LEVANTAMENTO FEITO PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES (CNT) SOBRE O ESTADO DAS RODOVIAS BRASILEIRAS REVELOU QUE 67,5% ESTÃO EM SITUAÇÃO PRECÁRIA. ESSE LEVANTAMENTO REFLETE BOA PARTE DA MALHA RODOVIÁRIA BAIANA. AS DUAS PRINCIPAIS RODOVIAS DO ESTADO DA BAHIA, BR-101 E BR-324, APRESENTAM GARGALOS QUE CAUSAM PREJUÍZOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E PERDAS DE VIDAS HUMANAS, REFLETINDO NO AUMENTO DO CUSTO LOGÍSTICO.

EP – Apesar das transformações mundiais e no Brasil, a Bahia ainda opera básica e exclusivamente com o modal rodoviário. As nossas ferrovias foram praticamente desativadas pela VLI, empresa concessionária nos últimos 30 anos. O modal rodoviário, normalmente, é considerado como produtivo ou adequado para troca de mercadorias em até 400 km de distância.

Os estudos comprovaram que a Bahia tem potencial para atrair investimentos em ferrovias que possam articular nossos portos com as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil

As principais rodovias que atravessam a Bahia, com grande volume de carga, são as federais: BR-101 (praticamente duplicada no seu trecho nordestino, com exceção da Bahia) e BR-116. No sentido leste-oeste, temos a BR-324 e a BR-242 – cuja duplicação do trecho Barreiras-Luís Eduardo está sendo anunciada –, para a saída da soja e dos grãos da Bahia, especialmente do oeste. Infelizmente, essas rodovias têm poucos trechos duplicados, o que representa um gargalo significativo para a economia local e regional, particularmente o trecho Salvador-Feira de Santana da BR-324. A dificuldade na circulação de cargas pelo modo rodoviário resulta em altos custos logísticos. Além disso, os gastos com a manutenção dessas rodovias são consideráveis, embora parte delas já esteja privatizada.

Essa situação impacta não apenas a Bahia, mas também toda a economia do Nordeste e do Brasil.

SEI – PASSADOS 20 ANOS, A BAHIA CRIOU O PLANO ESTRATÉGICO FERROVIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA, ELABORADO EM 2023 PELA FUNDAÇÃO DOM CABRAL (FDC), POR INICIATIVA DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL (CBPM), QUE SUGERE DIVERSAS E IMPORTANTES ALTERAÇÕES NA MALHA FERROVIÁRIA BAIANA. NESSA CONDIÇÃO, QUAIS SERIAM ESSAS ALTERAÇÕES E OS IMPACTOS ESPERADOS?

EP – Esse plano ferroviário de 2023 foi contratado legalmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), com a participação da Secretaria de Planejamento da Bahia. Seus resultados foram apresentados em vários seminários na Bahia, principalmente nos eventos do Projeto PENSAR A BAHIA da SEI.

O plano que desenvolvemos, após uma fase de detalhamento do produto contratado pela CBPM, identificou que a Bahia possui cargas diversificadas. Temos cargas para mineração, para cargas tipicamente ferroviárias (grãos, minério, fertilizantes e derivados de petróleo) e cargas gerais. Essa diversidade altera a visão e os discursos de muitos analistas baianos que acreditavam que a Bahia não tinha cargas. Os estudos comprovaram que a Bahia tem potencial para atrair investimentos em ferrovias que possam articular nossos portos com as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil.

Além disso, caso essa rede ferroviária seja montada, como em parte já está sendo prevista pelo governo federal, teremos condições de criar um *hub* logístico na macrorregião de Salvador, para articular os fluxos de cargas de

Ela aponta para um enorme potencial que a Bahia pode explorar, tornando-se uma espécie de rota logística alternativa no Brasil. Embora não compita diretamente com São Paulo, essa rota oferece viabilidade para sistemas de transporte ferroviário de alta capacidade, com bitola larga

exportações entre distintas regiões do Brasil com outros países e de importações para suprir a demanda de alguns estados brasileiros.

Conforme matriz de origem e destino dos estudos contratados pela SEI e pela Fundação Dom Cabral, a Bahia tem um fluxo de cargas projetado para 2035 em todos os modos de transporte, considerando os fluxos de passagem e aqueles com origem no estado, com potencial de trocas para o Oeste de 122 milhões de TU (toneladas úteis), para o Nordeste de 108 milhões de TU, para o Sudeste de 147 milhões de TU e para o exterior de 132 milhões de TU. Isso equivale dizer que há uma forte concentração de cargas com equilíbrios em todas as direções. Essa perspectiva altera significativamente a visão tradicional da logística na Bahia. Ela aponta para um enorme potencial que a Bahia pode explorar, tornando-se uma espécie de rota logística alternativa no Brasil. Embora não compita diretamente com São Paulo, essa rota oferece viabilidade para sistemas de transporte ferroviário de alta capacidade, com bitola larga (padrão adotado pelas ferrovias nacionais, na segunda metade do século passado), conectando-se a outros trechos ferroviários no Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e às rodovias estruturantes do sistema nacional de cargas. É necessário ressaltar que estamos ainda na fase de estudos para dar subsídios à decisão da gestão do governo da Bahia.

Essa análise nos leva a considerar uma questão estratégica e prioritária: a criação de um eixo ferroviário estratégico para a Bahia. A linha ligaria os portos do Complexo Portuário da Baía de Todos os Santos ao Centro-Oeste brasileiro, ampliando a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) para se articular com a Ferrovia de Integração Centro Oeste (FICO) no Centro-Oeste, e articulando com a FCA reestruturada e com bitola larga. Essa integração ferroviária permitiria a conexão de fluxos de exportação e importação de cargas da região do Mato Grosso, Tocantins, Goiás e norte de Minas Gerais pelos portos da Bahia.

Essa nova perspectiva pode representar uma nova fase de desenvolvimento para a Bahia, com potencial para impulsionar um novo ciclo de investimentos industriais para a macrorregião de Salvador e de distribuir seus benefícios para mais de 100 municípios do interior da Bahia, contribuindo para a geração de emprego e renda para uma grande parcela da população baiana.

SEI – APÓS DÉCADAS RELEGADO AO SEGUNDO PLANO, O TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS VOLTA A SER UM PROGRAMA DE GOVERNO, ESTANDO ENTRE AS PRIORIDADES DO PLANO NACIONAL DE FERROVIAS. NESSA CONDIÇÃO, QUAIS SERIAM AS POSSIBILIDADES DESSAS ALTERAÇÕES E OS IMPACTOS ESPERADOS PARA A BAHIA?

EP – As linhas de desejo das demandas do transporte de passageiros podem ser diferentes do transporte de cargas. Embora atenda bem à população de determinadas regiões, as necessidades e demandas dos passageiros são distintas das cargas. Além disso, o transporte de cargas viabiliza grandes investimentos ferroviários, que sempre são significativos em escala global.

É raro encontrar viabilidade financeira para construir vias exclusivamente para passageiros, afora em sistemas de transportes urbanos. A China faz isso como parte de um plano nacional que está vinculado a outros benefícios. Lá existem cerca de 40.000 km de linhas de trens de alta capacidade, exclusivos para passageiros. No nosso caso, precisamos focar em investimentos iniciais para o transporte de cargas. O plano atual discutido envolve a possibilidade de realocar parte da ferrovia que liga Salvador a Minas Gerais para passar por Feira de Santana. Essa mudança visa aumentar a capacidade de carga, a velocidade e melhorar as características físicas da ferrovia.

Poderíamos ter um serviço de transporte de passageiros entre Feira de Santana e Salvador, compartilhando a via com o transporte de cargas, com um tempo de percurso estimado de 30 a 40 minutos. Isso seria extremamente importante para melhorar a mobilidade na região metropolitana. Além disso, o trecho da ferrovia que atualmente não é utilizada para transporte de cargas no Recôncavo da Bahia poderia ser aproveitada para o transporte de passageiros.

Esse trecho ferroviário, que vai de Cachoeira a Santo Amaro e chega até Salvador, poderia ser utilizado para o turismo, incrementando a visitação nessa região. Portanto, é uma ideia promissora. Já existem estudos em andamento pelo governo da Bahia e pelo governo federal para viabilizar essa parte do transporte de passageiros.

SEI – O TRABALHO REFORÇA A VOCAÇÃO NATURAL DA BAHIA PARA A LOGÍSTICA E MAPEIA 18 MUNICÍPIOS BAIANOS COM ALTÍSSIMO POTENCIAL PARA SE TORNAREM CENTROS LOGÍSTICOS E AMPLIAREM A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM SEUS TERRITÓRIOS. COMO SE DEU A ESCOLHA DESSES MUNICÍPIOS?

EP – A escolha desses municípios foi feita a partir de uma proposta metodológica, construída e utilizada pela Fundação Dom Cabral, de identificação de Arranjos Produtivos Locais (APL) de atividades logísticas no Brasil ao nível municipal. O procedimento metodológico consiste basicamente em três principais etapas, em que a primeira consiste em identificar os municípios que mais se destacam como geradores de fluxos de cargas, tanto em termos de embarque quanto de desembarque de volumes. A segunda etapa consiste no cálculo do Índice de Concentração Composto (ICC)

A escolha desses municípios foi feita a partir de uma proposta metodológica, construída e utilizada pela Fundação Dom Cabral, de identificação de Arranjos Produtivos Locais (APL) de atividades logísticas no Brasil ao nível municipal

Todos os estados reconhecem que investir em ferrovias de alta capacidade pode transformar o cenário de desenvolvimento econômico no país

para cada município, a partir de dados secundários de pessoas ocupadas em atividades logísticas. A terceira etapa consiste no cálculo do Índice de Participação dos Estabelecimentos Logísticos (IPEL), o qual se baseia no número de empresas de serviços logísticos no local e na Bahia como um todo. Uma combinação desses fatores identificou os 18 principais municípios potenciais.

Se viabilizarmos essas ferrovias, conectando os portos da Bahia ao Nordeste, ao Centro-Oeste e ao Sul, poderemos criar nós logísticos em cidades onde as ferrovias se cruzam com rodovias importantes, como a BR-101, a BR-116 com a BR-242 e a rodovia que vai para Juazeiro (BR-407). Esses nós logísticos podem atrair investimentos em serviços de apoio às atividades logísticas, bem como setores da indústria.

Devido a uma rearrumação dos produtos em circulação, eles podem ser reagrupados, reembalados ou modificados. As adaptações desses fluxos de cargas gerais provenientes desses municípios polarizadores podem ocorrer por meio do modal rodoviário para as cidades vizinhas. Se considerarmos uma área de influência de até 50 km a partir de cada um desses 18 municípios, esse processo pode impactar 113 municípios na Bahia. Mas isso vai acontecer com maior grau de concentração na macrorregião de Salvador, que possui densidade populacional, considerável capacidade instalada em infraestrutura, indústria, serviços e mão de obra qualificada.

Se aproveitarmos esse potencial e a capacidade de atração dessa macrorregião para integrar com os fluxos de outras regiões do Brasil, bem como importações e exportações para outras partes do mundo, poderemos gerar reflexos positivos nesses 113 municípios. Isso pode resultar em renda adicional, aumento do mercado consumidor e, possivelmente, benefícios para a produção agrícola de pequena escala nas proximidades dessa nova logística.

SEI – O GOVERNO FEDERAL ACENOU COM INVESTIMENTOS DE R\$ 26 BILHÕES EM LINHAS FÉRREAS, POR MEIO DO NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC). A BAHIA SERÁ CONTEMPLADA COM ALGUMA PARTE DESSES INVESTIMENTOS?

EP – Quem define a política de concessão das ferrovias é o governo federal, não é mesmo? Atualmente, no Brasil, há uma grande disputa pelos investimentos em ferrovias. Todos os estados reconhecem que investir em ferrovias de alta capacidade pode transformar o cenário de desenvolvimento econômico no país. A infraestrutura ferroviária desempenha um papel crucial na atração de novos investimentos, e essa competição é acirrada. Uma parte

significativa desses investimentos está concentrada nos estados do Sudeste, que já possuem maior concentração dessas ferrovias.

Além disso, São Paulo concentra o movimento portuário de forma mais expressiva. Existe também uma tendência de que os investimentos se direcionem aos portos da Região Norte do país, devido à proximidade com a Europa e com o canal do Panamá, facilitando a conexão com o Pacífico. No entanto, apesar desse contexto, nossos estudos indicam que o estado da Bahia possui um grande potencial para atrair fluxos de carga.

Esse potencial está relacionado ao crescimento da produção de grãos na direção do norte do país e na sua área central, o que favoreceu a Bahia como um importante eixo de escoamento dessa produção. Estamos ativamente envolvidos nessa discussão junto ao governo federal e ao Ministério dos Transportes. Acreditamos que a Bahia tem chances de ser reconhecida pelo setor privado, destacando sua capacidade de contribuir com um movimento da área de expansão da economia do Sudeste, porquanto está situada na sua periferia imediata.

As definições mais importantes sobre esses investimentos estão sob a responsabilidade do governo federal, que avalia as possibilidades de atrair investimentos, tanto do setor privado nacional quanto internacional.

SEI – A FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA (FCA), ATUAL CONCESSIONÁRIA, COMUNICOU AO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES QUE NÃO DESEJA MANTER SOB SUA GESTÃO QUALQUER TRECHO DE FERROVIA EM TERRITÓRIO BAIANO. COMO ESSA DECISÃO VAI AFETAR A ECONOMIA BAIANA, JÁ QUE A FCA MANTINHA ALGUMAS LINHAS EM OPERAÇÃO NA BAHIA? QUAIS MEDIDAS O GOVERNO BAIANO DEVERÁ TOMAR PARA AMENIZAR ESSE PROBLEMA LOGÍSTICO?

EP – A VLI ganhou a concessão da Malha Centro-Leste, a mais extensa dentre as seis da extinta *Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA)*, incluindo as ferrovias do Rio, Minas, Bahia e Sergipe durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996. Essa concessão é válida por 30 anos e está prestes a expirar em 2026. Por lei, é necessário definir a renovação dessa concessão, e essa discussão está sendo conduzida pelo Ministério dos Transportes.

Durante essas três décadas, nada foi acrescentado à ferrovia na Bahia, o que afetou significativamente a economia do estado. Estamos acompanhando de perto as definições do Ministério dos Transportes.

Acreditamos que a Bahia tem chances de ser reconhecida pelo setor privado, destacando sua capacidade de contribuir com um movimento da área de expansão da economia do Sudeste

Caso os investimentos nos portos da BTS e ferrovias sejam realizados, há perspectivas futuras de essas movimentações serem ainda mais robustas futuramente

SEI – NA QUESTÃO DOS PORTOS, A BAHIA POSSUI A MAIOR BAÍA DO BRASIL E A SEGUNDA MAIOR DO MUNDO, COM 11 INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS (BTS) FUNCIONANDO COMO UNIDADES ISOLADAS. COMO CRIAR O COMPLEXO PORTUÁRIO DA BTS DIANTE DAS DEMANDAS E NECESSIDADES ESPECÍFICAS, POR EXEMPLO, DO SETOR AUTOMOTIVO E DE OUTROS AGENTES ECONÔMICOS DE DIFERENTES SETORES?

EP – O complexo portuário da Baía de Todos os Santos possui características muito importantes como águas calmas, profundas e baixa intensidade de assoreamento. Isso significa que os custos de dragagem são mais baixos, por exemplo, quando é necessário ampliar o calado dos portos.

Na Bahia, temos um potencial significativo com portos públicos e terminais privados. Entre os portos públicos, destaca-se o porto de Salvador, que possui um terminal de contêineres essencial para o transporte de algodão da região oeste da Bahia, por exemplo. Além disso, o porto de Aratu também é relevante nesse contexto.

A Bahia atualmente já tem demonstrado uma dinâmica de captação de cargas de estados vizinhos do território baiano para serem exportadas pelo Complexo Portuário de Salvador-Aratu. Entre os anos de 2017 e 2022, identificou-se um montante de 2 milhões de toneladas de cargas com origem de outros estados brasileiros para exportar através dos portos baianos, a exemplo de Tocantins, Piauí, Minas Gerais e Goiás, os quais já escoam parte de suas cargas de grãos e farelo de soja. Caso os investimentos nos portos da BTS e ferrovias sejam realizados, há perspectivas futuras de essas movimentações serem ainda mais robustas futuramente, o que elevará significativamente a competitividade desse espaço.

O complexo comporta o Sistema Portuário da Baía de Todos os Santos, formado pelo porto descontinuado Aratu-Candeias/Salvador, além dos terminais de uso privativo (TUP) da Petrobras (Temadre e o Terminal de Gaseificação), ex Ford, Dow Química, Moinho Dias Branco e Gerdau (Usiba), todos em áreas sob a jurisdição da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba).

Mas, é importante pensar num processo de integração entre as unidades portuárias, via especialização, de modo a se tornarem mais cooperativas e menos concorrentes. A China tem adquirido ganhos com essas iniciativas.

Isso significa que temos um potencial para transformar esse complexo portuário da Baía de Todos os Santos em um *hub* portuário. No entanto, para que isso aconteça, é necessário haver uma ferrovia que alimente esse complexo. Como mencionado anteriormente, temos uma ferrovia que pode

ser essencial para alcançar o *status* de primeiro *hub* portuário mais importante no Nordeste. O potencial existe, desde que o projeto seja integrado com os portos da Bahia, aeroportos, equipamentos logísticos, conectividade, energia e rodovias. Tudo isso deve estar articulado com as ferrovias mencionadas anteriormente.

Dos desenhos de ferrovias bioceânicas, pelo menos o mais importante e considerado viável a curto prazo, é o eixo que liga os portos de São Paulo e do Paraná ao Chile

SEI – DUAS NOVAS ROTAS BUSCAM LIGAR OS OCEANOS ATLÂNTICO E PACÍFICO POR RODOVIA E FERROVIA. A PRIMEIRA É A ROTA BIOCEÂNICA RODOVIÁRIA, A MEGAESTRADA QUE POSSIBILITARÁ LIGAR O OCEANO ATLÂNTICO AO PACÍFICO, NO CHILE, TENDO PORTO MURTINHO, EM MATO GROSSO DO SUL, COMO PONTO DE SAÍDA DO BRASIL. A OUTRA É A FERROVIA BIOCEÂNICA, UM AMBICIOSO PROJETO DE INTEGRAÇÃO CONTINENTAL QUE PROMETE REVOLUCIONAR O TRANSPORTE E O COMÉRCIO NA AMÉRICA DO SUL. ESSES INVESTIMENTOS PODEM DIFICULTAR A INTEGRAÇÃO DO NORDESTE, EM RELAÇÃO AO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO PARA EXPORTAÇÃO, COM AS DEMAIS REGIÕES DO MUNDO?

EP – Essa proposta existe há algum tempo. Inicialmente, foi anunciada pelos Eixos de Desenvolvimento, do presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, ocasião em que o Nordeste brasileiro não era contemplado. Duas regiões na América do Sul estavam fora dos eixos de desenvolvimento: o Nordeste brasileiro e a Patagônia.

À época, o Secretário de Planejamento Zezéu Ribeiro, com apoio da SEI, fez uma movimentação no Congresso Nacional para formulação de um pedido de alteração dos eixos e inclusão do Nordeste do Brasil na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Os estudos foram realizados e a sugestão foi a inserção do Nordeste como área de expansão do Eixo Amazônico, incluindo a Bahia.

Dos desenhos de ferrovias bioceânicas, pelo menos o mais importante e considerado viável a curto prazo, é o eixo que liga os portos de São Paulo e do Paraná ao Chile. Atualmente, esse transporte é feito pelo modal rodoviário, mas existe um projeto ferroviário que conecta esses dois portos do Atlântico e do Pacífico. Além disso, existe outro projeto que já está em curso, pelo menos nos discursos, que é uma ligação que também considera os portos do Peru, o que está sendo defendido pela ministra Simone Tebet.

Para promover o escoamento da produção do Centro-Oeste brasileiro, além dos traçados atuais por São Paulo e pelos portos dos estados ao sul, estão sendo anunciadas algumas alternativas: uma saindo pelo Rio de Janeiro e a outra saindo por Vitória, no Espírito Santo. Além disso, há a FIOL, que pode se tornar um eixo bioceânico, passando pela Bahia e se integrando

Nós estamos em uma luta na qual precisamos nos qualificar muito e avançar consideravelmente em nossa compreensão do processo de desenvolvimento [...]. Essa dinâmica é cada vez menos local e mais nacional e, principalmente, internacional

com a FICO até Rondônia, com possibilidades de alcançar o Peru. Mesmo enfrentando as dificuldades da Cordilheira dos Andes.

Entendemos que esses sistemas multimodais de transporte bioceânicos na América do Sul têm despertado forte interesse por parte de empresas chinesas há alguns anos. Quando discutimos com uma dessas empresas, a primeira pergunta que ouvimos do empresário foi: “Essa ferrovia é bioceânica?”

A importância desse tema bioceânico está relacionada aos desafios enfrentados pelos chineses em suas rotas marítimas ao passar pelo estreito de Malaca, na Indonésia, um ponto crítico de segurança. Além disso, a rota inclui o canal de Suez, que também apresenta dificuldades em função do controle que poderá trazer dificuldades para navios com bandeira chinesa, segundo alguns analistas.

O canal do Panamá, outra via importante, também enfrenta problemas em função da restrição de águas. Diante desse cenário, surgem projetos para encontrar alternativas na América Central, com um projeto no México e outro na Nicarágua, refletindo uma tendência de facilitar a circulação global.

Portanto, a Bahia pode se inserir em alguma dessas iniciativas a médio e longo prazo. No entanto, isso não significa que estamos imunes à marginalização nesse processo. É por isso que atuamos fortemente nesses estudos para identificar oportunidades e garantir nossa participação efetiva.

SEI – A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DESEMPENHA DOIS PAPÉIS NA ECONOMIA: INDUZIR O CRESCIMENTO ECONÔMICO E REDUZIR CUSTOS. QUAIS AS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA A BAHIA, DIANTE DO VOLUME DE INVESTIMENTOS PREVISTOS EM LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES?

EP – Não podemos contar com recursos ou condições sobrenaturais para prever o futuro. Precisamos compreender diversos fatores para identificar as tendências em curso. Se aproveitarmos essas tendências de forma eficaz, poderemos obter benefícios significativos.

Nós estamos em uma luta na qual precisamos nos qualificar muito e avançar consideravelmente em nossa compreensão do processo de desenvolvimento. É necessário obter muita informação para identificar os agentes que estão envolvidos atualmente nesse processo. Essa dinâmica é cada vez menos local e mais nacional e, principalmente, internacional.

Nossa iniciativa de estabelecer parcerias de estudos e projetos com uma instituição chinesa se deve ao fato de a China estar buscando relações com outros países em todo o mundo. Ela se coloca à disposição para trocas comerciais, investimentos e compartilhamento de tecnologias avançadas. Esses temas abrangem áreas como ferrovias, indústria e avanços tecnológicos. Nosso esforço é de nos aproximar desses conhecimentos.

Precisamos encontrar atalhos e buscar associação com aqueles que já possuem esse conhecimento. Parece-me que conseguiremos avançar com os chineses, como também buscar acordos de cooperação com outros países, de modo que possamos realizar estudos e projetos capazes de inserir a Bahia nesse processo. Compreendo que, se obtivermos investimentos, principalmente nas energias eólica e solar, além de estudar a implantação de uma ferrovia ligando o complexo portuário da Baía de Todos os Santos ao Centro-Oeste, Sul e Nordeste brasileiro, de forma integrada, talvez possamos inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento na Bahia e nacionalmente. Para compensar a fase de desindustrialização que vivemos nos últimos 30, 40 anos e encontrar uma nova maneira de gerar riqueza e renda, precisamos ter muito cuidado ao planejar como isso será feito.

Trabalhamos para ter um projeto para o Brasil e para a Bahia de forma que compreendamos que esses novos investimentos devem receber duas atenções especiais. A primeira está relacionada com o enfrentamento da pobreza. A segunda é a necessidade de atrair investimentos em mão de obra adequada e estímulo à qualificação, alinhadas às condições tecnológicas da produção atual. Além disso, é importante que esses investimentos estejam associados à preservação ambiental. Assim, poderemos alcançar um novo ciclo de desenvolvimento para a Bahia e para o Brasil.

É importante que esses investimentos estejam associados à preservação ambiental. Assim, poderemos alcançar um novo ciclo de desenvolvimento para a Bahia e para o Brasil



ANÁLISE DA DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO SHIFT-SHARE PARA AS MESORREGIÕES DO ESTADO DA BAHIA NO PERÍODO 2010-2021¹

Kaiza Correia da
Silva Oliveira

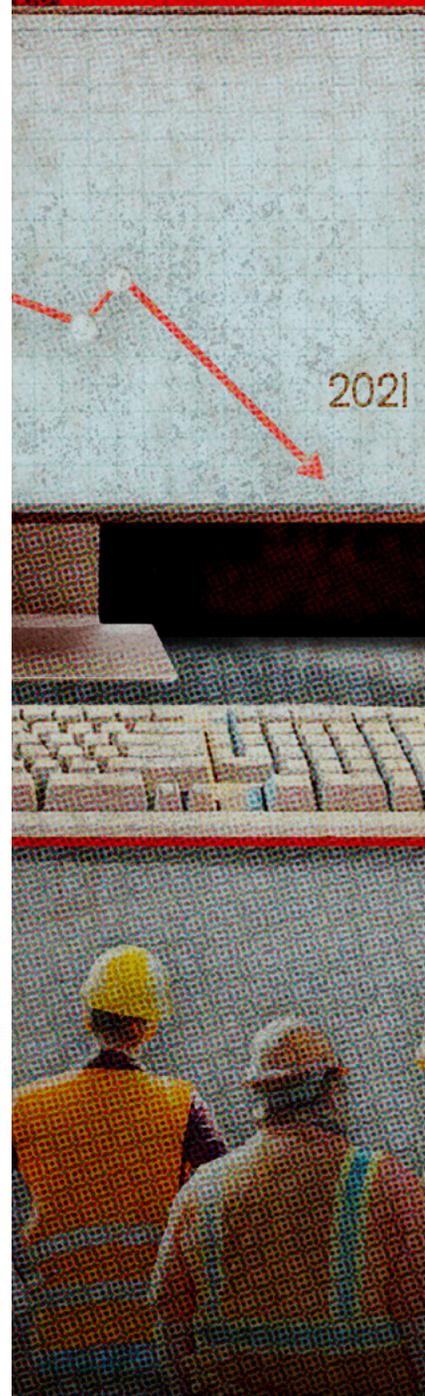
Doutora em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Economia Regional e Políticas Públicas e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professora adjunta da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (FCE/UFBA), professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU/Unifacs). <https://orcid.org/0000-0002-1858-3051>. kaizaco@ufba.br

<http://doi.org/10.56839/cp.1i206.2>

A PERCEPÇÃO de que o desenvolvimento econômico e social no sistema capitalista não se produz de forma territorialmente homogênea tornou-se latente nas últimas décadas (Silva; Perobelli; Araújo Júnior, 2020), ainda que autores da Economia Regional Moderna como Furtado (1961), Hirschman (1961), Myrdal (1968), Nurkse (1953), Perroux (1955), Prebisch (1949), Roseinstein-Rodan (1943), Singer (1952) já tivessem identificado em estudos anteriores essa tendência à concentração geográfica das atividades produtivas devido a fatores de ordem material e imaterial.²

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo Instituto Ânima.

² Segundo a literatura do desenvolvimento regional, elementos como: dotação de fatores de produção, capacidade de inovação e de risco, a articulação em rede dos setores econômicos, capacidade de formação e retenção de trabalhadores qualificados, endogeneização do conhecimento na produção material e na prestação de serviços, infraestrutura, entre outros.



Entender a dinâmica e os meandros da estrutura produtiva de determinada região ou país é um passo fundamental para superar as desigualdades intrarregionais

Estudos mais recentes que analisam o impacto que os movimentos de liberalização e globalização resultaram nas economias demonstram que a especialização produtiva aliada à integração regional, principalmente através das Cadeias Globais de Valor, leva alguns pontos privilegiados do território a se desenvolverem, enquanto outros permanecem estagnados (Baldwin, 2012; Baldwin; Ito; Sato, 2014; Gereffi; Humphrey; Sturgeon, 2005; Gereffi; Luo, 2014; Gibbon; Bair; Ponte, 2008).

A integração via crescimento das CGVs tem sido associada a níveis crescentes de desigualdade de renda entre países (Gereffi, 2014; Gereffi; Luo, 2014; Gibbon; Bair; Ponte, 2008; Kaplinsky, 2000), o que pode ser explicado em grande medida pela dinâmica da geração de renda nas cadeias, que são cada vez mais determinadas pela estrutura produtiva da região em relação à produção e exportação de bens e serviços sofisticados e por ativos intangíveis (Hausman; Hwang; Rodrik, 2007).

Assim, entender a dinâmica e os meandros da estrutura produtiva de determinada região ou país é um passo fundamental para superar as desigualdades intrarregionais, ao proporcionar informações relevantes ao processo de planejamento e tomada de decisão por meio da elaboração e implementação de políticas públicas destinadas a impulsionar o desenvolvimento econômico em nível local (Silva; Perobelli; Araújo Júnior, 2020).

Nesse contexto, este estudo buscou realizar uma reflexão sobre como as mudanças na reestruturação produtiva capitalista tem impactado nas dinâmicas produtivas do território baiano, haja vista que a Bahia tem passado por um processo de mudança produtiva semelhante ao movimento identificado no Brasil denominado de desindustrialização³ – por autores como Bresser-Pereira e Marconi (2009), Cano (2014), Hiratuka e Sarti (2015) e Oreiro e Feijó (2010) –, de modo a responder ao seguinte questionamento: qual o padrão de especialização da estrutura produtiva das mesorregiões baianas no período entre 2010 e 2021?

Diante disso, este estudo teve como objetivo principal analisar a evolução e desenvolvimento do tecido produtivo baiano através do exame das dinâmicas apresentadas por suas mesorregiões, identificando as mudanças nas atividades produtivas a partir da aplicação do método diferencial-estrutural *shift-share*, a partir de dados do emprego formal para o período entre 2010 e 2021.

³ O conceito de desindustrialização deriva do trabalho pioneiro de Rowthorn e Wells (1987), em que os autores definem esse processo como a redução da participação do emprego da indústria de transformação no emprego total.

Logo, este estudo se justifica por utilizar uma metodologia de análise que demonstra capacidade de analisar e absorver a evolução das variações regionais (Wanderley; Santos; Portugal, 2014) e da dinâmica setorial e produtiva de localidades, transformando em informações que podem servir como subsídio aos agentes econômicos e à elaboração de políticas públicas. Haja vista, auxiliam no entendimento e na identificação das disparidades regionais, assim como das oportunidades de desenvolvimento econômico e alocação de recursos no estado.

Para tanto, além dessa breve introdução, este artigo se estrutura em mais três seções. Na segunda seção faz-se uma breve discussão sobre os novos paradigmas do desenvolvimento regional, incluindo a literatura recente que trata da discussão sobre complexidade e crescimento econômico. A terceira apresenta a metodologia de análise a partir das medidas de localização e especialização, assim como do método estrutural diferencial *shift-share*, além da fonte dos dados. A quarta apresenta os principais resultados obtidos com a pesquisa em relação à evolução recente da estrutura produtiva das mesorregiões baianas. Por fim, a seção 5 apresenta as principais considerações finais encontradas.

EVOLUÇÃO RECENTE DA ESTRUTURA PRODUTIVA BAIANA

A Bahia, assim como o Brasil, passou nas últimas décadas pelo processo de desindustrialização prematura (Nassif; Bresser-Pereira; Feijó, 2017), decorrente da perda de participação da indústria de transformação no PIB e nas exportações do estado. Esse fenômeno é evidente quando se analisa os dados do PIB para os anos de 1990 e 2020. Enquanto em 1990 o Produto Interno Bruto Industrial correspondia a 35,2% do total, em 2020 correspondeu a apenas 23,2% (IBGE, 2023).

A economia baiana tem demonstrado uma perda de dinamismo ao cair da 6ª para a 7ª posição no *ranking* das economias estaduais no período de 2010 a 2020. Autores como Pessoti e Pessotti (2010) destacam que fatores como a elevação da participação do setor de serviços no PIB, caracterizado por baixa produtividade, menor intensidade tecnológica, menores efeitos de encadeamentos setoriais e, por conseguinte, reduzida competitividade, a exemplo dos segmentos imobiliário, comércio e administração pública, têm contribuído para a perda de dinamismo econômico do estado nas últimas décadas.

A Bahia, assim como o Brasil, passou nas últimas décadas pelo processo de desindustrialização prematura (Nassif; Bresser-Pereira; Feijó, 2017), decorrente da perda de participação da indústria de transformação no PIB e nas exportações do estado

Ademais, esse cenário é aprofundado estruturalmente quando se analisa a lógica de produção baiana que ainda é ancorada no modelo primário agroexportador, completamente dependente da dinâmica de crescimento exógena, seja de outros estados, seja do comércio internacional, voltado para produção de bens de baixo valor agregado e intensidade tecnológica, a exemplo dos grãos, e de bens intermediários como químicos, petroquímicos e metalúrgicos para o abastecimento externo.

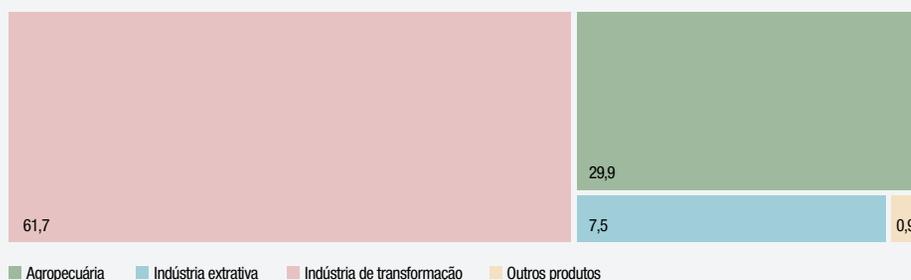
Essa dinâmica pode ser visualizada quando se analisa os dados de exportação do estado para os anos de 2010 e 2021. É possível identificar uma redução da capacidade industrial nos dados apresentados nas Figuras 1 e 2, quando a indústria de transformação, que foi responsável por 82,3% do total de exportações em 2010, reduziu sua participação para 61,7% em 2021, enquanto a agropecuária expandiu sua participação de 13,6% para 29,9% no mesmo período.

Figura 1
Participação das exportações da Bahia por setor – 2010 (Em US\$)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da dados do MDIC (2023).

Figura 2
Participação das exportações da Bahia por setor – 2021 (Em US\$)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da dados do MDIC (2023).

Adicionalmente, a perda de complexidade econômica na produção e exportação pode ainda ser identificada nos dados apresentados nas Figuras 3 e 4, para os anos de 2010 e 2021. De acordo com os dados apresentados, a

Cabe salientar que, mesmo quando se analisa a pauta de exportação de produtos intermediários, que envolvem maior processamento e mais etapas de produção internas, o que demanda capacidade industrial, a exemplo das pastas químicas e de madeira e do petróleo refinado, os dados apontam estagnação ou retração desses setores no mesmo período.

Outras evidências são constatadas quando se analisa os dados do mercado de trabalho formal na Bahia entre os anos de 2010 e 2021, representados na Tabela 1. Os dados levantados apontam que o número de empregos formais no estado para os setores ligados a indústria de transformação apresentou redução, enquanto o volume total da mão de obra teve uma taxa de crescimento de 10%.

Tabela 1
Taxas de crescimento do emprego por setor – Bahia – 2010-2021

Setores	2010	2021	Taxa de crescimento do emprego (%)
Adm. técnica profissional	224.826	264.844	17,79954
Administração pública	611.843	625.526	2,236358
Agricultura	86.604	97.133	12,15764
Alimentos e bebidas	46.414	57.941	24,83518
Aloj. comunic.	161.025	160.247	-0,48315
Borracha, fumo, couros	10.802	14.217	31,61452
Comércio atacadista	57.895	79.819	37,86856
Comércio varejista	330.323	364.157	10,2427
Construção civil	153.474	114.405	-25,4564
Elétrico e comunic.	4.350	3.149	-27,6092
Ensino	65.721	87.409	33,00011
Extrativa mineral	12.924	17.691	36,88487
Indústria de calçados	39.337	35.133	-10,6871
Indústria mecânica	8.834	12.135	37,36699
Indústria metalúrgica	17.416	16.153	-7,25195
Indústria química	28.437	29.862	5,011077
Indústria têxtil	23.341	21.469	-8,02022
Instituição financeira	23.710	24.772	4,479123
Madeira e mobiliário	8.601	9.372	8,964074
Material de transporte	8.029	2.655	-66,9324
Médicos odontológicos vet.	69.326	140.567	102,7623
Papel e gráficos	11.296	11.506	1,859065
Prod. mineral não metálico	17.633	17.734	0,57279
Serviço utilidade pública	18.360	30.269	64,86383
Transporte e comunicações	98.711	115.033	16,53514
Total de empregos	2.139.232	2.353.198	10,0020

Fonte: Brasil (2023b). Elaboração própria.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, os setores que mais empregaram no estado da Bahia foram *Administração técnica profissional* e *Administração pública*, que juntos absorveram quase 38% de toda a mão de obra formal empregada. Já entre os setores que apresentaram as maiores taxas de crescimento do número de empregos formais na Bahia, destacaram-se os setores de

prestação de serviços ligados à área de saúde, como o de *Serviços médicos, odontológicos e veterinários* (102,76%), e os setores de *Serviços industriais de utilidade pública* (64,86%), *Comércio atacadista* (37,87%), *Indústria mecânica* (+37,37%) e *Extrativa mineral* (36,89%). Cabendo salientar que o efeito expressivo apresentado pelo setor de serviços médicos pode ser derivado da crise sanitária da covid-19, que se alastrou em 2020 pelo mundo, gerando uma necessidade crescente de profissionais ligados ao setor para combatê-la.

Ademais, setores de grande relevância na participação setorial do PIB baiano, a exemplo da construção civil, apresentaram um decréscimo na taxa de crescimento do emprego na ordem de 25%, enquanto os setores de *Serviços industriais de utilidade pública*, *Indústria química* e *Alimentos* cresceram cerca de 65%, 5% e 25%, respectivamente. Outrossim, os setores de *Indústria de material de transporte*, *Construção civil*, *Indústria de calçados*, *Indústria de material elétrico e de comunicações*, *Serviços de alojamento e comunicações*, *Indústria metalúrgica* e *Indústria têxtil* apresentaram taxas de crescimento negativas, o que representou uma redução de 13,2% do total de vagas de emprego em 2021 nesses setores, em relação a 2010 (Tabela 1).

A partir dos dados apresentados é possível intuir que o efeito setorial do emprego na Bahia foi grande, mas o efeito da mudança estrutural foi ainda maior, haja vista que houve uma relevante realocação de trabalhadores de setores mais produtivos, a exemplo da indústria, para setores mais ligados à prestação de serviços de menor valor adicionado, o que pode configurar indícios de desindustrialização e um padrão de especialização produtiva associado à exploração de recursos naturais e de segmentos produtivos intensivos em mão de obra de baixa qualificação e de baixa intensidade tecnológica.

Esses movimentos são reflexo da própria conjuntura produtiva brasileira, que tem apresentado perda de densidade industrial relativamente superior nos setores industriais de elevado conteúdo tecnológico (Bresser-Pereira; Marconi, 2009; Cano, 2014; Hiratuka; Sarti, 2015; Morceiro; Guillhoto, 2020; Oreiro; Feijó, 2010), o que se revela um bloqueio estrutural para o processo de desenvolvimento econômico, de acordo com a abordagem de desenvolvimento econômica que entende que é no setor industrial que se abrem as amplas fronteiras para a acumulação de capital e geração de crescimento econômico, dada a sua possibilidade de realizar fortes laços de encadeamentos produtivos e estabelecimento de relações tecnológicas.

Outro ponto é que, essa literatura sugere que o processo de mudança estrutural ou ganhos de produtividade nos setores de serviços ou de agricultura

O efeito setorial do emprego na Bahia foi grande, mas o efeito da mudança estrutural foi ainda maior, haja vista que houve uma relevante realocação de trabalhadores de setores mais produtivos [...] para setores mais ligados à prestação de serviços de menor valor adicionado

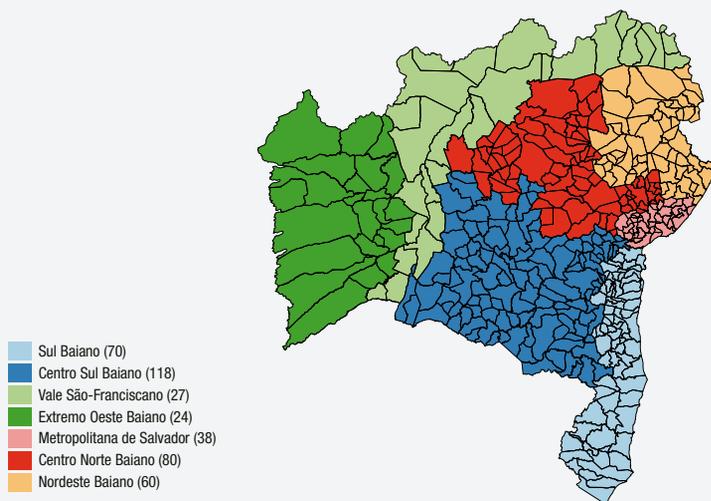
têm efeitos negativos sobre PIB, pois não conseguem absorver os excedentes de mão de obra rural em atividades de alto valor agregado. Assim, para uma economia de renda média, como a baiana, a produtividade dos setores industriais no geral, e manufatureiro em particular, tem fundamental importância sobre o processo de aceleração do crescimento econômico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de analisar a evolução e desenvolvimento do tecido produtivo baiano e a contribuição dos fatores internos e externos para as mudanças observadas, foi aplicada a metodologia *shift-share* para dados de emprego das sete mesorregiões do estado da Bahia, conforme apresenta a Figura 5, quais sejam: (1) Extremo Oeste Baiano, (2) Vale São-Franciscano da Bahia, (3) Centro Norte Baiano, (4) Nordeste Baiano, (5) Metropolitana de Salvador, (6) Centro Sul Baiano e (7) Sul Baiano.

Os dados utilizados serão referentes ao número de empregos formais e foram extraídos da pesquisa Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁴ do Ministério do Trabalho e Emprego para os anos de 2010 a 2021, considerando 25 subsetores de atividade econômica - CNAE/80 (IBGE).

Figura 5
Mapa das mesorregiões – Bahia – 2023



Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria.

⁴ Segundo Suzigan *et al.* (2003), essa base apresenta informações sobre o volume de emprego e o número de estabelecimentos. Contudo, a RAIS inclui somente relações contratuais formalizadas por meio da “carteira assinada”, o que pode distorcer os resultados e dificultar as análises.

MÉTODO DE ANÁLISE DIFERENCIAL-ESTRUTURAL

Ao diferenciar os componentes estruturais dos diferenciais, o *shift-share* permite identificar as diferentes forças que atuam no crescimento regional

Segundo Simões (2005), a análise *shift-share* é um método que tem como objetivo entender a contribuição de fatores locais, regionais e globais para as mudanças observadas em uma determinada área geográfica, por meio da decomposição da taxa de crescimento ou variação de um determinado componente agregado. A análise baseia-se na comparação entre o crescimento do emprego real e teórico, dentro de cada região, sendo que o crescimento real se refere àquele efetivamente observado na região; e o crescimento teórico aquele que a região apresentaria se evoluísse conforme todas as regiões da área de referência (mesorregião, microrregião, estado, país etc.).

A diferença entre o crescimento real e teórico reflete o grau de dinamismo da região que está relacionado a um fator estrutural e outro diferencial. O fator estrutural é uma função da composição industrial da região e o diferencial uma função da especialização regional em determinadas atividades, dadas as vantagens comparativas da região.

O método decompõe a variação setorial do “emprego” em cada região, entre um ano base e outro determinado ano (ano final), para avaliar a parcela da variação associada a fatores internos (efeito diferencial ou competitivo) e a fatores externos (efeito estrutural ou proporcional). Sendo os fatores internos: infraestrutura, capital humano etc.; e os fatores externos: câmbio, juros, crescimento mundial etc.

Para tanto, o modelo *shift-share* permite decompor o crescimento em variações que, conforme Cerejeira (2011), podem ser caracterizadas em: efeito do crescimento nacional; efeito da composição setorial da região (componente estrutural); e o efeito de outros fatores específicos da região (componente regional, concorrencial ou diferencial).

Ao diferenciar os componentes estruturais dos diferenciais, o *shift-share* permite identificar as diferentes forças que atuam no crescimento regional. Segundo Esteban (2000), a intuição primordial do método é analisar até que ponto as diferenças observadas no crescimento entre cada região específica e a média da região de referência é devido ao fato de a região específica ter apresentado um crescimento uniformemente melhor que a média em todas as indústrias, ou ao fato de que a região passa a ser especializada em setores de rápido crescimento.

Para realização do cálculo dos efeitos diferencial e estrutural, faz-se uso da metodologia *shift-share*.

Para calcular a variação real do emprego do setor i na região j entre o período inicial ($t = 0$) e o período final ($t = 1$), faz-se:

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^1 - E_{ij}^0 \quad (1)$$

Variação real do emprego regional entre o período inicial ($t = 0$) e o período final ($t = 1$):

$$\Delta E_j = \sum_i E_{ij}^1 - E_{ij}^0 \quad (2)$$

No método clássico, a variação do emprego regional ΔE_j pode ser dividida em três componentes: Variação Regional (R); Variação Proporcional (P); e Variação Diferencial (D).

$$\Delta E_j = R + P + D \quad (3)$$

A Variação Regional (R) ou teórica se refere ao acréscimo de emprego que teria ocorrido se a região j crescesse à taxa de crescimento do total de emprego da região de referência, no mesmo período:

$$R = \sum_i E_{ij}^0 (r_{tt} - 1) \quad (4)$$

Em que r_{tt} é a taxa nacional de crescimento do emprego:

$$r_{tt} = \frac{\sum_i \sum_j E_{ij}^1}{\sum_i \sum_j E_{ij}^0} = \frac{E_{..}^1}{E_{..}^0} \quad (5)$$

A Variação Proporcional (P) ou Estrutural se refere ao montante adicional de emprego que uma região poderá obter como resultante da sua “composição industrial”:

$$P = \sum_i E_{ij}^0 (r_{it} - r_{tt}) \quad (6)$$

Em que r_{it} é a taxa de crescimento do emprego no setor i :

$$r_{it} = \frac{\sum_j E_{ij}^1}{\sum_j E_{ij}^0} = \frac{E_i^1}{E_i^0} \quad (7)$$

Cabe salientar que os setores dinâmicos apresentação $r_{it} > r_{tt}$ e os setores de crescimento lento apresentarão $r_{it} < r_{tt}$.

Já a Variação Diferencial (D) se refere ao montante positivo (ou negativo) de emprego que a região j conseguirá porque a taxa de crescimento do

emprego, em determinados setores, foi maior (ou menor) nesta região do que na média nacional:

$$D = \sum_i E_{ij}^0 (r_{ij} - r_{it}) \quad (8)$$

Em que o r_{ij} é a taxa de crescimento do emprego no setor i na região j :

$$r_{ij} = \frac{E_{ij}^1}{E_{ij}^0} \quad (9)$$

Assim, a variação do emprego regional pode ser obtida através da equação:

$$\sum_i E_{ij}^1 - \sum_i E_{ij}^0 = \sum_i E_{ij}^0 (r_{tt} - 1) + \sum_i E_{ij}^0 (r_{it} - r_{tt}) + \sum_i E_{ij}^0 (r_{ij} - r_{it}) \quad (10)$$

Reescrevendo:

$$\sum_i E_{ij}^1 - \sum_i E_{ij}^0 - \sum_i E_{ij}^0 (r_{tt} - 1) = \sum_i E_{ij}^0 (r_{it} - r_{tt}) + \sum_i E_{ij}^0 (r_{ij} - r_{it}) \quad (11)$$

Assim, a Equação 11 denota que a diferença entre o crescimento efetivo do emprego em cada região j e o seu crescimento hipotético decorre de dois fatores: um estrutural e outro diferencial. Logo, a variação real acima da variação teórica indica que o setor i da região j cresceu acima da média nacional em função de elementos dinâmicos (internos e/ou externos), atuando na região de forma positiva, e uma variação real abaixo da variação teórica mostra que o setor i da região j apresenta problemas de dinamismo, pois está crescendo abaixo da média nacional.

A versão do método *shift-share* utilizada aqui é a adaptação realizada por Esteban-Marquillas (1972) para o método clássico de análise. O método de Esteban-Marquillas (1972) reformula a equação clássica para tratar um problema presente no efeito diferencial, o qual pode ser influenciado tanto pela dinâmica do setor como também pela concentração regional do emprego desse setor no ano-base. Esteban-Marquillas (1972) propõe uma reformulação do método baseada na definição de um novo elemento E_{ij} , denominado emprego homotético no setor i da região j . O emprego homotético é o emprego que este setor teria se a região j tivesse uma estrutura de emprego idêntica à estrutura da nação.

O emprego homotético é definido por:

$$E'_{ij} = \sum_i E_{ij} \times \left(\frac{\sum_j E_{ij}}{\sum_i \sum_j E_{ij}} \right) = E_{.j} \times \frac{E_{i.}}{E_{..}} \quad (12)$$

O Efeito Competitivo (D') – Efeito Diferencial calculado com base no emprego homotético:

$$D' = \sum_i E'_{ij} x (r_{ij} - r_{it}) \quad (13)$$

Para eliminar a influência estrutural sobre o efeito diferencial, Esteban-Marquillas define o Efeito Alocação (A):

$$A = \sum_i \left[(E_{ij}^0 - E'_{ij}) (r_{ij} - r_{it}) \right]$$

A variação do emprego regional pode ser dividida em quatro componentes: Regional (R); Proporcional (P); Competitivo (D'); e Alocação (A):

$$\Delta E_j = R + P + D' + A$$

Equação modificada de Esteban-Marquillas:

$$\sum_i E_{ij}^1 - \sum_i E_{ij}^0 = \sum_i E_{ij}^0 (r_{tt} - 1) + \sum_i E_{ij}^0 (r_{it} - r_{tt}) + \sum_i E'_{ij} x (r_{ij} - r_{it}) + \sum_i \left[(E_{ij}^0 - E'_{ij}) (r_{ij} - r_{it}) \right]$$

Quadro 1
Categorização do Efeito Alocação

Alternativas	Efeito de alocação	Especialização	Vantagem competitiva
Desvantagem competitiva, especializado	Negativo	+	-
Desvantagem competitiva, não especializado	Positivo	-	-
Vantagem competitiva, não especializado	Negativo	-	+
Vantagem competitiva, especializado	Positivo	+	+

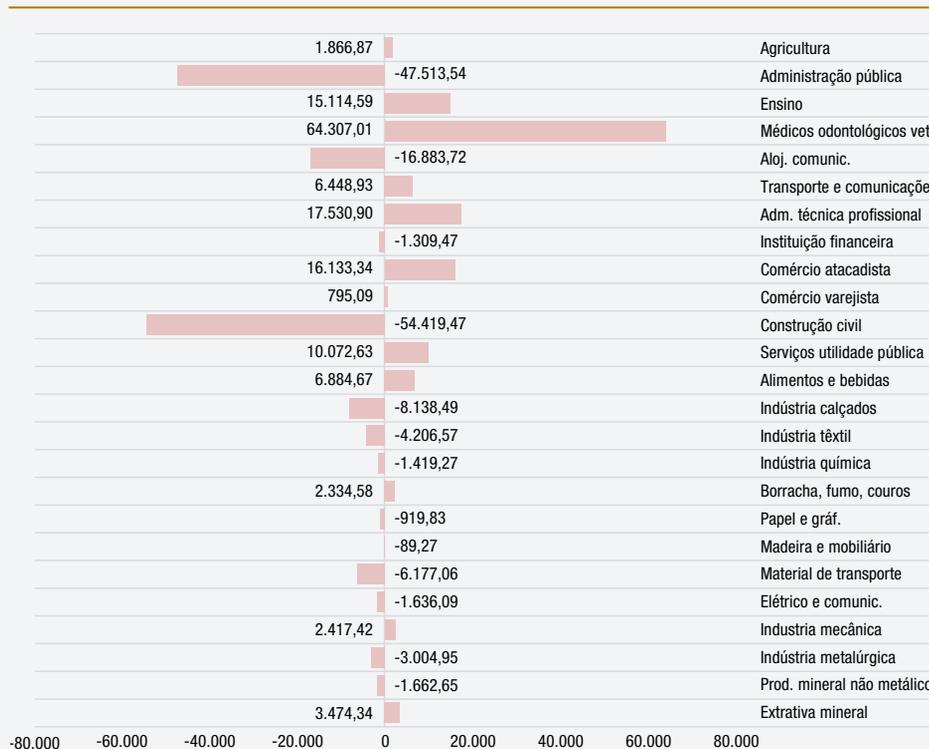
Fonte: Wanderley (2018).

RESULTADOS

Antes de apresentar os dados encontrados a partir da aplicação da metodologia *shift-share*, buscou-se identificar se houve mudanças na estrutura setorial da economia, ou ainda, se determinado setor específico da Bahia experimentou um crescimento significativo em relação aos demais setores, de modo a auxiliar na quantificação da contribuição desse setor para o crescimento geral do estado; observou-se que o setor de *Serviços médicos, odontológicos e veterinários* foi o que apresentou a maior variação positiva (Gráfico 1).

Ainda foi possível destacar os setores de *Transporte e comunicações*, *Serviço de utilidade pública*, *Indústria mecânica*, *Extrativa mineral*, *Ensino*, *Comércio varejista*, *Comércio atacadista*, *Borracha, fumo e couros*, *Alimentos e bebidas*, *Agricultura* e *Adm. técnica profissional* como os setores que apresentaram variação positiva em todas as regiões, o que significa que a taxa de crescimento total de cada um desses setores no estado foi maior do que a taxa de crescimento total de todos os setores do estado ($e_i > e$), ou ainda, que a Bahia pode estar se especializando mais nesses setores (Gráfico 1).

Gráfico 1
Variação do emprego setorial – Bahia – 2010-2021



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Rais (2023).

Os dados apresentados corroboram com as análises apresentadas na seção 2, sobre a evolução da estrutura produtiva na Bahia a partir de dados do PIB e das exportações, ao evidenciar que a Bahia perdeu número de empregos em setores mais industriais e dinâmicos e, portanto, especialização, indo em desacordo com a visão econômica apresentada pelos desenvolvimentistas que associam o desenvolvimento à mudança estrutural na direção da sofisticação das atividades produtivas. Notadamente, a Bahia tem caminhado na última década para a volta ao modelo primário exportador, se especializando em setores ligados ao agronegócio ou a prestação de serviços não especializados, o que tende a gerar mais disputas entre as distintas regiões

do que integração e *linkages* necessários para a construção de projeto regional de desenvolvimento.

O que, segundo Brandão (2011), revela um novo paradigma de regionalismo surgido durante a década de 1990, que se concentra no desenvolvimento de regiões específicas, explorando suas vantagens comparativas e integração no mercado global de *commodities*. Esse mesmo paradigma é visto na visão de Baldwin (2006, 2011) como a nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) orquestrada através de CGV, que conduziu a uma estratégia de conglomerados empresariais de grande porte, que se tornaram emblemas da globalização, e a uma dinâmica desassociada de um projeto nacional.

Em relação à variação real do emprego por mesorregião, analisada a partir das taxas de crescimento no período de 2010 a 2021, observa-se, na Tabela 2, que a região do Extremo Oeste Baiano foi a que mais contribuiu com o crescimento do emprego no estado nesse período, pois apresentou uma elevação de 46,8% no emprego formal, seguida pela região do Vale São-Franciscano da Bahia com 36,8% e pelo Centro Norte Baiano com 29,9%. Cabe salientar, contudo, que a Região Metropolitana de Salvador, que historicamente abrange a maior parte da mão de obra empregada no estado, dada a concentração de funções industriais, administrativas, comerciais e recursos logísticos, apresentou retração na taxa de crescimento do emprego de cerca 3,2%, ou seja, uma redução de 37.654 vagas de empregos formais no período entre 2010 e 2021 (Tabela 2).

Tabela 2
Variação real do emprego por mesorregião – Bahia – 2010-2021

Regiões	2010	2021	Variação %
Extremo Oeste Baiano	73.199	107.485	46,8
Vale São-Franciscano da Bahia	82.621	112.867	36,6
Centro Norte Baiano	223.835	290.729	29,9
Nordeste Baiano	110.905	136.649	23,2
Metropolitana de Salvador	1.162.361	1.124.707	-3,2
Centro Sul Baiano	230.852	286.901	24,3
Sul Baiano	255.459	293.860	15,0
Total	2.139.232	2.353.198	10,0

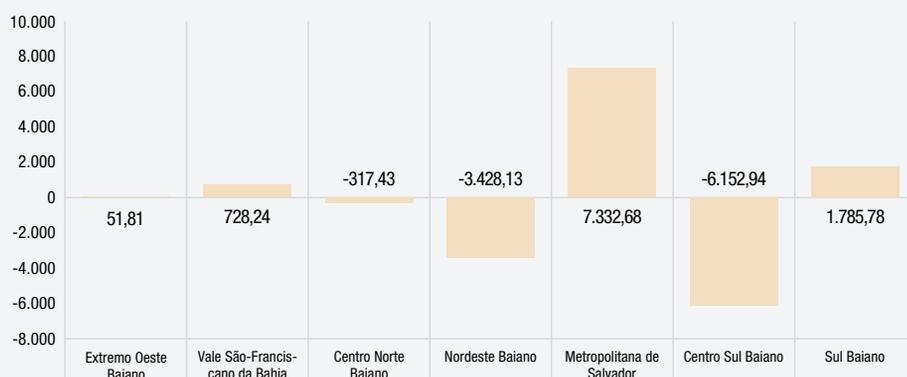
Fonte: Brasil (2023b). Elaboração própria.

Quando se analisa os dados relativos ao efeito estrutural do emprego (fatores externos) por mesorregião a partir da Gráfico 2, observa-se que a Região Metropolitana de Salvador é a que se destaca em termos relativos ao montante adicional de emprego que uma região poderá obter como resultante da sua composição industrial, ou seja, em relação ao grau de

especialização regional. Isso é observado dado o fato da industrialização na Bahia ter se originado e concentrado especialmente nessa mesorregião, com a instalação do Centro Industrial de Aratu/CIA, em Simões Filho (1960), e do Polo Petroquímico de Camaçari (1970) que deram início à concentração industrial, formando o complexo industrial na cidade do mesmo nome, área industrial de maior adensamento produtivo na Bahia, dotada de melhor infraestrutura física e possibilidades de estabelecimento de encadeamentos interindustriais. O que torna a mesorregião de fundamental importância para a economia baiana.

As demais mesorregiões, à exceção do Sul Baiano e Vale São-Franciscano, demonstraram que estão se especializando, ou são especializadas, em setores de menor dotação de capacidade industrial e, portanto, menor produtividade do fator capital, e assim, menores taxas de crescimento. O que pode ser explicado por fatores externos ligados à dinâmica econômica brasileira, que adota taxas de câmbio desvalorizadas e juros elevados, de modo que atividades ligadas aos setores do agronegócio se tornam mais atrativas do que as atividades industriais, elementos próprios da dinâmica rentista do capitalismo atual (Gráfico 2).

Gráfico 2
Variação estrutural do emprego por mesorregião – Bahia – 2010-2021



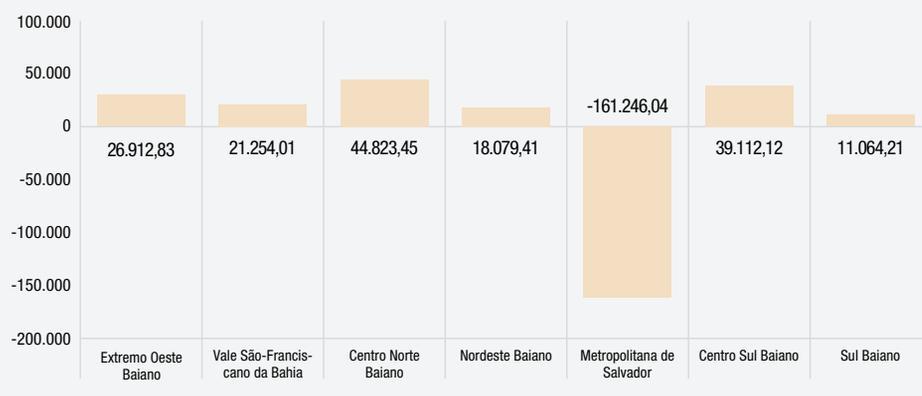
Fonte: Brasil (2023b). Elaboração própria.

Por fim, seguindo o modelo clássico do *shift-share*, foram apresentados os resultados da Variação Diferencial (D) no Gráfico 3, que mostra as diferenças de desempenho em termos de emprego formal setorial entre as mesorregiões da Bahia. Esse efeito permite avaliar se cada mesorregião da Bahia está crescendo em um ritmo mais rápido ou mais lento do que a Bahia como um todo, a partir de efeitos internos, de modo que seja possível identificar as mesorregiões que estão liderando o processo de crescimento do estado ou ficando para trás. Se refere, portanto, ao montante positivo (ou

negativo) de emprego que cada mesorregião conseguirá – em função da taxa de crescimento do emprego, em determinados setores nessas regiões – se apresentar maior (ou menor) do que na média regional.

A análise dos dados apresentados demonstra que, entre as mesorregiões, apenas a mesorregião Metropolitana de Salvador apresentou taxas negativas de crescimento na maior parte dos setores, de modo que essa mesorregião apresentou crescimento mais lento do que a média para todo o estado, o que é aceitável, tendo em vista que essa é a região que concentra a maior parte das indústrias de transformação do estado, que apresentaram declínio na participação do número de empregos formais.

Gráfico 3
Variação diferencial do emprego por mesorregião – Bahia – 2010-2021



Fonte: Brasil (2023b). Elaboração própria.

Com o objetivo de acrescentar aos componentes estruturais e diferenciais do modelo clássico o impacto do efeito competitivo (D') e alocação (A), introduzido por Esteban-Marquillas (1972), foi calculado o efeito alocativo conforme apresentado no Quadro 2. Ao analisar os setores produtivos para todo o estado, identificou-se que a maior parte dos setores apresentaram vantagem competitiva, não especializado. Entre os setores que apresentaram vantagem competitiva e especialização em mais de três mesorregiões, se destacaram a *Administração pública*, *Comércio varejista* e *Alimentos e bebidas*. Em relação à vantagem competitiva, não especializado, setores como *Construção civil*, *Material de transporte*, *Administração técnica e profissional*, *Indústria química*, *Elétrico e comunicação*, *Transporte e comunicações*, *Alojamento e comunicações*, *Instituição financeira* apresentaram ter vantagem competitiva, não especializado, em pelo menos cinco mesorregiões, enquanto *Indústria metalúrgica*, *Madeira e mobiliário* e *Ensino* apresentaram em pelo menos quatro mesorregiões (Quadro 2).

Já no que se refere a desvantagem competitiva, não especializado, apenas os setores de *Borracha, Fumo, Couros e Serviços médicos, odontológicos e veterinários* apresentaram este quesito em mais de duas regiões. E, por fim, no que se refere a desvantagem competitiva, especializado, apenas os setores de *Madeira e mobiliário e Agricultura* apresentaram este quesito também em mais de duas regiões (Quadro 2).

Quadro 2
Setores que apresentam vantagem competitiva e especialização em cada mesorregião da Bahia

Mesorregião - Setor	Extremo Oeste Baiano	Vale São-Franciscano da Bahia	Centro Norte Baiano	Nordeste Baiano	Metropolitana de Salvador	Centro Sul Baiano	Sul Baiano
Adm. técnica profissional	3	3	3	3	1	3	3
Adm. pública	4	4	4	1	2	4	4
Agricultura	4	4	2	1	2	1	1
Alimentos e bebidas	4	4	4	3	2	4	1
Aloj. comunic.	3	3	3	3	1	3	4
Borracha, fumo, couros	2	1	4	2	3	2	4
Comércio atacadista	4	3	4	3	1	3	2
Comércio varejista	4	4	4	3	2	4	4
Construção civil	3	3	3	3	1	3	3
Elétrico e comunicação	3	3	1	3	3	3	2
Ensino	3	3	4	3	1	3	2
Extrativa mineral	3	3	1	4	2	4	2
Indústria calçados	3	3	4	4	3	1	2
Indústria mecânica	2	2	4	3	1	3	1
Indústria metalúrgica	4	3	4	3	1	3	3
Indústria química	3	3	3	2	1	3	3
Indústria têxtil	3	3	1	4	2	4	1
Instituição financeira	3	3	4	3	1	3	3
Madeira e mobiliário	3	3	1	3	1	3	1
Material de transporte	3	3	3	3	1	3	3
Médicos odontológicos vet.	2	2	3	3	1	3	2
Papel e gráfica	2	2	4	3	1	3	4
Prod. mineral não metálico	3	3	4	4	2	1	3
Serviço utilidade pública	2	1	3	3	1	3	2
Transporte e comunicações	3	3	3	3	1	3	2

Fonte: Brasil (2023a). Elaboração própria.

Legenda: 1 - Desvantagem competitiva, especializado; 2 - Desvantagem competitiva, não especializado; 3 - Vantagem competitiva, não especializado; 4 - Vantagem competitiva, especializado.

Quando se analisam esses critérios de efeito especialização e competitividade por região, identifica-se que a mesorregião do Extremo Oeste Baiano, em termos percentuais, foi a que experimentou maior crescimento (46,8%) na quantidade de empregos entre 2010 e 2021, conforme os dados presentes na Tabela 2, devido, sobretudo, ao fato de ter apresentado vantagem competitiva, não especializado, em 14 dos 25 setores analisados e vantagem competitiva, especializado, em outros seis setores, com destaque para o

comércio varejista, agricultura, administração pública, alimentos e bebidas e indústria metalúrgica.

Em relação aos setores que mais cresceram, apresentaram vantagem competitiva, mas não de especialização, se destacaram *Administração técnica profissional, Construção civil e Transporte e comunicações*. O setor de serviços de saúde médica também foi de alto crescimento na mesorregião, contudo, assim como os setores de *Borracha, fumo, couros, Indústria mecânica, Papel e gráfica e Serviço de utilidade pública* apresentaram desvantagem competitiva, não especializada.

A mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia experimentou crescimento de 36,6% na quantidade de empregos entre 2010 e 2021, conforme os dados presentes na Tabela 2, e apresentou panorama de especialização e competitividade semelhante à região do Extremo Oeste Baiano, com vantagem competitiva, não especializado, em 16 dos 25 setores analisados e vantagem competitiva, especializado, em outros quatro setores, com destaque para o comércio varejista, a agricultura, a administração pública e alimentos e bebidas.

Já no Centro Norte Baiano, o emprego cresceu cerca de 29,9%, e foi a mesorregião que apresentou o maior número de setores com vantagem competitiva, especializado, cerca de 12 do total analisado, principalmente concentrando setores ligados à indústria, com destaque para as indústrias: *Produção mineral não metálico, Indústria metalúrgica, Indústria mecânica, Papel e gráfica, Borracha, fumo, couros, Indústria de calçados, Alimentos e bebidas; Comércio varejista, Comércio atacadista, Instituição financeira, Ensino e Administração pública*. Ademais, os setores *Extrativa mineral, Elétrico e comunicação, Madeira e mobiliário e Indústria têxtil* se mostraram menos dinâmicos, todos apresentando desvantagem competitiva e não especialização.

Na mesorregião Nordeste Baiano, o emprego cresceu cerca de 23,2% no período estudado. Semelhantemente às demais mesorregiões, 17 dos 25 setores analisados apresentaram vantagem competitiva, não especializado. Contudo, cabe salientar que os quatro setores que apresentaram vantagem competitiva, especializado, são ligados a atividades industriais: *Extrativa mineral, Produção mineral não metálico, Indústria têxtil e Indústria de calçados*.

Em relação à mesorregião Metropolitana de Salvador, esta apresentou decréscimo de 3,2% no número de empregos formais. Ademais, foi a mesorregião que apresentou o maior número de setores com desvantagem

competitiva, especializado, 15 do total analisado, e a segunda em número de setores com desvantagem competitiva, não especializado (sete). Nenhum setor na mesorregião apresentou vantagem competitiva, especializado, indicando que pode estar acontecendo uma desconcentração do desenvolvimento para regiões mais periféricas do estado.

Na mesorregião Centro Sul Baiano, o emprego cresceu cerca de 24,3% e foi a terceira região a apresentar um maior número de setores com vantagem competitiva, especializado: *Administração pública, Comércio varejista, Alimentos e bebidas, Indústria têxtil e Extrativa mineral*. Os setores com mais desvantagem competitiva, especializado, foram: *Produção mineral não metálico, Indústria têxtil e Agricultura*.

Na mesorregião Sul Baiano, o emprego cresceu cerca de 15% e foi a região que apresentou uma melhor distribuição dos setores entre as quatro classificações, sendo: cinco setores com desvantagem competitiva, especializado, oito com desvantagem competitiva, não especializado, sete com vantagem competitiva, não especializado, e cinco com vantagem competitiva, especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, observou-se uma notável transformação nas relações de produção e nas cadeias produtivas, o que tem ampliado o debate sobre o papel fundamental da atividade industrial para as nações, especialmente considerando a importância de uma posição favorável no contexto do comércio internacional.

No cenário brasileiro, temos testemunhado o fenômeno da desindustrialização prematura, caracterizado pela redução da densidade produtiva, principalmente nos setores de média-alta e alta intensidade tecnológica (Nassif; Bresser-Pereira; Feijó, 2018). De acordo com as observações de Gala, Rodrigues Júnior e Carvalho (2019), uma economia cuja base industrial se concentra apenas em setores de baixo conteúdo tecnológico pode limitar as oportunidades de desenvolvimento tecnológico, aprendizado e capacitação. Este é um ponto importante, visto que, conforme indicado por Morceiro e Guilhoto (2020), os segmentos industriais tendem a apresentar maior qualidade em termos tecnológicos, maior interconexão entre diferentes setores, remuneração por trabalhador mais elevada e maior elasticidade-renda da demanda.

Ao considerarmos as pesquisas sobre o processo de desindustrialização no Brasil e, mais especificamente, os resultados deste estudo sobre a evolução da estrutura produtiva na Bahia no período entre 2010 e 2021, é possível identificar uma tendência de regressão produtiva da indústria baiana. Essa regressão se manifesta na direção de atividades mais relacionadas ao setor de serviços e a setores de menor conteúdo industrial, tecnológico e inovador.

No geral, observa-se uma concentração industrial com vantagem competitiva, especializado, nas mesorregiões Centro Norte Baiano e Nordeste Baiano, que podem estar se tornando uma alternativa de localização produtiva em relação à Região Metropolitana de Salvador; haja vista, há um reduzido número de setores com vantagem competitiva e especialização na região metropolitana, ao contrário do que se esperava, tendo em vista que essa região historicamente concentrou atividades industriais, indicando que pode estar acontecendo uma desconcentração do desenvolvimento para outras regiões do território baiano. Além do mais, observa-se uma redução na atividade industrial no estado como um todo. Portanto, esses dados reforçam a observação de que a Bahia está experimentando um movimento semelhante ao que tem sido observado em todo o Brasil, caracterizado pelo deslocamento descendente na escala tecnológica (Gala; Roncaglia, 2020).

REFERÊNCIAS

BALDWIN, Richard. *Globalisation: the great unbundling(s)*. Helsinki: Economic Council of Finland, 2006. 47 p. Disponível em: https://repository.graduateinstitute.ch/record/295612/files/Baldwin_06-09-20.pdf. Acesso em: 5 jun. 2024.

BALDWIN, Richard. *Trade and industrialisation after globalisation's 2nd unbundling: how building and joining a supply chain are different and why it matters*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2011. 38 p. (Working paper, 17716). Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w17716/w17716.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

BALDWIN, Richard. *Global supply chains: why they emerged, why they matter, and where they are going*. [S. l.]: CEPR, Aug. 2012. (CEPR Discussion paper, DP9103). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2153484>. Acesso em: 1 set. 2017.

BALDWIN, Richard; ITO, Tadashi; SATO, Hitoshi. *The smile curve: evolving sources of value added in manufacturing*. Tokyo: IDE-JETRO, 2014. (Joint research program series). Disponível em: <https://www.uniba.it/it/ricerca/dipartimenti/dse/e.g.i/egi2014-papers/ito>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRANDÃO, Carlos. A busca da utopia do planejamento regional. Revista paranaense de desenvolvimento, n. 120, p. 17-37, 2011. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/cursodimacccf/conteudo_bage/PDFs/Brand%C3%A3o2011Ipardes.pdf. Acesso em: jun. 2024

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *RAIS: relação anual de informações sociais: dados sobre emprego formal*. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm> Acesso em: 25 set. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Doença holandesa e desindustrialização. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 nov. 2009. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf. Acesso em: 3 mar. 2023.

CANO, Wilson. Proposta para análise e enfrentamento da crise estrutural do modelo econômico. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 38, p. 147-156, 2014. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/documento2015_06_10_18_15_0254.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

CEREJEIRA, João. A análise de componentes de variação (shift-share). In: COSTA, José Silva; DENTINHO, Thomaz Ponce; NIJKAMP, Peter (coord.). *Compêndio de economia regional*. Parede: Principia, 2011. cap. 3, p. 61-74. Disponível em: https://www.academia.edu/7816254/_A_an%C3%A1lise_de_componentes_de_varia%C3%A7%C3%A3o_shift_share. Acesso em: 4 jul. 2022.

ESTEBAN, J. Regional convergence in Europe and the industry mix: a shift-share analysis. *Regional Science and Urban Economics*, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 353-364, 2000. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0166046200000351>. Acesso em: 3 mar. 2023.

ESTEBAN-MARQUILLAS, Joan M. Shift-share analysis revisited. *Regional and Urban Economics*, Amsterdam, v. 2, n. 3, p. 249-261, 1972.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALA, Paulo; RODRIGUES JUNIOR, Luiz Antonio; CARVALHO, André Roncaglia de. *Um novo mapa do comércio internacional usando análise de complexidade: competição imperfeita e a escada tecnológica*. São Paulo: FGV, dez. 2020. (Texto para discussão, 540). Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/51dea571-ad14-4132-9870-1c2be9843649/content>. Acesso em: mar. 2023

GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. *Brasil, uma economia que não aprende*. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

GEREFFI, Gary. Global value chains in a post-Washington Consensus world. *Review of International Political Economy*, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 9-37, 2014.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

GEREFFI, Gary; LUO, Xubei. *Risks and opportunities of participation in global value chains*. Washington, DC: World Bank, 2014. (Policy research working paper series, 6847).

GIBBON, Peter; BAIR, Jennifer; PONTE, Stefano. Governing global value chains: an introduction. *Economy and Society*, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 315-338, 2008. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03085140802172656>. Acesso em: 12 set. 2017.

HADDAD, Paulo Roberto. Método de análise diferencial: estrutural. In: HADDAD, Paulo Roberto (org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1989.

HAUSMANN, Ricardo; HWANG, Jason; RODRIK, Dani. What you export matters. *Journal of Economic Growth*, [s. l.], v. 12, p. 1-25, 2007.

HADDAD, Paulo Roberto. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, Paulo Roberto (org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB, 1989.

HIRSCHMAN, Albert Olist. *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. *Texto para discussão*, Campinas, n. 255, jun. 2015. Disponível em: <https://www.econ.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3408/TD255.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de contas nacionais: Contas de produção: 1990 a 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>. Acesso em: jun. 2024

KAPLINSKY, Raphael. *Spreading the gains from globalization: what can be learned from value-chain analysis?*. Brighton: Institute of Development Studies, 2000. (Working paper, 110). Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/download.php?file=files/Wp110.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. *Estatísticas do comércio exterior. Exportação e Importação geral*. 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: jun. 2024

MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 3, p. 835-860, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8663636>. Acesso em: 13 jul. 2023.

NASSIF, André; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; FEIJO, Carmem. The case for reindustrialisation in developing countries: towards the connection between the macroeconomic regime and the industrial policy in Brazil. *Cambridge Journal of Economics*, v. 42, n. 2, p. 355-381, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/cje/article-abstract/42/2/355/3829513?login=false>. Acesso em: jun. 2024

NURKSE, Ragnar. *Problems of capital information in underdeveloped countries*. Oxford University Press, 1953.

NURKSE, Ragnar. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 277-293.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Editora SAGA, 1968.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/rj/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 15 mar. 2023.

PERROUX, François. Note sur la notion de "pôle de croissance". *Economie Appliquée*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 307-320, 1955. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm>. Acesso em: 22 set. 2023.

- PESSOTI, Bruno Casseb; PESSOTI, Gustavo Casseb. A economia baiana e o desenvolvimento industrial: uma análise do período 1978-2010. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 28, n. 22, p. 28-45, dez. 2010. Disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1514>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/2443/1767>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problems of industrialisation of eastern and south-eastern Europe. *The Economic Journal*, [s. l.], v. 53, n. 210-211, p. 202-211, Jun./Sept. 1943.
- ROWTHORN, R.; J WELLS. *De-industrialisation and Foreign Trade*, CUP. 1987.
- SILVA, Joyce Aparecida Guimarães; PEROBELLI, Fernando Salgueiro; ARAÚJO JUNIOR, Inácio Fernandes. Distribuição espacial da atividade econômica e desigualdades regionais: evidências para os municípios de Minas Gerais–Brasil. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, Angra do Heroísmo, n. 55, p. 144-174, 2020. Disponível em: <https://www.review-rper.com/index.php/rper/article/view/19/1>. Acesso em: 8 out. 2023.
- SIMÕES, Rodrigo Ferreira *et al.* *Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2005. (Texto para discussão, 259). Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20259.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.
- SINGER, Hans W. The mechanics of economic development: a quantitative model approach. *Indian Economic Review*, v. 1, n. 2, p. 1-18, 1952.
- SINGER, H. W. A mecânica do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 395-412.
- SUZIGAN, Wilson *et al.* Coeficientes de Gini locais-GL: aplicação à indústria de calçados do estado de São Paulo. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 39-60, 2003. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/415>. Acesso em: 8 out. 2023.
- WANDERLEY, Lívio Andrade; SANTOS, Nanety Cristina Alves; PORTUGAL, Wellyngton Barbosa. Um estudo de dinamismos setoriais por mesorregiões do Estado da Bahia, no intervalo entre 2006 e 2012, através do modelo shift-share analysis. *Nexus Econômicos*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 81-122, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/15343/10523>. Acesso em: 22 set. 2023.
- WANDERLEY, Lívio Andrade. *Produtividade da indústria alagoana no Nordeste, indutores de crescimento e competitividade setorial das mesorregiões de Alagoas: 2000-2014*. 2018. Tese (Pós-Doutorado) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Maceió, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25948/1/PESQUISA%20DE%20POS-DOUTORADO-%20LIVIO.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.



DESENVOLVIMENTO E SAÚDE NO BRASIL: O MODELO DE GOVERNANÇA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Camila Valverde
Santana Greve

Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano e graduada em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs). Diretora da Frente de Impacto Global da ONU no Brasil. <https://orcid.org/0009-0001-2616-245X>. camilavalverde@hotmail.com

Renato Barbosa Reis
Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), graduado em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs). <https://orcid.org/0000-0002-2045-112X>. renato.reis@animaeducacao.com.br

Carolina de
Andrade Spinola
Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (UB), mestra em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs). <https://orcid.org/0000-0002-0941-0343>. carolina.spinola@animaeducacao.com.br

O CONCEITO de desenvolvimento apresenta amplas e variadas abordagens desde que começou a ser utilizado na sociedade contemporânea, sendo a do desenvolvimento econômico a versão mais popularmente difundida no mundo capitalista. Para Furtado (2000), são as mudanças estruturais na sociedade capitalista, geradas pelo progresso técnico e sua difusão, que fundamentam o conceito de desenvolvimento, dando a esse conceito dois sentidos distintos: o primeiro refere-se à evolução e a eficácia de um sistema social de produção e o segundo diz respeito ao grau de satisfação das necessidades humanas.



O acesso aos serviços de saúde está incorporado em importantes contribuições teóricas sobre o desenvolvimento

Este segundo sentido dado ao conceito de desenvolvimento, o das necessidades humanas, sugere uma extrapolação em relação à esfera econômica.

O acesso aos serviços de saúde está incorporado em importantes contribuições teóricas sobre o desenvolvimento, como a que foi introduzida pelo economista Amartya Sen, idealizador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), amplamente usado para análises comparativas entre regiões, e que, além da saúde, une outros dois eixos importantes: a educação e a economia. Para Sen (2010), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, e essas liberdades dependem das disposições sociais e econômicas de serviços de educação e saúde, por exemplo.

Além das teorias que explicam o desenvolvimento, as organizações em suas diversas configurações têm um papel relevante na teia que compõe o desenvolvimento de uma sociedade. A governança territorial pode ser considerada uma trilha promissora para o desenvolvimento dos países e regiões, considerando a articulação entre as diversas organizações e atores envolvidos, com estabelecimento de uma dinâmica interna e propósitos definidos.

O objetivo do presente artigo é demonstrar a relação existente entre desenvolvimento e saúde, trazendo a governança territorial como percurso possível para alcançar o desenvolvimento, além de apresentar o SUS e seus quatro princípios como política pública de saúde implementada no Brasil. Este estudo pretende também avaliar o caso da implantação das policlínicas de saúde no estado da Bahia, à luz do princípio da regionalização do SUS no âmbito do seu modelo de governança.

Cabe esclarecer que este artigo se apoiou na legislação existente e em publicações sobre desenvolvimento, política pública de saúde e governança territorial. Para a análise referente à implantação das Policlínicas Regionais de Saúde no estado da Bahia, recorreu-se à pesquisa documental disponibilizada eletronicamente pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) através do seu portal, bem como a dados de georreferenciamento da malha de municípios do estado da Bahia, disponibilizados pelo IBGE.

Do ponto de vista estrutural, optou-se por organizar este artigo em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Foi abordado o conceito de desenvolvimento e seu entrelaçamento com o tema saúde, seguido da aproximação do conceito de governança territorial com o modelo SUS; por fim, a conclusão apresenta uma análise da implantação das policlínicas no estado da Bahia à luz dos princípios do SUS e conceito de governança territorial.

DESENVOLVIMENTO E SAÚDE: UM ENTRELAÇAMENTO

Não existe uma única teoria que defina desenvolvimento. Durante muitos anos, a abordagem foi pautada apenas no crescimento econômico e acúmulo de riqueza. Para os mercantilistas, a riqueza estava relacionada ao acúmulo de metais preciosos ouro e prata; para os fisiocratas, a riqueza estava relacionada à agricultura, aos excedentes de produção de terra (Souza, 2018). A revolução industrial trouxe o acúmulo de capital como riqueza para os detentores dos meios de produção, tendo em contrapartida a massa populacional possuidora exclusivamente da sua força de trabalho.

Para Furtado (2000), a ideia de desenvolvimento traz a dimensão do incremento e acumulação da riqueza, mas também a dimensão da satisfação das necessidades essenciais da população como saúde, alimentação e habitação. Entretanto, o maior acúmulo de riqueza por parte de certos grupos populacionais tem proporção inversa à capacidade de satisfação das necessidades essenciais.

É bem sabido que, mesmo nos países em que mais avançou o processo de acumulação, parte da população não alcançou o nível de renda real necessária para satisfazer o que se considera como sendo necessidades elementares. [...] Assim a eliminação “da pobreza dentro da riqueza” faz-se mais difícil com o avanço da acumulação. Foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento (Furtado, 2000, p. 23).

Além de Furtado tangenciar a questão da saúde enquanto necessidade essencial a ser satisfeita como uma dimensão do desenvolvimento, Nurkse (1957) e Myrdal (1968) trazem a questão da saúde inserida na sua teoria acerca dos mecanismos de causalidades circulares que explicam o desenvolvimento e subdesenvolvimento de um país.

Para Souza (2018), o círculo vicioso da pobreza de Nurkse (1957) implica em uma constelação circular de forças, a ausência de saúde é uma delas, com tendências a agir e reagir de forma a manter um país pobre em estado de pobreza.

[...] um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é

O maior acúmulo de riqueza por parte de certos grupos populacionais tem proporção inversa à capacidade de satisfação das necessidades essenciais.

Na década de 1970, o desenvolvimento passou a ser entendido como um conjunto de dimensões entrelaçadas, não sendo mais considerado apenas em sua dimensão econômica

pobre, o que por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante (Nurkse, 1957 *apud* Sousa, 2018, p. 47).

Para Winslow (1951 *apud* Myrdal, 1968, p. 31), “[...] a pobreza e a doença formam o círculo vicioso [...] homens e mulheres eram doentes porque eram pobres; tornaram-se pobres porque eram doentes e mais doentes porque eram mais pobres”. Entretanto, Souza (2018, p. 47) faz um contraponto analisando o inverso, o que seria um círculo virtuoso, menor a pobreza, mais alimento, melhor saúde e mais capacidade de trabalho, geraria um processo circular cumulativo em ascensão.

Na década de 1970, o desenvolvimento passou a ser entendido como um conjunto de dimensões entrelaçadas, não sendo mais considerado apenas em sua dimensão econômica. Em 1990, o conceito de desenvolvimento humano foi disseminado através do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Trata-se de mais do que o crescimento do PIB, mais do que renda e riqueza e mais do que produzir commodities e acumular capital. O acesso de uma pessoa à renda pode ser uma das escolhas, mas não é a soma total do esforço humano. O desenvolvimento humano é um processo de ampliação das escolhas das pessoas. A mais crítica dessas amplas escolhas é viver uma vida longa e saudável, ser educado e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente (United Nations Development Programme, 1990, tradução nossa).

Para Sen (2010), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O aspecto econômico como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), industrialização, avanços tecnológicos são relevantes para expandir as liberdades desfrutadas pelas pessoas, mas as liberdades dependem também de um conjunto de disposições sociais como acesso a serviços de saúde e educação e a direitos civis, como a liberdade para participar de discursões e averiguações públicas.

Liberdades essenciais como acesso a assistência à saúde, remédios para doenças tratáveis, nutrição satisfatória e moradia são liberdades que quando subtraídas das pessoas, se relacionam diretamente com a pobreza econômica.

[...] a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais (Sen, 2010, p. 17).

A teoria do desenvolvimento como liberdade destaca ainda o aspecto da condição de agente do indivíduo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas. É o exercício participativo dos direitos civis.

O desenvolvimento constitui um conceito complexo e elástico, que tanto pode ser usado como um meio, compreendendo um processo guiado que tem como objetivo o bem maior da sociedade, quanto pode ser usado como um fim, nesse caso se transformando no objetivo do planejamento de políticas públicas, das estratégias e ações para alcançá-lo (Souza, 2018).

GOVERNANÇA TERRITORIAL E O MODELO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Considerando o conceito de Souza (2018), sobre desenvolvimento como fim, pode-se afirmar que as políticas públicas são diretrizes que norteiam as ações em prol do desenvolvimento humano, econômico ou ambiental. Essas políticas públicas e suas ações necessitam ser articuladas e implementadas com a participação de vários atores e organizações da sociedade, eis que surge a ideia de governança territorial.

A governança pode ser considerada territorial quando se reconhece que o território é o recorte espacial de poder que permite que os diversos atores governamentais, organizações privadas e sociedade civil entrem em contato e manifestem juntas diferentes formas de conflito e de cooperação, direcionando o processo de desenvolvimento do território (Pires *et al.*, 2011).

Dallabrida (2011, p. 2) afirma que a “[...] governança pode ser entendida como o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país, território ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições através das quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses públicos”. O propósito das estruturas da governança territorial é a articulação para o desenvolvimento das regiões e territórios para melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A governança pode ser considerada territorial quando se reconhece que o território é o recorte espacial de poder que permite que os diversos atores [...] entrem em contato e manifestem juntas diferentes formas de conflito e de cooperação

No âmbito do desenvolvimento social, a Constituição Federal Brasileira de 1988 [...] estabeleceu que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, e a base institucional da política pública de saúde no Brasil é o SUS

O desenvolvimento (local, regional, territorial) pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (Dallabrida, 2011, p. 4).

O processo de governança territorial para Dallabrida (2003 *apud* Pires *et al.*, 2011, p. 5) é composto por cinco elementos. Os segmentos participantes da sociedade formam as redes de poder, que ao se juntarem formam o bloco socioterritorial. Pela concertação social, processo democrático participativo de debates e definições, estabelecem um ou mais acordos, pactos setoriais. Esses acordos são postos em prática pela via da dinâmica territorial, conjunto de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento.

No âmbito do desenvolvimento social, a Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 2016) estabeleceu que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, e a base institucional da política pública de saúde no Brasil é o SUS, regulamentado pela Lei nº 8.080 (Brasil, 1990a).

Segundo Viana, Ibañez e Elias (2009), as políticas públicas de saúde sofreram mudanças estruturais na década de 1980, período em que o Brasil estava reconstruindo o seu sistema democrático de direito. A política de saúde era fragmentada e centralizada entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência Social. Através da Constituição de 1988, iniciou-se uma nova política pública de saúde com duas grandes mudanças: a primeira foi o processo de descentralização do sistema de saúde no país, dando mais poderes aos estados e municípios, e a segunda foi um esforço de unificação horizontal de comando por meio de uma única autoridade sanitária, o Ministério da Saúde.

O modelo de governança do SUS funciona como uma rede de ações e serviços, regionalizada e hierarquizada no território nacional, com direção única em cada esfera de governo, e que tem como princípios: a universalização, a integralidade, a descentralização e a participação popular (Lucchese, 2002). Sendo os princípios da descentralização e participação popular referências-chave para a governança territorial.

A universalização é o princípio constitucional que garante que todos os brasileiros, sem privilégios, devem ter acesso aos serviços de saúde pública ou de serviços privados conveniados ao SUS. O Estado deve garantir esse acesso de forma igualitária e não discriminatória, em todos os níveis do sistema.

O princípio da integralidade prevê que todas as ações e serviços de saúde devem estar articulados entre si para garantir ao cidadão o atendimento em todos os níveis de complexidade do sistema, da promoção da saúde, prevenção da doença, recuperação da saúde e reabilitação.

A descentralização redistribui as responsabilidades das ações e serviços de saúde entre as esferas públicas federal, estadual e municipal, corroborando a característica da descentralização político-administrativa da governança territorial. Em 1990, segundo Solha (2014), foram instaladas as instâncias de discussão e deliberação denominadas de Comissão Intergestores Tripartite (CIT), formada por representantes do governo federal, Conselho Nacional de Saúde (CNS), dos estados através do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e dos municípios através do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS).

A CIT é um espaço de deliberação e consenso sobre a formulação, condução e execução das políticas públicas de saúde em seus vários aspectos (recursos humanos, financiamento, regionalização dos serviços, criação de RAS, entre outros), possibilitando uma participação democrática de todos (Solha, 2014, p. 39).

A descentralização caminha junto com o processo de regionalização que permite a possibilidade de trabalhar a saúde de acordo com as características das populações de cada região. Ao se trabalhar o recorte territorial, as chances das ações e programas de saúde terem êxito aumentam diante da realidade de um país continental e desigual sob os aspectos sociais e econômicos.

O quarto princípio da política pública de saúde brasileira é a participação popular, prevista pela Constituição e condição *sine qua non* para repasse de verbas do governo federal. A participação popular prevista na Lei nº 8.142 (Brasil, 1990b) determina que se organize e aconteça em fóruns específicos, que são as conferências e os conselhos de saúde. Nessas instâncias se exercita a cidadania. A população, os prestadores de serviços, os profissionais de saúde e os gestores encontram seu lugar na participação da construção democrática da política de saúde e seus desdobramentos.

Cidadania implica o exercício simultâneo de três categorias de direitos: os direitos civis (liberdade pessoal, de ir e vir, de expressão, de pensamento, de religião); os direitos políticos (de associação, eleitorais) / e os direitos sociais (condição de vida, trabalho, educação, saúde, assistência em situações de risco social) (Brasil, 1990 *apud* Solha, 2014, p. 29).

A descentralização caminha junto com o processo de regionalização que permite a possibilidade de trabalhar a saúde de acordo com as características das populações de cada região

Uma experiência de governança territorial relacionada à temática da saúde que acontece no estado da Bahia são os Consórcios Interfederativos de Saúde

Realizada a cada quatro anos, a Conferência de Saúde é a representação dos vários segmentos sociais reunidos para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes. A conferência é convocada a cada quatro anos pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, pelo Conselho de Saúde. As conferências se realizam em um processo ascendente desde Conferências Municipais de Saúde, passando por uma Conferência Estadual de Saúde em cada estado e culminando em uma Conferência Nacional de Saúde (Lucchese, 2002).

Paim (2015) sintetiza a definição do SUS como um conjunto de ações e serviços públicos de saúde, compondo uma rede regionalizada e hierarquizada, organizada a partir das diretrizes da descentralização, integralidade e participação da comunidade. É, portanto, uma forma de organizar as ações e os serviços de saúde no Brasil, de acordo com princípios, diretrizes e dispositivos estabelecidos na Constituição da República e pelas leis subsequentes.

A EXPERIÊNCIA DAS POLICLÍNICAS NO ESTADO DA BAHIA

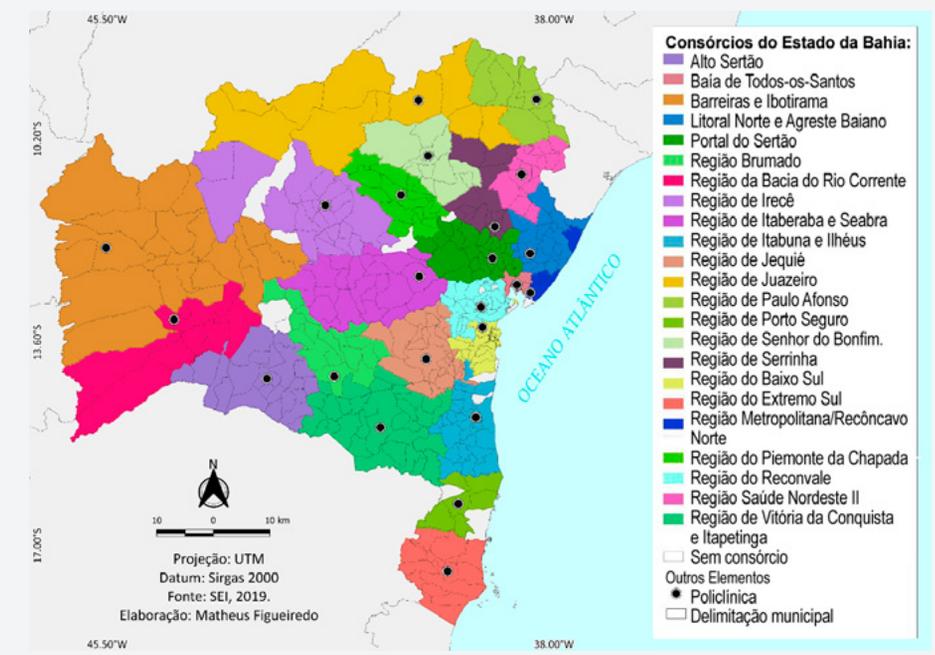
Uma experiência de governança territorial relacionada à temática da saúde que acontece no estado da Bahia são os Consórcios Interfederativos de Saúde. Eles consistem na associação do Estado e dos municípios baianos para o desenvolvimento de ações compartilhadas e regionalizadas em consonância com as políticas e diretrizes do SUS. O objetivo é unir esforços e dividir custos com a assistência à saúde de seus habitantes (Bahia, 2021a).

A formação dos consórcios tem o foco principal na implantação das Policlínicas Regionais de Saúde, unidades públicas de saúde especializadas de apoio diagnóstico, com serviços de consultas clínicas com médicos de especialidades diferentes (definidas com base no perfil epidemiológico da população da região), realização de exames gráficos e de imagens com fins diagnósticos e oferta de pequenos procedimentos médicos (Bahia, 2021a). O estado da Bahia é o quinto estado do Brasil em extensão territorial, com 564.760.427 km², e o quarto em contingente populacional, com 14.141.626 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024), com um predomínio de municípios de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes (240 ou 57,5% do total).

Em agosto de 2021, foram formados em parceria com o governo do estado 23 Consórcios Interfederativos de Saúde, que abrangem 403 municípios do total de 417 municípios que compõem o estado da Bahia. Na Figura 1

observa-se o agrupamento dos 23 consórcios e a localização das policlínicas regionais no seu território.

Figura 1
Consórcios Interfederativos de Saúde e a localização das policlínicas regionais – Bahia – 2022



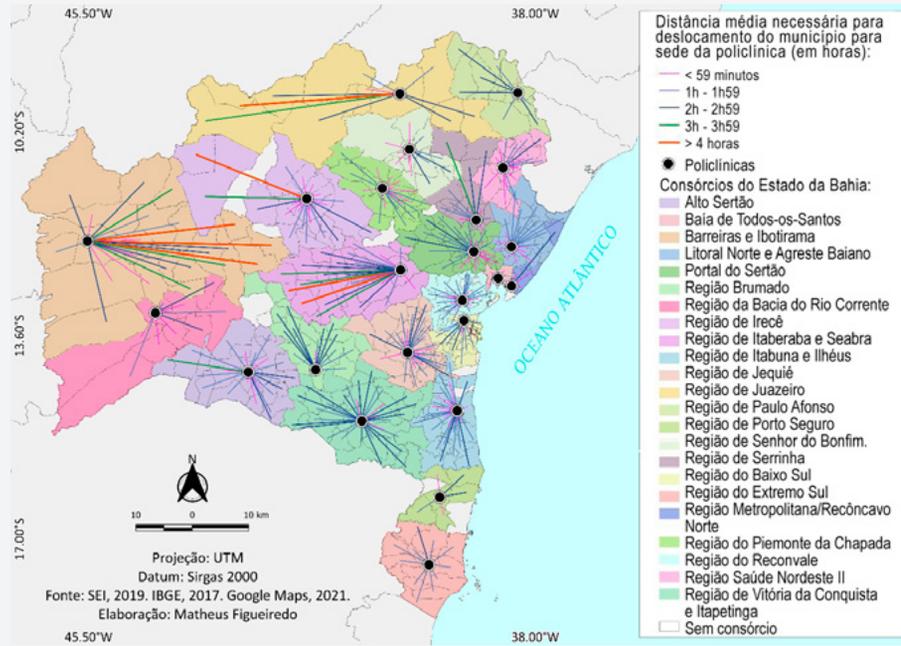
Fonte: SEI (2019).

A realidade da distribuição espacial da população em um vasto território é um desafio quando se avalia em qual localização/município deve ser instalada a policlínica, tendo em vista que o tempo de deslocamento a ser percorrido pela população de cada consórcio até o município sede da policlínica deve ser o menor possível.

Na Figura 2 é possível observar o tempo de deslocamento¹ realizado pela população dos municípios de cada consórcio até o município sede da policlínica. Verifica-se que, para 123 municípios, o tempo de deslocamento é de até 59 minutos; para 163 municípios, o tempo é entre 1h e 1h59; para 70 municípios, o tempo de deslocamento é de 2h a 2h59; em 12 municípios, o tempo varia de 3h a 3h59; e em apenas sete municípios o deslocamento é superior a 4 horas. A análise da distância possibilita assertividade na escolha da localização das policlínicas, alcançando, em certa medida, a equidistância entre os municípios e o município-sede da policlínica para a maioria dos consórcios.

¹ O tempo de deslocamento foi calculado pelo aplicativo Google Maps, considerando a distância entre as prefeituras do município origem e município da policlínica, considerando a velocidade permitida das vias rodoviárias de acesso.

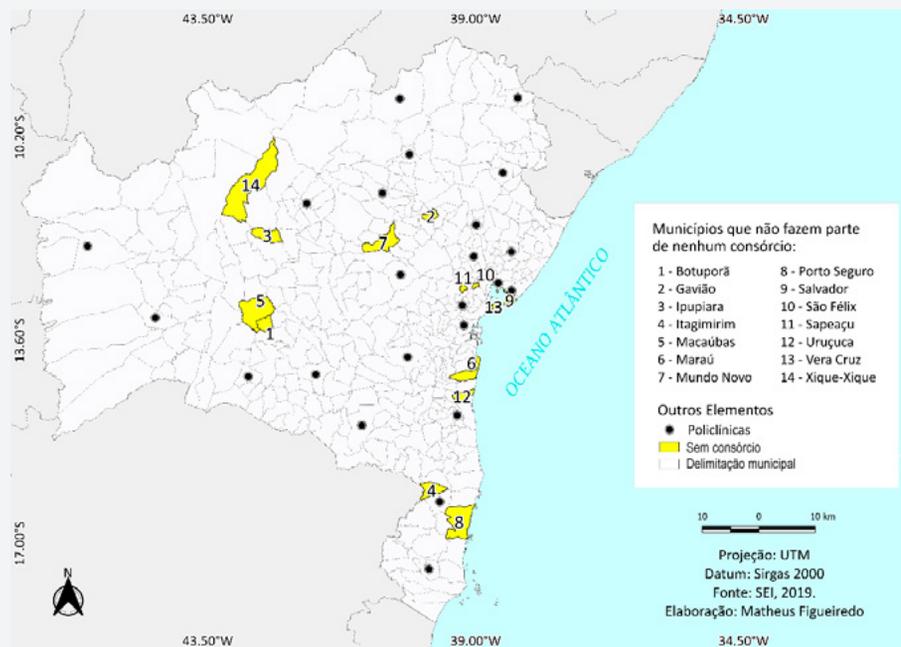
Figura 2
Mapa da distância média para deslocamento do município para a sede da policlínica – Bahia – 2022



Fonte: SEI (2019), IBGE (2017).

Entretanto, os Consórcios de Saúde abrangem um total de 403 municípios, restando 14 municípios que não integram nenhum consórcio (vide Figura 3).

Figura 3
Municípios que não fazem parte de nenhum consórcio – Bahia – 2022



Fonte: Bahia (2021a).

A população residente nos municípios que não fazem parte dos consórcios é de 2.839.107 habitantes, correspondendo a 20,07% da população do estado. Excluindo-se a população da capital Salvador, que possui uma infraestrutura de hospitais e Unidades de Pronto Atendimento, o percentual da população “descoberta” do serviço das Policlínicas Regionais de Saúde nos municípios do estado da Bahia é de 2,97%.

Observou-se, ainda, que dos 14 municípios que não fazem parte de nenhum consórcio, 12 deles possuem menos de 50 mil habitantes e estão localizados nas diversas regiões do estado. A distância entre os municípios torna inviável a organização entre eles para formação de um Consórcio Interfederativo de Saúde, uma vez que o percurso a ser percorrido até uma Policlínica Regional de Saúde seria enorme. Nesse caso, o mais coerente seria a reorganização entre os consórcios para que a população desses municípios não ficasse à margem dessa iniciativa, sem acesso a serviços importantes de saúde oferecidos pelas unidades.

A experiência desenvolvida pelo governo do Estado da Bahia nas Policlínicas Regionais de Saúde contribui para o desenvolvimento regional, sob o aspecto social, quando permite o acesso da população baiana a serviços de saúde sem precisar de deslocamento até a capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao fim deste artigo com o entendimento sobre o conceito de desenvolvimento como algo diverso, mutável e que, em certa medida, acompanhou as mudanças do contexto socioeconômico de cada época. Partiu-se de uma ideia originária atrelada ao crescimento econômico para uma ideia holística que envolve vários outros aspectos, como sociais e ambientais.

O tema de saúde foi revelado entrelaçando-se com a abordagem de desenvolvimento desde 1957, através da teoria dos círculos viciosos de Nurkse. A saúde como elemento dessa engrenagem descendente e ao contrário, também podendo fazer parte de um ciclo virtuoso de desenvolvimento, destacado por Myrdal (1968). Entretanto, foi na década de 1990, através do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD e das contribuições do economista Amartya Sen, que o acesso a serviços de saúde se tornou uma evidência de desenvolvimento.

A governança territorial como ferramenta prática para ações coletivas envolvendo diversos atores e a participação popular é sem dúvida um caminho para se alcançar o desenvolvimento. A descentralização político-administrativa,

outra característica da governança territorial mencionada por Pires *et al.* (2011), potencializa a atuação local de uma política pública. É no território que se enraíza a identidade de uma população.

A análise do modelo do SUS à luz da teoria da governança territorial demonstra que há consonância com vários de seus aspectos. A descentralização político-administrativa é notada na regionalização, um dos princípios do SUS. A atuação em determinado território oferece vantagens, pois as entidades regionais/locais são portadoras de maior conhecimento da realidade. O conhecimento do território por parte dos atores que planejam e especialmente dos que executam é fundamental.

A participação popular, outro princípio do SUS, colocado em prática através do Conselho Gestor Local com a participação de trabalhadores e usuários do sistema de saúde, está também em sinergia com a prática da governança territorial. Para Pires, Muler e Verdi (2006 *apud* Pires *et al.*, 2011, p. 6), o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais.

Nesse sentido, a experiência dos Consórcios Interfederativos de Saúde do Estado da Bahia demonstra na prática um elo entre desenvolvimento, saúde, governança territorial e política pública de saúde. Oferecer uma estratégia de implantação de policlínicas no território do estado da Bahia, que permita o acesso a serviços públicos de saúde, através da formação de consórcio entre municípios, é uma ação concreta de política pública abarcada pelo SUS.

Recomenda-se uma repactuação dos consórcios para que os 14 municípios que não fazem parte da concertação possam passar a fazer, e assim se faça cumprir o princípio da universalização do SUS no âmbito dessa iniciativa. Afinal, todos os brasileiros devem fazer parte e ter acesso aos serviços de saúde.

Recomenda-se, ainda, que outras iniciativas em prol do desenvolvimento social relacionadas à saúde possam ser implementadas nos municípios, tendo como “fórmula” a governança territorial. Uma vez pavimentado o modelo de operação dos consórcios, há espaço para compartilhamento de inúmeros serviços de assistência à saúde da população, conforme demanda identificada pelo perfil epidemiológico da região.

Encerra-se este artigo reconhecendo que a participação popular é elemento-chave para a formulação e alcance das ações de políticas públicas, e o ambiente democrático é necessário para que o indivíduo possa exercer sua condição de agente como membro do público e como participante das ações.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria da Saúde. *Consórcio de Saúde da Bahia*. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/consorcios/>. Acesso em: 26 set. 2021a.
- BAHIA. Secretaria da Saúde. *Municípios e regionalização*. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/municipios-e-regionalizacao/>. Acesso em: 26 set. 2021b.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 29 jan. 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF, *Diário Oficial da União*, 31 dez. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 29 jan. 2021.
- COASE, Ronald H. The nature of the firm. *Econômica*, [s. l.], v. 4, n. 16, p. 386-405, nov. 1937. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos e institucionalização de novas escalas territoriais e governança. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1.; CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília: DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 73-98, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435207/mod_resource/content/2/FURTADO%20Celso%20-%20Introdu%3%A7%C3%A3o%20ao%20Desenvolvimento%20Enfoque%20hist%C3%B3rico%20estrutural.pdf. Acesso em: 27 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2022*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 26 maio 2024.

LUCCHESI, Patrícia (coord.). *Informação para tomadores de decisão em saúde pública*. São Paulo: BIREME, 2002. Disponível em: https://www.professores.uff.br/jorge/wp-content/uploads/sites/141/2017/10/polit_intro.pdf. Acesso em: 27 jan. 2021.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 239 p.

NURKSE, Ragnar. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. 182 p.

PAIM, Jairnilson Silva. *O que é o SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível: <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

PIRES, Elson L. S. et al. A governança territorial no Brasil: conceitos e modalidades. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1; CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, 2, 2011, Brasília, DF. *Anais* [...]. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo10.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949>. Acesso em: 22 ago. 2020.

SANTOS, Milton. *Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

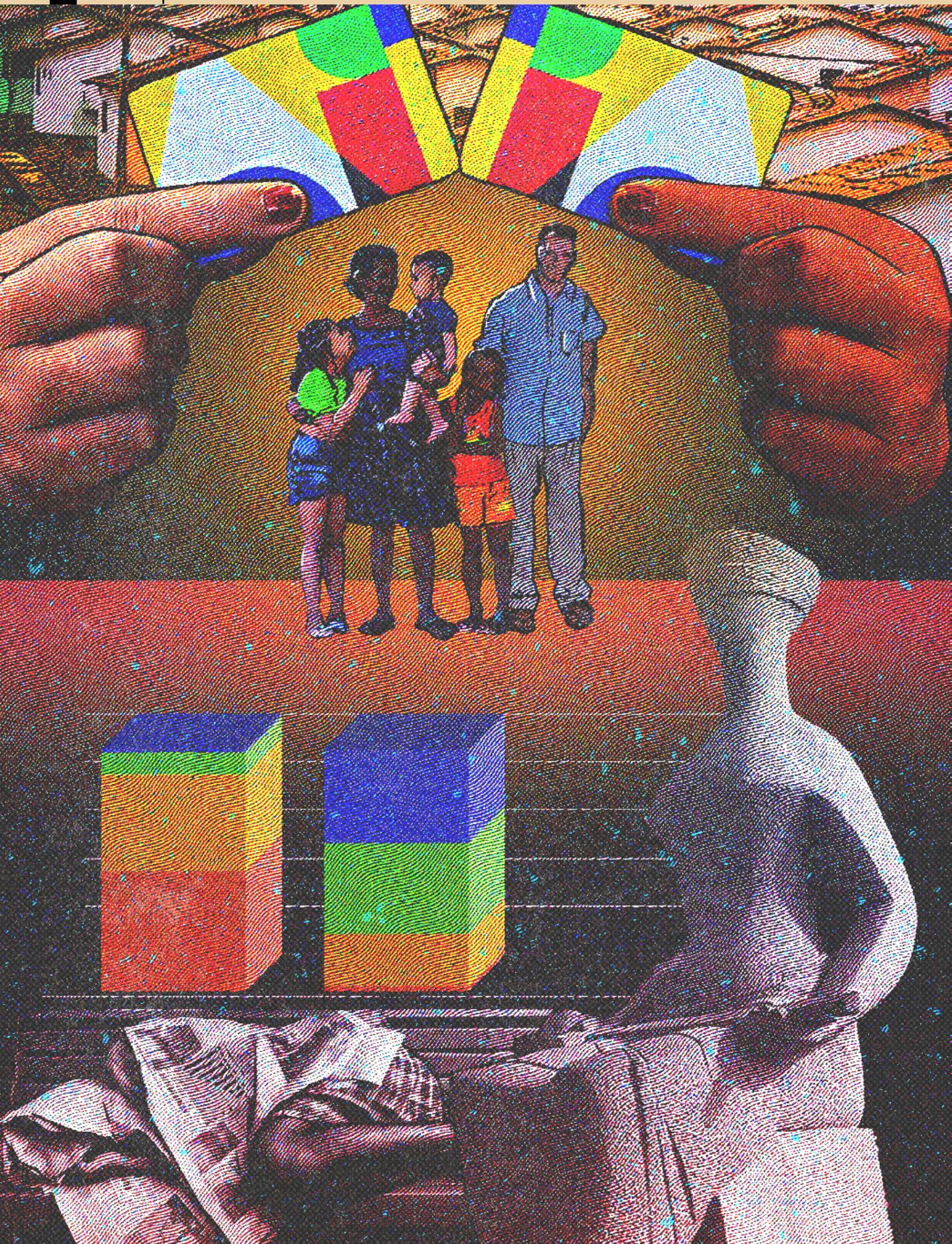
SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. *Sistema Único de Saúde: componentes, diretrizes e políticas públicas*. São Paulo: Erica, 2014. 120 p.

SOUZA, José Gileá de. *Desenvolvimento: como compreender e mensurar*. Curitiba: Appiris, 2018. 177 p.

SOUZA, Nali de Jesus. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human development report 1990: concept and measurement of human development*. New York: UNDP, 1990. Disponível em: <http://www.hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>. Acesso em: 14 jan. 2021.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; IBAÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon (org.). *Saúde, desenvolvimento e território*. São Paulo: Hucitec, 2009.



CIDADANIA E DESIGUALDADE NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS IMPACTOS NA REDUÇÃO DA POBREZA

Walter Barretto Jr.
Mestre e doutorando em
Desenvolvimento Regional e Urbano
pela Universidade Salvador (Unifacs),
graduado em Arquitetura e Urbanismo
pela Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Membro do Grupo de
Pesquisa Políticas e Epistemes da
Cidadania (GPPEC/Unifacs/CNPq).
<https://orcid.org/0000-0002-6711-5377>. walter@barretto.com.br

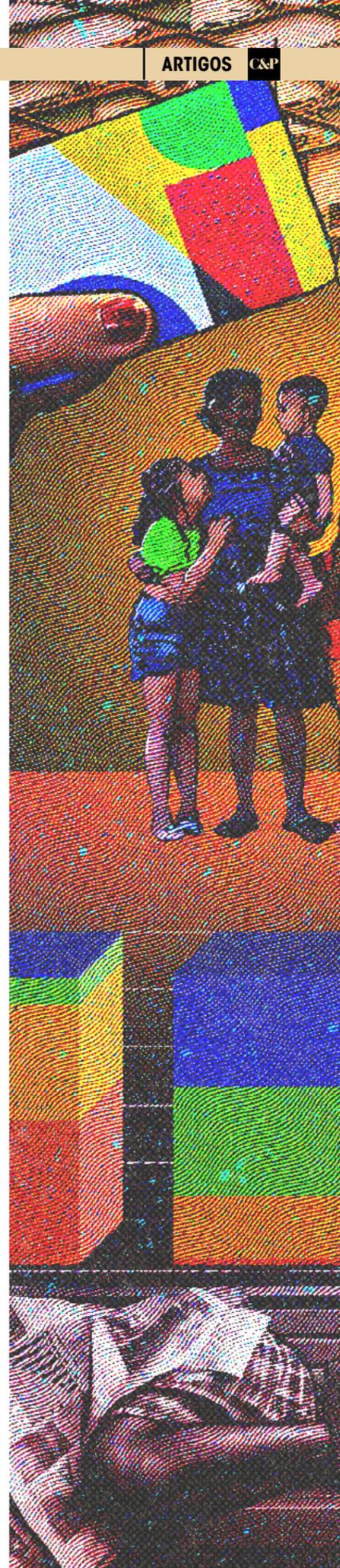
Raique Luças de
Jesus Correia
Mestre e doutorando em
Desenvolvimento Regional e Urbano
pela Universidade Salvador (Unifacs),
pós-graduado em Gestão Social
e Políticas Públicas do Patrimônio
Cultural pela Universidade Federal da
Bahia (UFBA), graduado em Direito
pelo Centro Universitário Social da
Bahia (Unisba). Pesquisador visitante
na Universidad de Ixtlahuaca CUI/
México, membro do Grupo de
Pesquisa Políticas e Epistemes da
Cidadania (GPPEC/Unifacs/CNPq).
<https://orcid.org/0000-0002-0488-3037>. raiquelucas@hotmail.com

Lujiz Eduardo de
Sousa Ferreira
Graduado em Direito pela Universidade
Salvador (Unifacs), mostrando em
Direito, Governança e Políticas
Públicas pela Universidade Salvador
(Unifacs), pós-graduando em Filosofia
e Teoria Geral do Estado pela Unialfa/
Fadisp. Membro do Grupo de
Pesquisa Políticas e Epistemes da
Cidadania (GPPEC/Unifacs/CNPq).
<https://orcid.org/0009-0008-9106-6916>. l.eduardosf13@gmail.com

José Euclimar Xavier
de Menezes
Doutor e mestre em Filosofia
Contemporânea pela Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp),
pós-doutor em Filosofia
Contemporânea pela Pontifícia
Universitá Lateranense (PUL/Roma).
Professor permanente dos Programas
de Pós-Graduação *stricto sensu* em
Direito, Governança e Políticas Públicas
(PPDPPP) e em Desenvolvimento
Regional e Urbano (PPDRU) da
Universidade Salvador (Unifacs). <https://orcid.org/0000-0001-7839-7931>. jose.euclimar@animaeducacao.com.br

<http://doi.org/10.56839/cp.l1206.4>

EM UM país marcado por altos índices de desigualdade social, a disparidade na distribuição de renda continua sendo um desafio persistente. Uma recente nota técnica publicada em janeiro de 2024 pelo Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE) revelou que a renda dos mais ricos do Brasil quase dobrou em apenas cinco anos, enquanto a parcela mais pobre da população enfrentou um crescimento muito mais modesto em seus rendimentos (Gobetti, 2024). Enquanto os mais ricos, que representam apenas 0,01% da população, viram sua renda crescer em 95%, a renda da maioria da população adulta do Brasil, composta por 95% da população, avançou apenas 33% no mesmo período (Gobetti, 2024). A pesquisa mostrou também uma ampliação da concentração de renda em todos os níveis socioeconômicos. O grupo que representa 1% da população, por exemplo, teve um aumento de 67% em sua renda média mensal (Gobetti, 2024).



A discussão em torno da cidadania não pode prescindir do debate sobre a distribuição justa e equitativa das riquezas produzidas pela sociedade, bem como do fortalecimento dos mecanismos de proteção social

Esse fenômeno, por outro lado, não é isolado e reflete uma tendência global, onde os super-ricos continuam a acumular riqueza de forma exponencial, enquanto a grande maioria da população enfrenta dificuldades para melhorar suas condições de vida (Oxfam, 2024). Isso não apenas aumenta a desigualdade dentro dos países, mas também entre as nações, criando um cenário de desequilíbrio econômico e social que demanda ações urgentes e eficazes por parte dos governos e da sociedade civil direcionadas ao enfrentamento desse problema. Nesse sentido, o Brasil figura como um dos países com a maior concentração de riqueza no 1% mais rico da população, com 48,4% da riqueza nacional concentrada nessa pequena parcela (UBS, 2023). Seguindo o Brasil, países como Índia (41%), Estados Unidos (34,3%), China (31,1%) e Alemanha (30%) também apresentam altos níveis de concentração de riqueza, o que evidencia o caráter global da problemática da desigualdade econômica (UBS, 2023).

Diante desse cenário, a discussão em torno da cidadania não pode prescindir do debate sobre a distribuição justa e equitativa das riquezas produzidas pela sociedade, bem como do fortalecimento dos mecanismos de proteção social. É essencial reconhecer que a cidadania vai além do mero reconhecimento legal de direitos civis e políticos (cidadania formal); ela também engloba, precipuamente, o acesso igualitário a recursos e oportunidades que permitam o pleno exercício desses direitos (cidadania material) (Covre, 1986; Jacobi, 1986; Santos, 2007). Nesse contexto, o Programa Bolsa Família se destaca como um importante instrumento na busca por uma distribuição mais equitativa das riquezas e na garantia de condições mínimas de vida para os cidadãos em situação de extrema carência.

Instituído pela Medida Provisória n. 132 (Brasil, 2003c), o Bolsa Família nasceu como uma resposta governamental à urgente necessidade de combater a pobreza e a exclusão social no Brasil. Esse programa federal de transferência direta de renda foi concebido para oferecer suporte financeiro às famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, proporcionando-lhes meios para suprir suas necessidades básicas e garantir o acesso a direitos sociais fundamentais como saúde, alimentação, educação e assistência social (Weissheimer, 2006). Assim, ao fornecer assistência financeira direta a famílias em situação de vulnerabilidade social, o Bolsa Família contribuiu para mitigar os efeitos danosos da pobreza e da desigualdade, permitindo que as famílias beneficiárias pudessem participar mais plenamente da vida econômica e social do país (Weissheimer, 2006).

À vista disso, o presente trabalho procurou refletir sobre o papel desempenhado pelo Bolsa Família como instrumento de efetivação da cidadania, considerando os impactos gerados pelo programa na redução da pobreza

no Brasil. Para tanto, o estudo iniciou-se com uma pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008), tem como objetivo principal proporcionar um maior entendimento sobre o tema em análise, explorando de forma não estruturada conceitos, ideias, perspectivas e discussões candentes dentro do campo de estudo. Isso envolveu revisão bibliográfica, análise de documentos governamentais, relatórios de organizações nacionais e internacionais, artigos acadêmicos e outras fontes relevantes. Além disso, uma abordagem descritiva também foi adotada para analisar dados quantitativos e qualitativos sobre a implementação e os resultados do Bolsa Família, principalmente no que tange à redução da pobreza e o combate à desigualdade social no Brasil. Considerou-se, para a coleta de dados, o período que compreende as últimas duas décadas entre a implantação do programa em 2003, no primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, até 2023, o primeiro ano do governo de seu terceiro mandato como presidente da República.

Após a conquista dessas terras pelos portugueses e 178 anos de trajetória desde os primórdios do esforço para forjar o cidadão brasileiro, ainda nos encontramos na esteira de um processo ambíguo, progressivo em certos aspectos e incompleto em tantos outros

O artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, propõe-se uma discussão acerca da cidadania no Brasil, onde debate-se o conceito de cidadania não apenas como um reconhecimento legal de direitos, mas desde uma ancoragem que considere a materialidade das relações sociais, principalmente diante da realidade de um país como o nosso, marcado por profundas desigualdades estruturais e um quadro de miserabilidade latente. Na segunda seção, são discutidos os motivos que levaram à criação do Programa Bolsa Família, sua estrutura, objetivos e a unificação de benefícios sociais anteriores, bem como suas implicações dentro do contexto mais amplo das políticas sociais brasileiras. A terceira seção analisa os impactos do Bolsa Família na redução da pobreza no país, conforme análise de dados coletados. Por fim, na quarta seção, como gancho para as considerações finais, encerra-se com uma reflexão crítica sobre o papel do Bolsa Família na promoção da cidadania no Brasil, considerando os desafios e potencialidades para uma nova agenda social, política e cultural voltada à efetivação dos direitos dos cidadãos.

A CIDADANIA NO BRASIL

Ao percorrer os meandros da história brasileira, somos confrontados com uma questão patente: estamos verdadeiramente construindo uma nação de cidadãos? Segundo Carvalho (2002), 500 anos após a conquista dessas terras pelos portugueses e 178 anos de trajetória desde os primórdios do esforço para forjar o cidadão brasileiro, ainda nos encontramos na esteira de um processo ambíguo, progressivo em certos aspectos e incompleto em tantos outros. Embora tenhamos avançado em muitos setores da vida

Nos países em que a luta histórica pela conquista dos direitos dos cidadãos teve um impacto considerável na consciência coletiva, observamos uma tendência para uma sociedade civil mais engajada e uma aspiração por igualdade

nacional, a jornada revela uma realidade marcada pela persistência da desigualdade, pela prevalência de privilégios e pela incapacidade do sistema representativo de abordar as necessidades de toda a população (Carvalho, 2002). O questionamento nos leva a refletir sobre os pilares da cidadania em nossa sociedade e os desafios que ainda enfrentamos para alcançar uma democracia real, cuja materialização de direitos é condição indispensável, sem a qual a própria democracia se torna um “simulacro”.

Santos (2007), em sua reflexão sobre a cidadania no Brasil, leva-nos a questionar a realidade dos cidadãos em nosso país. Ele nos convida a considerar duas perguntas cruciais: quantos habitantes do Brasil verdadeiramente se reconhecem como cidadãos? E quantos sequer têm consciência de que não o são?

Ao destacar que o simples ato de nascer investe o indivíduo com uma série inalienável de direitos, Santos (2007) nos lembra que viver em sociedade implica em assumir uma herança moral que garante prerrogativas sociais básicas. No entanto, ele ressalta que o discurso dos direitos humanos muitas vezes não se traduz em realidade, resultando em uma lacuna entre retórica e prática. A cidadania, para Santos (2007), não é apenas um *status* legal, mas sim um estado de espírito enraizado na cultura e na consciência individual e coletiva. No entanto, para ser eficaz, ela precisa ser sustentada por dispositivos institucionais que garantam a fruição dos direitos pactuados e o direito de reclamar quando necessário (Santos, 2007).

Nos países em que a luta histórica pela conquista dos direitos dos cidadãos teve um impacto considerável na consciência coletiva, observamos uma tendência para uma sociedade civil mais engajada e uma aspiração por igualdade (Santos, 2007). No entanto, mesmo nesses países, há uma tensão entre o princípio de igualdade da cidadania e as desigualdades inerentes ao sistema capitalista. No contexto dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, as condições são ainda mais desafiadoras. Aqui, a cidadania se desdobra em diferentes formas, e a ideia de igualdade é muitas vezes distorcida pela realidade socioeconômica. Em meio a transformações abruptas, como a urbanização acelerada, o crescimento econômico desigual e a ascensão do consumismo como valor predominante, a noção de cidadania é frequentemente substituída pela de consumidor (Covre, 1986; Santos, 2007).

O caso brasileiro é particularmente complexo, pois diversas mudanças revolucionárias e dissolventes ocorreram simultaneamente em um curto espaço de tempo (Carvalho, 2002). Essas transformações afetaram profundamente a formação da ideia de cidadania e a realidade do cidadão. A ascensão de uma nova classe média, em detrimento da massa de pobres, e a concentração da

riqueza em determinados setores e regiões contribuíram para a ampliação das desigualdades e injustiças sociais (Haguette, 1982; Santos, 2007). Assim, enquanto a narrativa oficial promovia um modelo de crescimento econômico como solução para os problemas do país, na prática, esse modelo só serviu para agravar as disparidades socioeconômicas. A urbanização desenfreada e a concentração populacional em grandes metrópoles exacerbaram os desafios sociais e ambientais, tornando a ideia de cidadania uma aspiração distante para muitos brasileiros. Ou seja, o Brasil enfrenta não apenas uma crise econômica, mas também uma crise de cidadania e de valores fundamentais (Santos, 2007).

Tanto por isso, como propõe Santos (2007, p. 81), “[...] a plena realização do homem, material e imaterial, não depende [exclusivamente] da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura”. Trata-se da concepção de um novo modelo cívico que não esteja subordinado ao modelo econômico, mas que parta do cidadão para a economia e não o inverso. Isso porque, a pobreza e outros problemas sociais não são apenas consequências do modelo econômico vigente, mas também do modelo de cidadania que adotamos (Santos, 2007). A tendência de pensar exclusivamente em termos econômicos impede que outras causas sejam consideradas. A discussão sobre questões como o salário mínimo, por exemplo, muitas vezes se limita a uma abordagem contábil, ignorando sua importância para garantir a dignidade e a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias (Santos, 2007).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 proclama os direitos fundamentais dos indivíduos, incluindo o direito ao trabalho e a condições dignas de existência. No entanto, na prática, esses direitos são frequentemente desrespeitados, especialmente para as camadas mais pobres da população. O acesso a bens básicos como saúde, educação, moradia e lazer é tratado como um privilégio do mercado, em vez de ser encarado como um dever social (Santos, 2007). Ora, a falta de consciência e a inércia diante do abandono de milhões de pessoas refletem uma mentalidade que enxerga o ser humano como uma mercadoria e não como um cidadão pleno de direitos (Santos, 2007; Sousa Junior, 2008).

Mas, como começar a construir esse novo modelo cívico, principalmente em um país onde, do ponto de vista do exercício pleno de direitos, quase não há cidadãos?

Como explica Santos (1997, p. 134), o Brasil é um país de “[...] cidadanias mutiladas”; “[...] há os que não querem ser cidadãos, que são as classes

A pobreza e outros
problemas sociais
não são apenas
consequências do
modelo econômico
vigente, mas
também do modelo
de cidadania
que adotamos
(Santos, 2007)

É fundamental
iniciar a construção
de um novo modelo
cívico que coloque a
dignidade humana
e os direitos
fundamentais no
centro das políticas
públicas e das
relações sociais

médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros [...]”. Para Santos (1997, p. 135-136), o ponto central dessa conjuntura de desigualdades está intimamente ligado ao processo histórico de escravidão e seu impacto na constituição do nosso modelo cívico vigente:

O modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cívico cultural como o modelo cívico político. A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país. Mas é também um modelo cívico subordinado à economia, uma das desgraças deste país. Países em que o modelo cívico corre emparelhado com a economia e em muitas manifestações da vida coletiva se coloca acima dela. No Brasil, a economia decide o que do modelo cívico é possível instalar. O modelo cívico é residual em relação ao modelo econômico e se agravou durante os anos do regime autoritário e se agrava perigosamente nesta chamada democracia brasileira.

A propósito, na visão de Souza (2003), dentro da especificidade do processo de modernização capitalista empreendido no Brasil, houve uma reprodução das desigualdades sociais e a criação de uma estrutura de “subcidadania”, em que determinados grupos foram marginalizados e excluídos da categoria de “cidadãos”. É assim que Souza (2003) identifica a “subcidadania” como uma espécie de “ralé” estrutural naturalizada pela reprodução característica da desigualdade periférica brasileira, apontando que o abandono histórico do negro e do homem “livre” pertencente à “ralé” foi a causa fundamental de sua falta de adaptação à vida produtiva e social modernas, condenando esses grupos a uma vida precária e desprovida de direitos, tanto do ponto de vista material e espiritual quanto do ponto de vista sociopolítico (Souza, 2003). Dessa forma, a “ralé” se reproduziria em seu próprio abandono por não poder se integrar à estrutura dominante, já que portadora de um “*habitus* precário” de inadaptação à modernização brasileira; uma modernização seletiva e exógena, que não incorporou esses grupos de maneira efetiva (Souza, 2003).

Diante desse quadro, é fundamental iniciar a construção de um novo modelo cívico que coloque a dignidade humana e os direitos fundamentais no centro das políticas públicas e das relações sociais. Isso implica em repensar não apenas as estruturas políticas e econômicas, mas também os processos culturais de modo a abrir espaço para a instauração de uma verdadeira “cultura da cidadania” nesse país (Jelin, 1994). Em tal direção, o combate à fome e à pobreza, em sendo os maiores entraves para a plena realização da

cidadania, deve figurar como uma prioridade essencial (Müller, 1986). Isso porque a fome e a pobreza não apenas privam os indivíduos de condições básicas de sobrevivência e dignidade, mas também minam sua capacidade de exercer seus direitos e participar plenamente da vida em sociedade. É dentro desse contexto que o Bolsa Família surge como uma importante ferramenta na garantia de algumas condições indispensáveis para a superação da pobreza e efetivação da cidadania, qual subsídio balizado pelas necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

A fome e a pobreza não apenas privam os indivíduos de condições básicas de sobrevivência e dignidade, mas também minam sua capacidade de exercer seus direitos e participar plenamente da vida em sociedade

BOLSA FAMÍLIA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE BALANÇO HISTÓRICO

O programa de redistribuição de renda Bolsa Família, implantado no 1º governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 20 de outubro de 2003, através da publicação da Medida Provisória nº 132/2003, convertida na Lei nº 10.836/2004 (Brasil, 2003c, 2004), foi resultado de políticas públicas continuadas, fruto do avanço da gestão do Estado brasileiro.

O então senador Eduardo Suplicy (PT-SP) influenciou gestores públicos brasileiros quando da defesa continuada do projeto de redistribuição de renda denominado Renda Básica. Em 1991, apresentou um Projeto de Lei (PL) para instituir o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que garantiria uma renda mínima para todas as pessoas residentes no país, desde que fossem maiores de 25 anos de idade e que tivessem rendimento bruto mensal inferior a 2,5 salários mínimos. No mesmo ano, o Senado Federal aprovou, com todos os votos favoráveis, exceto quatro abstenções e com poucas alterações, o referido PL. O então líder do PSDB no Senado, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), qualificou o projeto como “uma utopia realista” (Suplicy, 2022, p. 201-203). No ano seguinte, o presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o então deputado Germano Rigoto (PMDB-RS), deu parecer favorável, porém, o Projeto de Lei do PGRM nunca foi a plenário para votação (Suplicy, 2022).

No governo Itamar (1992-1995), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) elaborou o *Mapa da Fome*, que estimava a quantidade de famílias brasileiras em condição de pobreza extrema e, portanto, mais vulneráveis à fome, com os dados indicando que 32 milhões de brasileiros viviam em insuficiência alimentar (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004). Com os dados do *Mapa da Fome* foi realizado um plano para o combate à fome no Brasil, que contou com a participação de Herbert de Sousa, o Betinho, fundador do projeto social Ação Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, dom Mauro Morelli (1935-2023), bispo

Após a implantação do Programa Bolsa Escola no Distrito Federal [1995], diversos municípios realizaram projetos semelhantes de redistribuição de renda

da arquidiocese de Duque de Caxias, dentre outras pessoas (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993).

Em 1995, o então governador Cristovam Buarque, no seu primeiro mês de governo do Distrito Federal, implantou o Programa Bolsa Escola. Pelo programa, toda família que ganhasse menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal *per capita* e tivesse criança de sete a 14 anos frequentando uma escola há pelo menos cinco anos, e com a criança tendo presença igual ou superior a 90%, a família teria o direito a receber um salário mínimo por mês (Suplicy, 2022). Após a implantação do Programa Bolsa Escola no Distrito Federal, diversos municípios realizaram projetos semelhantes de redistribuição de renda (Suplicy, 2022).

Toma posse na Presidência da República, no dia 1º de janeiro de 1995, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. No 12º dia do governo FHC (1995-2003), através do Decreto nº 1.366/1995, e sob grande influência da então primeira-dama, a antropóloga Ruth Cardoso, criou-se o Comunidade Solidária, órgão vinculado à Presidência da República, que teve como objetivo “[...] coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento de parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza” (Brasil, 1995).

Tendo como modelo o Programa Bolsa Escola do Distrito Federal, em 1997, ainda no governo FHC, foi aprovado no Congresso Nacional o Programa Bolsa Escola (Lei nº 9.533/1997), que garantia uma renda para a família que tivesse criança frequentando a escola e com todas as vacinas tomadas no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1997; Parijs, 2018; Suplicy, 2022).

Para viabilizar os recursos necessários para os projetos de redistribuição de renda que estavam sendo aprovados, em 14 de dezembro de 2000, no Congresso Nacional, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 31, introduzindo artigos que criaram o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que tinha “[...] o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida” (Brasil, 2000).

Com os recursos oriundos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza viabilizados, em 11 de abril de 2001, o governo FHC sancionou, através da Lei nº 10.219, o Programa Bolsa Escola – Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação. Na referida lei, estava registrado que “[...] a União apoiará programas de garantia de renda mínima associados a

ações socioeducativas” para famílias com renda *per capita* inferior e que “[...] possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e 15 anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento”, tendo como objetivo incentivar e viabilizar a “[...] permanência das crianças beneficiárias na rede escolar, por meio de ações socioeducativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas” com “o pagamento, diretamente à família beneficiária, do valor mensal de R\$ 15,00 por criança (Brasil, 2001).

Em 10 de agosto de 2001, o governo FHC lança, através da Medida Provisória nº 2.206 (Brasil, 2001), o Programa Nacional de Renda Mínima, este vinculado à saúde e denominado Bolsa Alimentação. O objetivo desse programa social era garantir “[...] condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, mediante a complementação da renda familiar para melhoria da alimentação”, beneficiando as famílias com renda *per capita* inferior e as “[...] crianças filhas de mães soropositivas para o HIV/Aids” (Brasil, 2001). O Bolsa Alimentação transferia em recursos para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza o valor mensal de R\$ 15,00 por criança, até o limite de R\$ 45,00 por mês, por família beneficiada (Brasil, 2001).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, assume o governo federal. De origem pobre e declaradamente tendo passado fome na infância, tinha como um dos principais compromissos de campanha acabar com a fome no Brasil. Nesse primeiro dia de governo, foi criado o Programa Fome Zero, através da Medida Provisória nº 103 (Brasil, 2003b), com as seguintes medidas:

- i) recriação do Consea, como órgão de assessoramento do presidente da República; ii) criação de uma assessoria especial na Presidência da República para cuidar do processo de mobilização popular para o combate à fome; iii) criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, ligado à Presidência da República, para formular e implantar políticas de segurança alimentar (Takagi, 2010, p. 58).

O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome utilizou a estrutura física, de pessoal e orçamentária da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária do governo FHC. Na Lei Orçamentária de 2003 foram alocados recursos para o Programa Fome Zero, “[...] visando à complementação de renda para compra de alimentos” (Takagi, 2010, p. 58).

Em 10 de agosto de 2001 [...] foi lançado o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à saúde e denominado Bolsa Alimentação. [...] Em 1º de janeiro de 2003 [...] foi criado o Programa Fome Zero

Com a criação do Bolsa Família, em 2003, diversos outros programas foram incorporados e/ou eliminados

Em 13 de junho de 2003, o governo Lula cria então o Cartão Alimentação, em ação do Programa Fome Zero, sancionando a Lei nº 10.689 (Brasil, 2003a) do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA). O Cartão Alimentação teve o objetivo garantir a “segurança alimentar e nutricional [...] da pessoa humana ao acesso à alimentação todos os dias, em quantidade suficiente e com a qualidade necessária”. No PNAA, os benefícios em dinheiro, no valor de R\$ 50 (US\$ 17) por mês, por família, seriam concedidos “[...] para unidade familiar com renda mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo”, excluídos no cálculo os rendimentos dos outros programas sociais de redistribuição de renda, a exemplo do Bolsa Escola, implantado no governo FHC e ainda vigente (Brasil, 2003c).

Com a criação do Bolsa Família, em 2003, diversos outros programas foram incorporados e/ou eliminados, inclusive o Programa Fome Zero, havendo uma unificação dos programas sociais do governo FHC, como o Bolsa Escola, a Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, no Programa Bolsa Família (Brasil, 2003c). Na sua implantação, o Bolsa Família pagava os seguintes benefícios para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza: i) R\$ 50 (US\$ 17) por mês, por família; ii) R\$ 15 (US\$ 5) por mês, por pessoa, limitado a R\$ 45 (US\$ 16) (Brasil, 2003c).

Em dezembro de 2003, em implantação do Bolsa Família, o programa de redistribuição de renda distribuía 3,6 milhões de benefícios, utilizando os dados do Cadastro Único do governo FHC e, ao longo dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2010, o Bolsa Família possuía 12,7 milhões de beneficiários (Brasil, 2023b), acréscimo superior a 350% no número de beneficiários.

Durante o governo Dilma (2011-2016) e o governo Temer (2016-2018), o Programa Bolsa Família se manteve sem maiores alterações, mantendo regularidade na quantidade de beneficiários e no valor pago pelos benefícios, onde sofreu apenas reajustes inflacionários. No governo Dilma, os beneficiários ficaram entre 13,4 e 14,1 milhões, com valor do benefício entre R\$ 119 (dez. 2011 = US\$ 67) e R\$ 163 (dez. 2015 = US\$ 42) e, no governo Temer, os beneficiários variaram entre 13,6 e 14,1 milhões, com o valor do benefício entre R\$ 181 (dez. 2016 = US\$ 56) e R\$ 186 (dez. 2018 = US\$ 48) (Brasil, 2023b).

Porém, no governo Bolsonaro (2019-2022) ocorreram alterações representativas no Programa Bolsa Família, influenciadas diretamente pela pandemia da covid-19 (2020-2021). Para amenizar o problema econômico causado em parte representativa das famílias brasileiras pela pandemia, o governo Bolsonaro criou um programa de redistribuição de renda denominado Auxílio

Emergencial, que, em relação ao Bolsa Família, atendeu uma quantidade superior de pessoas e distribuiu benefícios de valor maior (Gov.br, 2023a; World Bank Group, 2023).

Por conta da implantação do Auxílio Emergencial, o Índice Gini teve uma melhora em 2020, voltando a piorar após a sua eliminação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). Com o arrefecimento da crise econômica gerada pela pandemia da covid-19, o governo Bolsonaro eliminou o Auxílio Emergencial, que custou ao governo federal mais de R\$ 288 bilhões (Brasil, 2020), com as famílias voltando a receber o benefício original do Bolsa Família (Auxílio Brasil)¹, que tinha um valor mensal médio inferior ao do Auxílio Emergencial, como vimos anteriormente, fato que gerou um natural impacto negativo em parte representativa da população brasileira.

Dessa forma, em maio de 2022, o governo Bolsonaro, através da Lei nº 14.342 (Brasil, 2022a), amplia o benefício do Bolsa Família para o valor mínimo mensal familiar de R\$ 400 (US\$ 80). Logo em seguida, dois meses depois, em julho de 2022 (as eleições ocorreram em outubro de 2022), o então presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, ampliou novamente o valor do Bolsa Família, através da Emenda Constitucional nº 123 (Brasil, 2022b), para o valor mensal familiar de R\$ 600 (US\$ 113) (World Bank Group, 2023).

Portanto, o Bolsa Família, programa implantado no primeiro governo Lula, em 2003, cujos benefícios nominais médios foram de 2003 a 2021 entre R\$ 63 (US\$ 22) a R\$ 224 (US\$ 40) por mês, por família, foram ampliados, no final do governo Bolsonaro, em 2022, para benefícios médios de aproximadamente R\$ 600 (US\$ 113) por mês, por família (Brasil, 2023b).

No dia 1º de janeiro de 2023, toma posse no seu terceiro mandato o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2 de março de 2023, o governo Lula publica a Medida Provisória (MP) nº 1.164/2023 sobre o Programa Bolsa Família, que mantém o pagamento de R\$ 600 por mês, por família, criado pelo governo Bolsonaro, e amplia os benefícios em três segmentos:

- i) Benefício de Renda e Cidadania, no valor de R\$ 142,00 por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; ii) Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150,00 por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre

¹ Registra-se que, em dezembro de 2021, o governo Bolsonaro (2019-2022) alterou o nome do Bolsa Família para Auxílio Brasil, fato que não foi considerado no texto deste estudo para facilitar a leitura, até porque, no início do terceiro governo Lula, em maio de 2023, o nome do programa de redistribuição de renda brasileiro voltou a se chamar Bolsa Família.

Em 2 de março de 2023, o governo Lula publica a Medida Provisória (MP) nº 1.164/2023 sobre o Programa Bolsa Família, que mantém o pagamento de R\$ 600 por mês

No âmbito do sistema de proteção social, os programas de transferência de renda têm se destacado como instrumentos essenciais para romper o ciclo vicioso da pobreza

zero e sete anos incompletos; iii) Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50,00, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição: a) gestantes; b) crianças com idade entre sete e 12 anos incompletos; ou c) adolescentes, com idade entre 12 anos e 18 anos incompletos (Brasil, 2023a).

Importante registrar que, na referida MP nº 1.164/2023, está citado que o Programa Bolsa Família “[...] constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da Renda Básica de Cidadania, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6º da Constituição e no caput e no parágrafo 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004” (Brasil, 2023a).

Dessa forma, o Programa Bolsa Família, com a incorporação desses benefícios, teve o valor do pagamento médio mensal por família aumentado de R\$ 600 para R\$ 705 (US\$ 140), dados de junho de 2023 (Gov.br, 2023b). Os aumentos dos benefícios do Bolsa Família impactaram no orçamento do governo federal, tendo sido, em 2019, do montante de R\$ 29,9 bilhões (Brasil, 2023b), valor ampliado para estimados R\$ 169,7 bilhões, conforme orçamento de 2024 (Agência Brasil, 2023).

BOLSA FAMÍLIA E REDUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Segundo Scheeffler e Johnson (2008), no âmbito do sistema de proteção social, os programas de transferência de renda têm se destacado como instrumentos essenciais para romper o ciclo vicioso da pobreza, uma vez que não se limitam apenas à transferência direta de recursos financeiros, mas também incluem medidas compensatórias em áreas como educação, saúde e trabalho, visando proporcionar condições para a superação da vulnerabilidade socioeconômica.

No caso do Bolsa Família, como aponta Dantas *et al.* (2018), o programa se insere na estratégia de combate à fome e à pobreza, buscando promover segurança alimentar, acesso aos serviços públicos e desenvolvimento socioeconômico. Atua em três dimensões essenciais: alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda; garantia dos direitos sociais básicos, como educação, saúde e assistência social, mediante o cumprimento das condicionalidades; e capacitação das famílias por meio de programas complementares de educação e geração de emprego e renda (Almeida; Silva, 2016).

Um dos primeiros estudos a analisar os efeitos sociais do Programa Bolsa Família foi publicado em 2007, sob autoria de Barros *et al.* (2007). Nesse

estudo foram comparados os dois anos anteriores à implementação do Bolsa Família (2001-2002) com os dois anos seguintes (2004-2005). Os autores categorizaram a renda dos cidadãos em dois principais grupos:

[...] (i) rendimentos do trabalho; e (ii) renda não proveniente do trabalho, que inclui transferências de recursos governamentais e privados, incluindo o Bolsa Família. Para calcular a desigualdade de renda, foram utilizadas duas medidas: o coeficiente Gini e a razão entre a renda dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres. Os pesquisadores concluíram que, entre os resultados encontrados, “metade da diminuição da desigualdade foi atribuída à evolução da renda não derivada do trabalho [transferências de recursos governamentais e privados], apesar de representar menos de 1/4 da renda total” (Barros *et al.*, 2007, p. 20).

A renda proveniente do trabalho contribuiu com um terço para a redução da desigualdade nesse período, apesar de representar mais de 3/4 da renda total (Barros *et al.*, 2007).

Já o estudo conduzido por Soares *et al.* (2010), que considera o período de 1999 a 2009, aponta que o Bolsa Família teve um papel significativo na redução da pobreza no Brasil. Para compreender melhor esses efeitos, os pesquisadores consideraram três formas de redução da pobreza: quando parte dos pobres deixa de ser pobre, quando a renda média dos pobres remanescentes se eleva e quando a desigualdade entre eles diminui.

Os resultados indicam que no período considerado a pobreza caiu de 10% para 5% da população, enquanto a pobreza extrema diminuiu de 26% para 14%. Essa queda na pobreza teve início entre 2003 e 2005, coincidindo com a unificação dos programas de transferência de renda no Bolsa Família e a expansão de sua cobertura. No entanto, os pesquisadores destacam que outros fatores, como o aumento do emprego, dos salários e da cobertura previdenciária, também contribuíram para essa redução (Soares *et al.*, 2010).

Para estimar o impacto específico do Bolsa Família na redução da pobreza, os pesquisadores calcularam a diferença entre as taxas de pobreza com e sem o benefício. Descobriram que, a partir de 2005, o programa praticamente dobrou seu efeito na redução da pobreza, alcançando 1,9 pontos percentuais na redução da pobreza extrema e 1,6 pontos percentuais na redução da pobreza em 2009 (Soares *et al.*, 2010).

A partir de 2005, o programa [Bolsa Família] praticamente dobrou seu efeito na redução da pobreza

A implementação bem-sucedida e a ampliação estratégica do Bolsa Família em direção às áreas rurais, periferias urbanas e regiões mais pobres e vulneráveis do país são apontadas como fatores-chave para essa redução significativa da extrema pobreza

Além disso, o estudo mostra que o Bolsa Família desempenhou um papel crucial em momentos de crise econômica, evitando aumentos na pobreza que teriam ocorrido na ausência do programa. Entre 2007 e 2009, por exemplo, o programa foi responsável por quase 60% da redução da pobreza e conseguiu manter a pobreza extrema em declínio, mesmo quando a renda do trabalho dos mais pobres diminuiu (Soares *et al.*, 2010).

Os pesquisadores também analisaram a contribuição do Bolsa Família para a redução da desigualdade. Embora tenha sido menos progressivo do que uma focalização perfeita, o programa contribuiu significativamente para a queda da desigualdade, representando 15% da redução do coeficiente de Gini entre 1999 e 2009 (Soares *et al.*, 2010).

Nessa sequência, a pesquisa conduzida por Januzzi, Martignoni e Souto (2011), que aborda a evolução histórica da extrema pobreza no Brasil ao longo das últimas décadas, destaca sua acentuada queda nos anos 2000. O estudo evidencia que, enquanto nos anos 1980 a extrema pobreza afetava cerca de 15% da população brasileira, essa proporção diminuiu para 11-12% na década seguinte e alcançou o índice de 6% em 2009, em paralelo à expansão do Programa Bolsa Família.

A implementação bem-sucedida e a ampliação estratégica do Bolsa Família em direção às áreas rurais, periferias urbanas e regiões mais pobres e vulneráveis do país são apontadas como fatores-chave para essa redução significativa da extrema pobreza. Essa queda foi potencializada pela estruturação do sistema educacional, pela melhoria dos serviços básicos de saúde, pela oferta de assistência social, pelo acesso à água e alimentação, especialmente em municípios menores no Nordeste e Norte do Brasil, e em áreas menos assistidas pelos serviços públicos, bem como por outros programas do Ministério de Desenvolvimento Social e demais pastas sociais, como o Plano Brasil Sem Miséria, que ampliou ainda mais essa estratégia de combate à pobreza, executando mais de uma centena de ações setoriais em vários ministérios e promovendo a articulação federativa com estados e municípios (Januzzi; Martignoni; Souto, 2011).

Analisando os impactos do Bolsa Família sob ótica dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Dantas *et al.* (2018) sustêm que o programa contribuiu para o cumprimento da meta de redução da pobreza em todos os estados brasileiros. Ao oferecer apoio financeiro às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o programa ajudou a melhorar suas condições de vida e a reduzir a vulnerabilidade econômica. Essa redução da pobreza, por sua vez, teve impactos positivos na melhoria do Índice de Desenvolvimento

Humano em diversas regiões do país (Dantas *et al.*, 2018). Nesse sentido, também é possível posicionar os impactos do programa como caminho para a efetivação da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), na medida em que esta anuncia a intenção de acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema até 2030 (Organização das Nações Unidas, 2015).

A propósito, o Banco Mundial publicou o artigo *Cash Transfers and Formal Labor Markets: Evidence from Brazil*, dos autores Gerard, Naritomi e Silva (2021). Nesse material, com relação ao Bolsa Família, os autores atestam que, além da redução considerável da pobreza, nos estudos estatísticos foram encontradas evidências consistentes de que os benefícios de transferência de renda do Bolsa Família impulsionaram as economias locais, com efeitos multiplicadores das transferências monetárias e a ampliação dos empregos nas empresas privadas que atuam no mercado formal (Gerard; Naritomi; Silva, 2021).

Finalmente, no trabalho *Mobilidade social no Brasil: uma análise da primeira geração de beneficiários do Programa Bolsa Família*, publicado em 2023 e desenvolvido por técnicos do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), após análise dos indicadores de mobilidade social dos beneficiários do Programa Bolsa Família que tinham idade entre sete e 16 anos em 2005, ao comparar a situação desses antigos beneficiários do Bolsa Família com as suas posições atuais, em 2019, verificou-se que “[...] uma significativa parcela dos beneficiários dependentes [em 2005] do Programa Bolsa Família apresentaram indicadores sugestivos de mobilidade social mais de uma década [em 2019] após começarem a participar do programa” (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, 2023, p. 51). Os dados indicaram que somente 20% continuavam, em 2019, no Bolsa Família, outros 14% estavam no Cadastro Único, mas fora do Bolsa Família, e 64% fora do Cadastro Único e do Bolsa Família. Além disso, “[...] 45% deles acessaram o mercado formal de trabalho ao menos uma vez entre os anos de 2015 e 2019” (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, 2023, p. 51). Esse estudo, registra-se, é de grande importância, principalmente em função da sua escala, porque analisou o universo de 11 milhões de indivíduos que eram beneficiários do Bolsa Família, formado na sua maioria por negros (50%) e da região Nordeste (46%).

Diante desse quadro geral, fica evidente que o Bolsa Família desempenhou um papel crucial no combate à pobreza e na promoção da inclusão social no Brasil. No entanto, apesar dos avanços significativos, o Bolsa Família ainda enfrenta desafios em sua implementação e alcance. Ainda há uma parcela da população em situação de pobreza que não foi alcançada pelo

O Bolsa Família desempenhou um papel crucial no combate à pobreza e na promoção da inclusão social no Brasil. No entanto, apesar dos avanços significativos, ainda enfrenta desafios em sua implementação e alcance

A cidadania vai além do simples acesso a recursos financeiros; envolve a garantia de direitos, a participação ativa na vida política e social e a capacidade de exercer plenamente os deveres e responsabilidades como membros de uma comunidade

programa (Rocha, 2011), e questões como fraudes e desvios de recursos continuam sendo preocupações importantes (Castro *et al.*, 2009). Além disso, as desigualdades regionais e culturais no Brasil ampliam os desafios de implementação do programa de forma eficaz e equitativa em todo o país (Dantas *et al.*, 2018).

Apesar disso, como ressalta Weissheimer (2006), mesmo reconhecendo os limites do programa, é inegável o impacto positivo que o Bolsa Família teve no combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil. Para Weissheimer (2006), historicamente, poucas vezes houve tanta discussão sobre essas questões sociais no país como atualmente, de modo que o Bolsa Família representou um grande avanço para questões urgentes que nunca foram tratadas verdadeiramente como uma política de Estado. Nesses termos, o Bolsa Família é, no mínimo, um indicador do quanto é possível fazer com políticas sociais, especialmente quando se trata de proporcionar algum alívio àqueles que vivem em situação de extrema vulnerabilidade e carência (Weissheimer, 2006).

BOLSA FAMÍLIA E CIDADANIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

O Programa Bolsa Família, inegavelmente, representa uma das maiores iniciativas de combate à pobreza já implementadas no Brasil. No entanto, ao refletirmos sobre seu papel na promoção da cidadania, é crucial analisarmos não apenas seus sucessos evidentes, mas também as complexidades e desafios subjacentes que podem afetar a noção mais ampla de cidadania em uma sociedade, principalmente diante de um contexto como o nosso, marcado por profundas desigualdades estruturais.

A cidadania vai além do simples acesso a recursos financeiros; envolve a garantia de direitos, a participação ativa na vida política e social e a capacidade de exercer plenamente os deveres e responsabilidades como membros de uma comunidade (Covre, 1998). Nesse sentido, o Bolsa Família pode ser considerado tanto um instrumento de empoderamento quanto uma medida paliativa. Por um lado, ao fornecer assistência financeira às famílias em situação de pobreza, o programa oferece uma forma de proteção social e alívio imediato das condições adversas. Isso contribui para a autonomia e a dignidade dos beneficiários, permitindo-lhes satisfazer necessidades básicas como alimentação, saúde e educação. Por outro lado, é importante reconhecer que a cidadania plena vai além da implementação de medidas assistencialistas. Como afirma Souza (2009, p. 401), “[...] os esforços assistencialistas de ontem e de hoje, que são fundamentais (é melhor que existam do que não), mas insuficientes, nunca tocam no ponto

principal por serem iniciativas condenadas ao curto prazo”. Ou seja, não basta apenas tratar o sintoma sem atacar paralelamente e frontalmente a verdadeira causa do problema.

Em tal caso, a superação dessa conjuntura de desigualdades, que ainda hoje persiste em nosso país, requer muito mais do que a institucionalização de direitos formais ou a implementação de programas assistencialistas. Não que essas medidas sejam destituídas de qualquer importância, sem dúvida são passos necessários para mitigar os efeitos imediatos da desigualdade e proporcionar algum alívio às classes desfavorecidas. No entanto, para superar de fato a estrutura de “subcidadania” e promover uma transformação social mais profunda, é necessário ir além, de modo a repensar a própria forma de organização política e econômica da sociedade.

Nesse sentido, a própria focalização do Bolsa Família é algo a ser repensado, um passo mais adiante, visando “[...] sua ampliação e transformação em renda básica universal e permanente e, por conseguinte, a requisição de sua constitucionalização específica, como direito fundamental dos cidadãos brasileiros” (Rego, 2008, p. 179). Isso significaria não apenas oferecer assistência financeira às famílias em situação de pobreza, mas também garantir a todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, uma base mínima de sustento (Parijs, 2018; Suplicy, 2022). Outrossim, é fundamental também reconhecer que a luta pela efetivação da cidadania não pode ficar reduzida a uma assimilação dos “beneficiários” ao papel de meros “consumidores” de políticas públicas, “receptores” de direitos sociais, em vez de agentes ativos de sua própria transformação e desenvolvimento (Covre, 1986; Favero; Santos, 2016).

É importante considerar que, no contexto brasileiro, as ações de combate à pobreza historicamente se basearam em práticas como favoritismo, clientelismo e paternalismo, enraizadas na cultura política do país (Yasbek, 2004). Essa matriz conservadora perpetua uma dinâmica de dependência e subordinação das classes populares. Superar essa lógica é uma medida fundamental para as políticas sociais, que precisam romper com a associação entre assistencialismo e clientelismo (Yasbek, 2004). Trata-se, portanto, de reconhecer a necessidade premente de resgatar o caráter “político” das políticas sociais, desvinculando-as da lógica “filantrópica” e “despolitizada” que tem predominado (Telles, 1998). Assim, é imperativo que tais políticas sejam revigoradas com base nos princípios da justiça social, da universalidade dos direitos e da participação cidadã. Conforme assinala Marilena Chauí (1990 *apud* Sousa Junior, 2011, p. 170), partindo da noção de democracia como invenção de Claude Lefort, somente

Para superar de fato a estrutura de “subcidadania” e promover uma transformação social mais profunda, é necessário ir além, de modo a repensar a própria forma de organização política e econômica da sociedade

É essencial compreender que os protagonismos sociais estão intrinsecamente ligados às lutas pela satisfação de necessidades e pela conquista de autonomia

[...] a cidadania ativa é a que é capaz de fazer o salto do interesse ao direito, que é capaz portanto de colocar no social a existência de um sujeito novo, de um sujeito que se caracteriza pela sua autopoção como sujeito de direitos, que cria esses direitos e no movimento da criação desses direitos exige que eles sejam declarados, cuja declaração abra o reconhecimento recíproco. O espaço da cidadania ativa, portanto, é o da criação dos direitos, da garantia desses direitos e da intervenção, da participação direta no espaço da decisão política.

Nesses termos, como propõe José Geraldo de Sousa Junior (2011), é essencial compreender que os protagonismos sociais estão intrinsecamente ligados às lutas pela satisfação de necessidades e pela conquista de autonomia, bem como ao reconhecimento de direitos, que se manifestam através de ações de cidadania que apontam para estratégias e métodos de organização, visando defender formas de convivência, estabelecer alianças, assegurar direitos e construir projetos de vida.

A própria Constituição em vigor, que representa um dos principais marcos desse processo de construção da cidadania, é resultado de uma experiência que demonstra a conscientização de um protagonismo social (Sousa Junior, 2014). Contudo, se por um lado, “[...] a atual Constituição, chamada de Constituição Cidadã, alude a esse processo em que o núcleo ativo do direito é estabelecido, os direitos subjetivos, os direitos sociais, os direitos fundamentais” (Sousa Junior, 2014, p. 40), por outro lado, a compreensão dos direitos como um conjunto fixo de normas é insuficiente; é necessário entender que eles são produtos de um experimento democrático em constante mediação (como defende Lefort), que vai moldando e reafirmando novas subjetividades, novas reciprocidades, novos direitos ao longo do tempo (Sousa Junior, 2014).

Como nos lembra Santos (2007, p. 105), não podemos jamais esquecer que “[...] a luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição, porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado”. Desse modo, “[...] como o indivíduo deve estar vigiando a si mesmo para não se arredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania” (Santos, 2007, p. 105). Nesse sentido, conforme entende Covre (1986, p. 186, grifos do autor), “[...] a luta pela satisfação de bens (que deve ser cada vez mais de *socialização de bens materiais*) tem de ser acompanhada da *socialização do político* [...]”, isto é, da efetiva apropriação do poder político pelas massas, de modo a se

criar uma democracia verdadeiramente participativa e comprometida com as demandas e necessidades reais da coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o percurso empreendido, os estudos e pesquisas examinados demonstram consistentemente os impactos positivos do Programa Bolsa Família, especialmente na melhoria das condições de vida das famílias mais vulneráveis, sendo uma importante ferramenta no combate à pobreza e busca pela redução das desigualdades sociais no país. No entanto, é crucial reconhecer que o Bolsa Família não é uma solução definitiva para as profundadas desigualdades estruturais que, historicamente, persistem na nossa sociedade. A superação da lacuna entre a “cidadania formal” e a “cidadania concreta” requer muito mais do que medidas assistencialistas, depende, acima de tudo, da constituição de uma consciência cidadã, em que o protagonismo social seja posto-chave e as relações políticas sejam pautadas pela participação ativa e pela busca de uma democracia efetiva.

É fundamental que haja um esforço conjunto para desvincular as políticas sociais da lógica assistencialista e clientelista, promovendo a universalidade dos direitos e incentivando a participação cidadã na formulação e implementação dessas políticas. Isso implica em uma mudança de paradigma, onde os beneficiários não sejam apenas receptores passivos de assistência, mas agentes ativos na construção de seu próprio destino e na transformação das estruturas sociais. Um novo modelo cívico baseado em uma “cultura da cidadania” deve irromper à medida em que os próprios sujeitos, conscientes de si e dos seus direitos, se engajarem ativamente na inserção do social no político. Há, sem dúvida, um longo caminho a percorrer, de modo que mais do que olhar para o que foi feito e se contentar com as conquistas obtidas (embora seus méritos inegáveis), urge direcionar o nosso olhar para o futuro; e o futuro do Bolsa Família está conectado com o futuro do Brasil, com o tipo de sociedade que desejamos construir e com o tipo de cidadãos que queremos ser.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasil de Comunicação. *Orçamento 2024 não prevê correção do IR nem reajuste no Bolsa Família*. Brasília, 1 set. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-09/orcamento-2024-nao-preve-correcao-do-ir-nem-reajuste-no-bolsa-familia>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ALMEIDA, Marlon Luiz; SILVA, José Luís Gomes. Os programas de transferência de renda no Brasil e sua relação com a melhoria da qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre: um estudo sobre o Bolsa Família. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 12, n. 3, p. 60-80, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2513>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BARROS, Ricardo Paes de *et al.* *Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. (Texto para discussão, 1.253).

BRASIL. Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jan. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1366.htm#:~:text=DECRETA%3A,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc31.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022. Altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; inclui o art. 120 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reconhecer o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes; autoriza a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expande o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; expande o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jul. 2022a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc123.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997. Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 dez. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19533.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110219.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAAL. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jun. 2003a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.689.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.342, de 18 de maio de 2022. Institui o benefício extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 maio 2022b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114342.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jan. 2003b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/103.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003c. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/downloads/bolsa-familia-documentacao-programa/MEDIDA_PROVISORIA_N_132.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 mar. 2023b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.164-de-2-de-marco-de-2023-467449434>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.206, de 10 de agosto de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação” e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 ago. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2206.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *2023 é o ano com maior média de benefícios, de valor médio e de investimento federal na história do Bolsa Família*. Brasília, 9 dez. 2023a. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/2023-e-o-ano-com-maior-media-de-beneficiarios-de-valor-medio-e-de-investimento-federal-na-historia-do-bolsa-familia>. Acesso em: 2 fev. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de *et al.* Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355, nov. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/ZsSgBnxGs9JNWNbYz8Tz4Q/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional*. Brasília: CONSEA, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. Capital monopolista: da cidadania que não temos à invenção democrática. In: COVRE, Maria de Lourdes Manzini (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense, 1998.

DANTAS, Sara Verônica de Avelar Dias *et al.* Uma avaliação do Programa Bolsa Família. *Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 713-726, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/3PJGjb5LQZsqzJ7z9ZDXBdR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2024.

FAVERO, Celso Antonio; SANTOS, Stella Rodrigues dos. *O campesinato e o Bolsa Família no semiárido do Nordeste*. Salvador: Edufba: Eduneb, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32007>. Acesso em: 2 fev. 2024.

GERARD, François; NARITOMI, Joana; SILVA, Joana. Cash transfers and formal labor markets: evidence from Brazil. Washington, DC: World Bank, 2021. 43 p. (Policy research working paper, 9778). Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/769531632319615215/pdf/Cash-Transfers-and-Formal-Labor-Markets-Evidence-from-Brazil.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBETTI, Sérgio Wulff. Concentração de renda no topo: novas revelações pelos dados do IRPF. *Observatório de Política Fiscal*, Rio de Janeiro, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/politica-economica/pesquisa-academica/concentracao-de-renda-no-topo-novas-revelacoes-pelos-dados-do>. Acesso em: 2 fev. 2024.

GOV.BR. Serviços e Informações do Brasil. *Auxílio Emergencial já pagou mais de R\$ 288 bilhões para garantir proteção social aos brasileiros*. Brasília, 10 jan. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/12/auxilio-emergencial-ja-pagou-mais-de-r-288-bilhoes-para-garantir-protecao-social-aos-brasileiros-1>. Acesso em: 2 fev. 2024.

GOV.BR. Serviços e Informações do Brasil. *Bolsa Família de junho tem maior valor médio da história: R\$ 705,40*. Brasília, 17 jun. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/06/bolsa-familia-de-junho-tem-maior-valor-medio-da-historia-r-705-40>. Acesso em: 2 fev. 2024.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Os direitos de cidadania no Nordeste brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 13, n. 1/2, p. 121-145, 1982. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8678781>. Acesso em: 2 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua*: tabelas: 2021: rendimento de todas as fontes. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34039&t=resultados>. Acesso em: 2 mar. 2023.

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Mobilidade social no Brasil: uma análise da primeira geração de beneficiários do Programa Bolsa Família*. Rio de Janeiro: IMDS, 2023. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/doc/ImdsA005-2023-MobilidadeSocialNoBrasil-UmaAnaliseDaPrimeiraGeracaoDeBeneficiariosDoProgramaBolsaFamilia.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Plano de Combate à Fome e à Miséria*: princípios, prioridades e mapa das ações de governo. Brasília: IPEA, 1993. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10565/1/plano_de_combate_a_fome.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

JACOBI, Pedro. Equipamentos de consumo coletivo, demandas sociais e conquistas da cidadania. In: COVRE, Maria de Lourdes Manzini (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JANNUZZI, Paulo de Martino; MARTIGNONI, Enrico Moreira; SOUTO, Baiena Feijolo. Programa Bolsa Família e sua contribuição para redução da pobreza no Brasil. *Revista Brasileira de Avaliação*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 40-61, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://rbaval.org.br/article/10.4322/rbma201204003/pdf/1598015026-4-40.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

JELIN, Elizabeth. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 33, p. 39-57, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4f6VtcPjcVLzP8r69zZx9wg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2024.

MÜLLER, Geraldo. Fome: o não direito do não cidadão. In: COVRE, Maria de Lourdes Manzini (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

OXFAM. Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. *Desigualdade S.A*, [s. l.], jan. 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

PARIJS, Philippe Van. *Renda básica: uma proposta radical para uma sociedade livre e uma economia sã*. São Paulo: Cortez, 2018.

REGO, Walquiria Leão. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 73, p. 147-185, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/FKcMGRtkw4nS5J3qgQPnWBn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ROCHA, Sonia. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, p. 113-139, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/HHjfn6yK4Pgy6PYMfPNp5BK/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Júlio (org.). *O preconceito*. São Paulo: IMESP, 1997.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EdUSP, 2007.

SCHEEFFER, Fernando; JOHNSON, Guillermo Alfredo. As diretrizes do Programa Bolsa-Família: uma análise crítica. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 2008.

SOARES, Sergei *et al.* Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (org.). *Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. v. 2. p. 27-52. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3246/1/livro_bolsafamilia2003-2010_vol2.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Direito como liberdade: o direito achado na rua*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2011.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Ideias para a cidadania e para a justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. O direito à assistência social na normativa internacional e no direito constitucional brasileiro. In: ALBUQUERQUE, Simone Aparecida; OLIVINDO, Karoline Aires Ferreira; ALVES, Sandra Mara Campos (org.). *Direito e Assistência Social*. Brasília, DF: Fiocruz: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/direito_a_assistencia_social2016.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez, 2022.

TAKAGI, Maya. A implantação do Programa Fome Zero no governo Lula. In: ARANHA, Adriana Veiga (org.). *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos: notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. In: CACCIA-BAVA, Sílvio *et al.* (org.). *Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades*. São Paulo: Polis, 1998.

UBS. *Global Wealth Report 2023: leading perspectives to navigate the future*. [S. l.: s. n], 2023. Disponível em: <https://www.ubs.com/global/en/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023.html>. Acesso em: 2 fev. 2024.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

WORLD BANK GROUP. *Novo Bolsa Família: agosto 2023*. 2023. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099092023174833593/pdf/P1748360a5b95a0f808e5908fe614046ca7.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

YASBEK, Maria Carmelita. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/zWvSrxLjdLrRtCGXFZvVWhH/#>. Acesso em: 2 fev. 2024.



Paulo Resende
Doutor em Ciências Biológicas
(Biofísica) pela Universidade
de Illinois, PhD. Coordenador
do Núcleo de Infraestrutura,
Logística e *Supply Chain* da
Fundação Dom Cabral

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA NO BRASIL E AS PERSPECTIVAS PARA 2025

A infraestrutura logística no Brasil tem adquirido ao longo dos anos um protagonismo cada vez maior dado o seu potencial de indução do crescimento, assim como de melhoria da produtividade e da competitividade do país interna e externamente. E esse protagonismo é de suma importância, considerando que, dentre as 20 principais economias do mundo, o Brasil é a única que não mantém uma posição no quartil superior das que mais investem em infraestrutura na relação com o PIB. Pelo contrário, sua taxa média de investimento em infraestrutura de transportes tem sido, ao longo dos últimos 30 anos, em torno de 0,8% do PIB/ano, ao passo que seus concorrentes diretos realizaram uma taxa acima de 2,5%. Conseqüentemente, no conjunto de todos os resultados negativos está uma incidência de 12,32% de custos logísticos sobre o faturamento bruto das empresas embarcadoras. E na formação desses custos, 65% estão relacionados ao transporte de matérias-primas e produtos, tanto na longa distância quanto na última milha logística. Portanto, investir com qualidade é condição essencial para o desenvolvimento. Não obstante, nos próximos anos, todo esse conjunto de constatações tem que se transformar em ações concretas.

Visando à evolução da produtividade pela correlação com a infraestrutura, o biênio 2024/2025 tem que ser marcado por um país que finalmente irá definir seu portfólio de projetos pautado pelas interações entre o sistema de atividades econômicas, a dinâmica da circulação de bens e serviços – que se vê definida pela matriz de origem-destino das cargas e pessoas e pelos seus vetores de direção – e os volumes de tráfego. Esses três fundamentos são básicos para que a logística se materialize de forma integrada e com todas as características de suprimento e de escoamento moldadas para que o transporte e suas

redes multimodais não se constituam em fator negativo para a redução nos níveis de serviços e para a competitividade do país e de suas regiões.

A partir do estudo da dinâmica entre os sistemas de transportes, o sistema de atividades e a circulação, faz-se necessária a concepção de cenários que influenciem os projetos e investimentos em infraestrutura com resultante na evolução da produtividade. Nesse caso, é primordial evitar o planejamento a partir de portfólios de projetos influenciados pelo jogo político, o que historicamente se aproxima da utopia, mas ainda pragmaticamente defensável. O conceito aqui defendido é que demandas consolidadas, reprimidas ou garantidas no futuro necessitam de respostas nos projetos e investimentos. Por outro lado, reconhece-se que projetos estruturados e formatados no sentido da criação de demanda (i.e., oferta de infraestrutura como indutora do crescimento) também são absolutamente valiosos, sobretudo para dinamizarem as relações entre os citados três fundamentos básicos da logística.

No biênio 2024/2025, um novo Plano Nacional de Logística (PNL) emergirá a partir de prioridades trazidas pelos estados para o governo federal, associando-se àquelas já contidas no Novo PAC. A Fundação Dom Cabral, através de sua Plataforma de Infraestrutura em Logística de Transportes (FDC/PILT), tem modelado diversos cenários multimodais para o Brasil. Esperando contribuir para que o PNL atinja seus objetivos primordiais, esses cenários apontam para alguns princípios que deveriam direcionar tais planos estratégicos, que se espera serem de longo prazo e com visão de Estado.

O primeiro princípio é a coordenação e a integração das cadeias de suprimentos e cadeias produtivas por microrregião, sem se descartar as conexões com grandes eixos nacionais. Nesse contexto, defende-se a visão de corredores logísticos formados por modais de transportes (ferrovias e hidrovias, por exemplo) que proporcionem redução de custos operacionais através da economia de escala e de distância, conectados a modais alimentadores com características de redes com dispersão e capacidade de porta a porta (rodovias, por exemplo). Na sequência, outros princípios devem ser inseridos como: eficiência e qualidade dos investimentos públicos e privados; elaboração de estratégias adequadas para competir com outros países, entre elas a constituição de redes transoceânicas; fortalecimento dos arranjos produtivos nas diversas microrregiões, sem se perder a noção de integração com outros corredores logísticos nacionais, com grande destaque para a integração do Nordeste brasileiro à logística nacional e internacional; adição de valor nas cadeias produtivas dentro dos estados; e desenvolvimento social, respeitando-se as premissas de preservação do meio ambiente e das comunidades protegidas.

O primeiro princípio é a coordenação e a integração das cadeias de suprimentos e cadeias produtivas por microrregião, sem se descartar as conexões com grandes eixos nacionais

O Brasil pode alcançar níveis avançados de infraestrutura logística nos próximos dez anos. Os projetos mapeados em programas governamentais e em planos de logística, espalhados por diferentes instituições, são mais que conhecidos

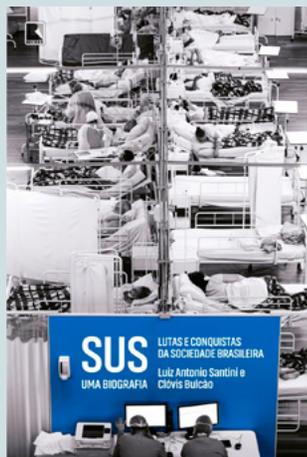
Espera-se que o país inicie definitivamente a racionalização da logística nacional, originalmente nas suas macrorregiões, com ordenamento do território pautado nos potenciais de produção e consumo e refletidos na eficiência do escoamento. Para tal, os planos de longo prazo precisam fomentar a multimodalidade com o aproveitamento máximo das vantagens comparativas dos vários sistemas de transporte, valorizando as estruturas e redes atuais e futuras e promovendo adição de valor e renda para todas as empresas e pessoas que delas dependem. Especificamente, ao Brasil e aos seus planejadores é imposta uma solução para o vazio ferroviário nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste; vazio este que tanto desfavorece a economia das fronteiras agrícolas e de novas áreas de produção, e que leva as empresas a transportarem suas cargas por milhares de quilômetros prioritariamente em rodovias, em geral de baixa qualidade, com um custo logístico até 50% superior ao de um produtor nos Estados Unidos, por exemplo.

A sustentação de investimentos em infraestrutura de transportes nos próximos 15 anos é fundamental para os ganhos de produtividade, e é o primeiro passo não só para a solução dos gargalos que hoje acarretam custos e tempos excessivos no escoamento dos bens e serviços, mas também para atender a uma demanda reprimida. A perda de competitividade por baixa produtividade da infraestrutura atinge três alvos fixos. O primeiro é a eficiência das cadeias de suprimentos que, uma vez globalizadas, passam a sofrer com concorrentes mais bem estruturados. O segundo é a margem de lucro das empresas que, uma vez reduzida, atinge os projetos de aumento de capacidade. E o terceiro é a renda geral da sociedade, que resulta em queda de consumo. Nenhuma delas tem compensação imediata, e todas elas deterioram as cadeias produtivas. Portanto, aumentar a eficiência da infraestrutura não tem efeito somente na economia, mas também na vida de cada cidadão.

O Brasil pode alcançar níveis avançados de infraestrutura logística nos próximos dez anos. Os projetos mapeados em programas governamentais e em planos de logística, espalhados por diferentes instituições, são mais que conhecidos. Mas, a sociedade precisa compreender que os embates políticos que envolvem tais projetos não têm a profundidade necessária para a sua realização. É preciso que o planejamento de longo prazo, protegido da famigerada agenda política, faça parte do cotidiano brasileiro, onde a técnica se sobreponha ao discurso sem embasamento metodológico, onde a transparência impere sobre a corrupção em vestes burocráticas e onde o bom legado seja a grande prioridade.

O Brasil carece, há muitas décadas, dessa visão de longo prazo para garantir o necessário avanço no modo como projetos estruturantes podem se transformar em combustível para saltos de crescimento sustentável, protegidos de vontades políticas que se caracterizam por ações imediatistas. Projetos estruturantes devem ser pautados pela continuidade, não obstante as flutuações no exercício do poder e as necessidades político-individualistas. Eles têm de se transformar em produtos de propriedade da sociedade brasileira, portanto, com caráter de sustentabilidade no longo prazo. Ao sonharmos com um ambiente institucional que protege o planejamento de longo prazo, acende-se uma centelha de esperança através da qual os brasileiros podem certificar-se de que nem tudo nesse país se alimenta do imediato, do interesse partidário, enfim, de uma agenda que se distancia cada vez mais do futuro brilhante que o Brasil pode ter.

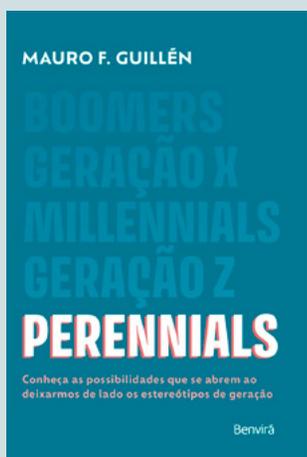
Ao sonharmos com um ambiente institucional que protege o planejamento de longo prazo, acende-se uma centelha de esperança através da qual os brasileiros podem certificar-se de que nem tudo nesse país se alimenta do imediato, do interesse partidário



SUS, UMA BIOGRAFIA: LUTAS E CONQUISTAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Luiz Antonio Santini e Clóvis Bulcão

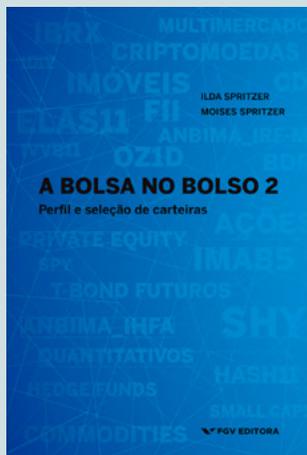
O livro *SUS, uma biografia: lutas e conquistas da sociedade brasileira*, de Luiz Antonio Santini e Clóvis Bulcão, conta a história do maior projeto público de saúde do mundo, a partir de seus principais personagens. Desde a sua criação em 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) atendeu mais de 190 milhões de pessoas, prestando serviços desde consultas, transplantes de órgãos e tecidos, cirurgias e medicamentos em todo o território brasileiro. Entretanto, desde a sua fundação até o maior drama enfrentado recentemente — a pandemia de covid-19 e, sobretudo, o posicionamento do governo federal diante dela —, o sistema sofre com a desinformação, o sucateamento e a corrupção, que muitas vezes atrapalham a procura de quem mais precisa do bom funcionamento dele, a população. Assim, com relatos exclusivos de médicos sanitaristas, ativistas, acadêmicos e políticos envolvidos na luta por uma saúde pública gratuita e de qualidade, e extensa pesquisa em fontes, esse trabalho traz uma reflexão através de um relato minucioso da construção de um dos maiores sistemas de atenção primária à saúde do mundo e de como a população brasileira precisa continuar lutando para garantir que as conquistas de hoje não sejam perdidas amanhã.



PERENNIALS: CONHEÇA AS POSSIBILIDADES QUE SE ABREM AO DEIXARMOS DE LADO OS ESTEREÓTIPOS DE GERAÇÃO

Mauro F. Guillén

A vida mudou de forma dramática para todas as gerações. Diante dessa irrefutável constatação, Mauro Guillén, amparado por sua expertise como sociólogo renomado, desafia o modelo convencional associado às fases da vida e convida os leitores a repensar suas carreiras, famílias e os planos para o futuro. Nesse livro, Guillén analisa uma mudança em curso na sociedade, desencadeada pela transformação demográfica e tecnológica. O autor argumenta que as várias divisões criadas como Baby Boomers, Geração X, Millennials e Geração Z são ultrapassadas e têm sido usadas para encaixar as pessoas em categorias e estágios de vida predeterminados, restritos e carregados de preconceito. Porém, esses estereótipos de geração hoje se demonstram ultrapassados. Uma nova força de trabalho pós-geracional, os perennials, cujos indivíduos não veem como fatores de competição características como idade e experiência, torna possível liberar muitas pessoas das restrições impostas pelos estereótipos e nivelar o jogo, permitindo que todos tenham uma vida gratificante e cheia de conquistas. Ele revela como essa transformação impactará desde jovens que estão entrando no mercado de trabalho até aqueles que já estão vivendo e trabalhando há mais tempo.



A BOLSA NO BOLSO 2: PERFIL E SELEÇÃO DE CARTEIRAS

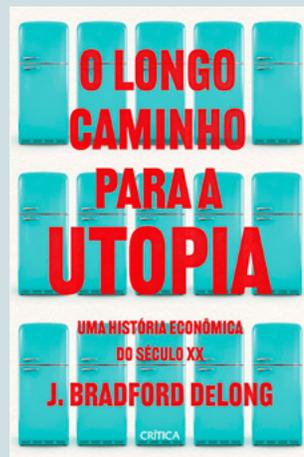
Ilda Spritzer e Moises Spritzer

As tendências globais do envelhecimento populacional e os avanços na digitalização ampliaram a complexidade dos serviços financeiros e a responsabilidade dos indivíduos pela gestão dos seus recursos. Diante deste cenário, o trabalho de Ilda Spritzer e Moises Spritzer, no livro *A Bolsa no bolso 2: perfil e seleção de carteiras*, visa aumentar a conscientização sobre a educação e proteção do investidor, e incentivar os leitores no fortalecimento da cultura para a formação de patrimônio, trazendo ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro de forma sustentável e autônoma. Nele, os autores apresentam uma visão atual dos mercados financeiros e de capitais, aprofundam a análise fundamentalista, ajudam a avaliar ativos com preços semelhantes, trazem uma panorâmica do universo dos fundos de investimento e ainda debatem a importância do perfil para seleção de carteiras, de forma a auxiliar o leitor a identificar seu perfil de investidor, para que se torne capaz de perseguir o melhor portfólio para o seu nível de risco.

O LONGO CAMINHO PARA A UTOPIA: UMA HISTÓRIA ECONÔMICA DO SÉCULO XX

J. Bradford DeLong

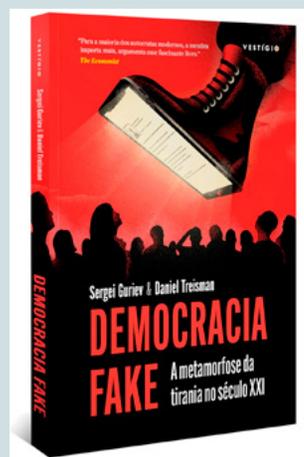
O longo caminho para a utopia conta a história das grandes mudanças econômicas e tecnológicas do século XX em uma narrativa ousada e ambiciosa. Com detalhes vívidos, as páginas traçam a explosão sem precedentes de riqueza material depois de 1870, que transformou o padrão de vida no mundo todo, libertando a humanidade de séculos de pobreza, mas, paradoxalmente, deixando uma herança de desigualdade social e desastres ambientais. Nessa obra, J. Bradford DeLong, um dos principais economistas do mundo, traz uma nova história arrebatadora do século XX – um século que deixou muito mais ricos, mas ainda profundamente insatisfeitos. Nele, há questionamentos sobre como o século XX falhou em entregar a utopia que nossos ancestrais acreditavam ser inevitável diante do bem-estar material? Por que a marcha em direção ao progresso não deu certo? E como se pode aprender com o passado para construir um mundo melhor?



DEMOCRACIA FAKE: A METAMORFOSE DA TIRANIA NO SÉCULO XXI

Sergei Guriev e Daniel Treisman

O livro de Sergei Guriev e Daniel Treisman traz em pauta a discussão sobre a nova face da ditadura. Uma nova geração de homens fortes, bem vestidos e versados em mídia que redefinem o governo autoritário para um mundo mais sofisticado e globalmente conectado. Em vez de julgamentos de fachada e campos de prisioneiros, esses líderes controlam seus cidadãos manipulando informações e falsificando procedimentos democráticos. *Democracia fake: a metamorfose da tirania no século XXI* mapeia a ascensão de tais líderes em todo o mundo. Expõe, ainda, como líderes como Lee Kuan Yew, de Singapura, e Alberto Fujimori, do Peru, foram pioneiros em métodos menos violentos, mais encobertos e mais eficazes de monopolizar o poder, cultivando uma imagem de competência, praticando censura oculta e usando instituições democráticas para minar a democracia, enquanto aumentavam o envolvimento internacional em prol de benefícios financeiros e de reputação pessoal. Assim, a análise aqui apresentada aponta por que esse novo tipo de ditadura surge, como funciona, quais são as ameaças que esses regimes representam e qual é a melhor maneira de o Ocidente reagir a eles.



A HISTÓRIA PARA ALÉM DO HUMANO

Ewa Domańska

A história para além do humano é um livro de Ewa Domańska, considerada uma das maiores historiadoras e teóricas da história da atualidade, que nasce decisivo para a teoria da história e para as humanidades no Brasil. Essa autora há muito tem contribuído com os debates críticos relativos ao paradigma antropocêntrico e tem corajosamente provocado a busca por relações com passados e futuros que ultrapassem a configuração da história convencional. Assim, a ambição intelectual, ético-política e existencial da autora por uma alternativa à história que se conhece convida com urgência e leveza à imaginação e à construção de outros mundos potenciais. Nesse livro, ela oferece um programa crítico de revalorização e inovação da reflexão histórica no século XXI, através de pesquisa avançada, propondo um novo sentido do passado quando colocado na perspectiva do futuro possível.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

A Bahia registrou crescimento da atividade econômica no primeiro trimestre de 2024, o que contribui para a perspectiva de um ambiente econômico mais equilibrado neste ano. Diante desse cenário, acredita-se que a dinâmica da sua economia deverá ser ditada pelo nível de preços próximos da meta inflacionária, taxas de juros mais baixas, equilíbrio das contas públicas e maior confiança de empreendedores para ampliar os investimentos.

No acumulado do ano até março, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, apresentou acréscimo de 15,7% na comparação com igual mês de 2023. No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 6,8%.

Em relação à inflação em Salvador, verifica-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou em março taxa positiva de 0,16%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação cresceu 3,36%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, seis tiveram alta em março. Por ordem de magnitude das taxas, tem-se que *Saúde e cuidados pessoais* (0,97%), *Vestuário* (0,59%) e *Alimentação e bebidas* (0,31%) registraram as maiores expansões, seguidos de *Despesas pessoais* (0,17%), *Habituação* (0,12%) e *Educação* (0,03%). Enquanto *Transportes* (-0,60%), *Artigos de residência* (-0,15%) e *Comunicação* (-0,06%) registraram variações negativas.

Na atividade agrícola, a safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas registrou desempenho negativo. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para 2024, relativo ao mês de março, com dados sistematizados e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), estimou a produção estadual de cereais, oleaginosas e leguminosas em 11,3 milhões de

toneladas (t), o que representa um recuo de 6,8% na comparação com a safra de 2023.

Quanto à produção industrial baiana, houve recuo de -3,4% em março, em relação a março de 2023. No acumulado de janeiro a março de 2024, comparado com o mesmo período do ano anterior, a produção industrial baiana registrou expansão de 3,3%. Os segmentos da *Indústria geral* que contribuíram para esse resultado foram *Indústrias extra-tivas* (36,3%), *Celulose, papel e produtos de papel* (9,1%) e *Produtos de borracha e de material plástico* (7,6%), seguidos por *Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (5,4%), *Produtos alimentícios* (2,9%), *Bebidas* (2,7%), *Outros produtos químicos* (2,0%), *Indústria de transformação* (1,8%) e *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (0,9%). Os demais segmentos registraram resultados negativos no indicador, são eles: *Metalurgia* (-23,4%), *Produtos de minerais não metálicos* (-12,2%) e *Couro, artigos para viagem e calçados* (-3,4%).

O comércio varejista apontou no mês de março variação positiva de 11,1%, em relação ao mês de março de 2023. No acumulado de janeiro a março de 2023, o setor registrou avanço de 11,4%. Dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas, cinco registraram, nesse mês, comportamento positivo. As atividades que exibiram taxas positivas nesse mês foram: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,9%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (19,5%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (7,9%), *Móveis e eletrodomésticos* (4,9%) e *Combustíveis e lubrificantes* (0,8%). Os demais segmentos registraram comportamento negativo, são eles: *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-37,9%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-28,7%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (-16,5%). No que diz respeito aos subgrupos, verifica-se que as vendas de *Hipermercados e supermercados*, *Móveis* e *Eletrodomésticos* avançaram em 21,6%, 6,5% e 4,2%, respectivamente.

No setor de serviços houve estabilidade (0,1%), em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, houve avanço de 0,6%. Nesta análise, duas das cinco atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque para a atividade de *Serviços prestados às famílias* (13,2%), que contabilizou a variação mais expressiva, seguida por *Serviços de informação e comunicação* (3,4%). Por outro lado, as atividades de *Outros serviços* (-6,4%), *Serviços profissionais*,

administrativos e complementares (-2,5%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,1%) retraíram.

As exportações baianas registraram vendas de US\$ 801,1 milhões em março de 2024, com queda de 22,0% no comparativo interanual. Já as importações registraram, com o volume de US\$ 826,5 milhões, crescimento de 24,0% para o mesmo período. No primeiro trimestre, as exportações baianas ficaram estáveis com US\$ 2,55 bilhões, contra US\$ 2,56 bilhões em igual período do ano anterior, o que resultou em queda de 0,3%. E as importações acumularam despesas de US\$ 2,16 bilhões, com queda de 14,4%. Com isso, o saldo da balança comercial do estado atingiu US\$ 393,3 milhões, alta de 936,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Já a corrente de comércio registrou redução de 7,3%, alcançando US\$ 4,71 bilhões.

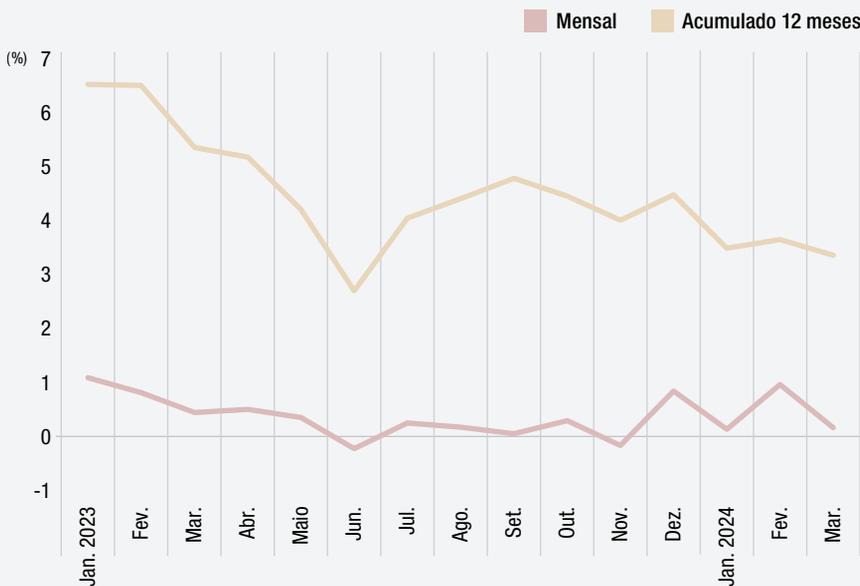
Nesse cenário, são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores referentes aos dados apurados nos três primeiros meses de 2024.

Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Ibec) – Salvador – Jan. 2023-Mar. 2024



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 2
Taxa de variação do IPCA – RMS – Jan. 2023-Mar. 2024



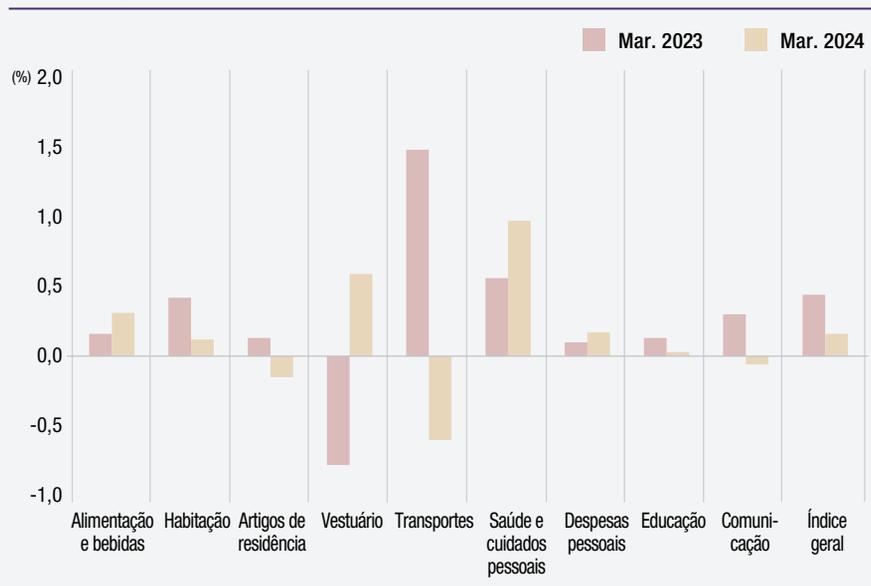
Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, cresceu 15,7% em março de 2024, na comparação com o mesmo mês de 2023. As variáveis que compõem o setor registraram os seguintes resultados positivos: *Carga portuária* (41,3%), *Ônibus intermunicipal* (38,4%) *Combustíveis* (3,2%), *Aeroporto* (2,6%) e *Energia elétrica* (0,9%). Enquanto *Ônibus urbanos* (-8,0%) apresentou comportamento oposto. No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 6,8%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou em março taxa positiva de 0,16%, inferior à apurada em março de 2023 (0,44%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação cresceu 3,36%.

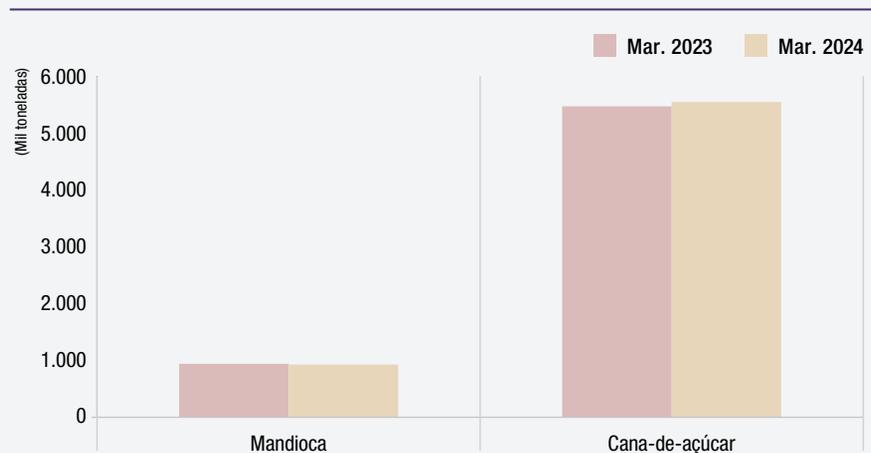
Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, seis tiveram alta em março. Por ordem de magnitude das taxas, tem-se *Saúde e cuidados pessoais* (0,97%), *Vestuário* (0,59%), *Alimentação e bebidas* (0,31%), *Despesas pessoais* (0,17%), *Habitação* (0,12%) e *Educação* (0,03%). Enquanto *Transportes*, *Artigos de residência* e *Comunicação* registraram variações negativas de -0,60%, -0,15 e -0,06%, respectivamente.

Gráfico 3
Taxa de Variação do IPCA: grupos selecionados – Salvador – Mar. 2023/Mar. 2024



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

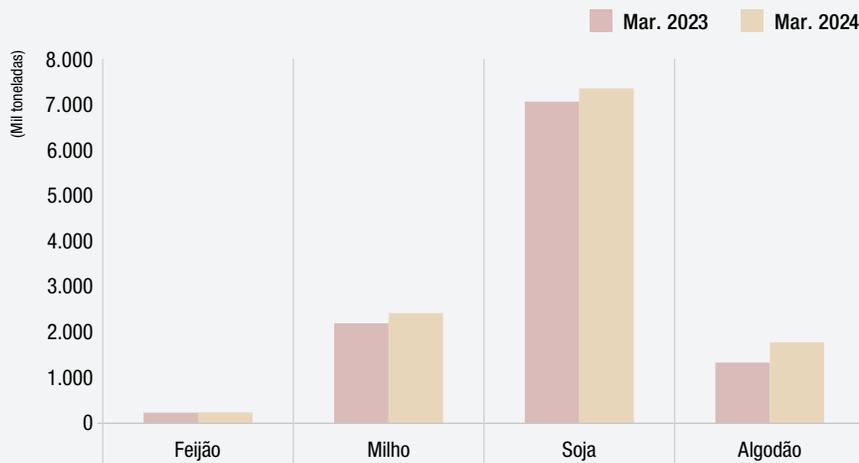
Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Mar. 2023/Mar. 2024



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, para 2024, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar no estado terão diferentes comportamentos. A primeira deve registrar retração de 1,4%, enquanto a segunda deve expandir em 1,4%.

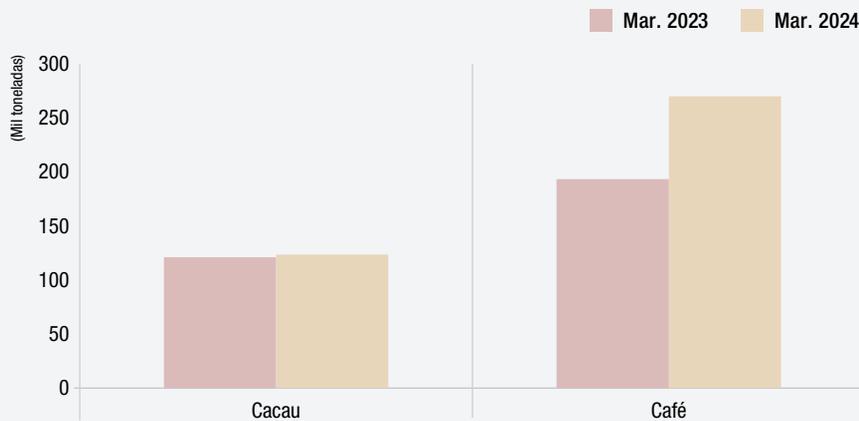
Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Mar. 2023/Mar. 2024



Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativa de expansão na produção de feijão e algodão com taxas de 1,0% e 2,4%, respectivamente. Para milho e soja, em relação a 2023, houve variações negativas de -21,7% e -2,8%, respectivamente. Nessa perspectiva, estima-se queda no rendimento para soja, milho e algodão de -8,9%, -3,9% e -1,7%, respectivamente. Enquanto o feijão manteve estabilidade de 0,5%.

Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Mar. 2023/Mar. 2024



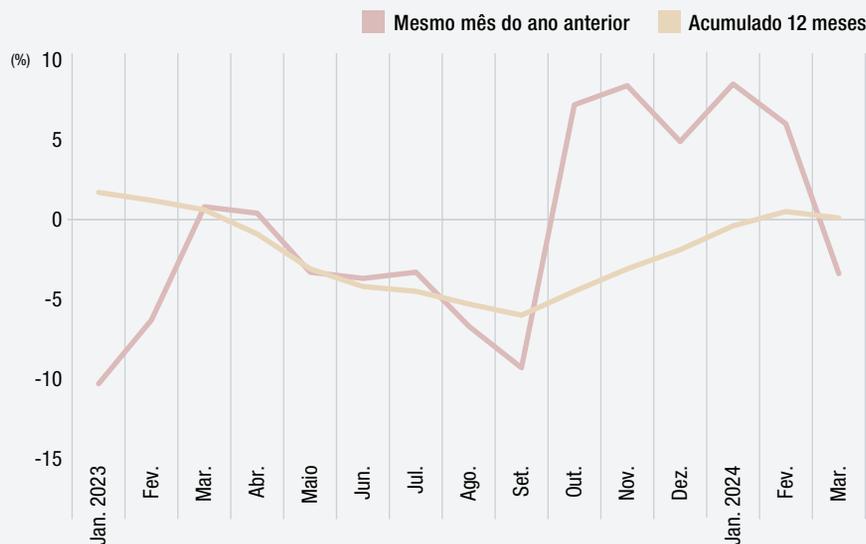
Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apontaram comportamentos semelhantes em 2024. Em relação ao cacau, houve expansão na produção de 2,7%, com crescimento do rendimento de 1,6%. Para o café, constatou-se acréscimo na produção de 9,4% e aumento de 6,1% no rendimento.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, referentes à indústria baiana, registraram queda de -3,4% no mês de março de 2024, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com oito das 12 atividades pesquisadas assinalando recuo na produção. O setor de *Metalurgia* (-31,9%) registrou a maior contribuição negativa. Outros segmentos que registraram decréscimo foram *Couros, artigos para viagem e calçados* (-20,4%), *Produtos de minerais não metálicos* (-15,9%), *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (-9,6%), *Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (-8,6%), *Bebidas* (-6,4%), *Indústrias de transformação* (-4,8%) e *Outros produtos químicos* (-0,3%). Por outro lado, os segmentos de *Celulose, papel e produtos de papel* (32,4%), *Indústrias extrativas* (27,7%), *Produtos de borracha e de material plástico* (4,7%) e *Produtos alimentícios* (4,6%) exerceram influências positivas no período.

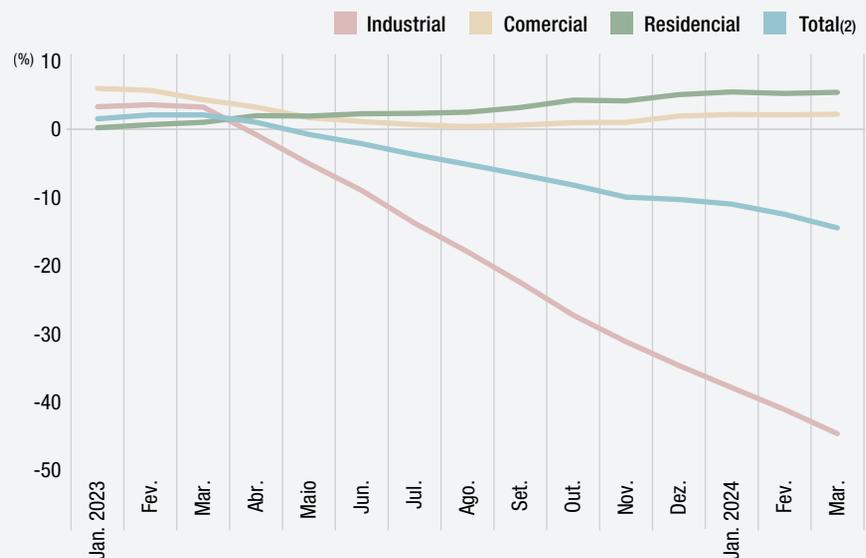
O consumo de energia elétrica no estado registrou variação negativa de -20,6% em março de 2024, na comparação com o mesmo mês de 2023. No acumulado de 12 meses, notou-se recuo de -14,4% no consumo total, impulsionado pela classe industrial, que recuou -22,4%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria geral – Bahia – Jan. 2023-Mar. 2024



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 8
Taxa de variação do consumo de energia elétrica(1) – Bahia – Jan. 2023-Mar. 2024

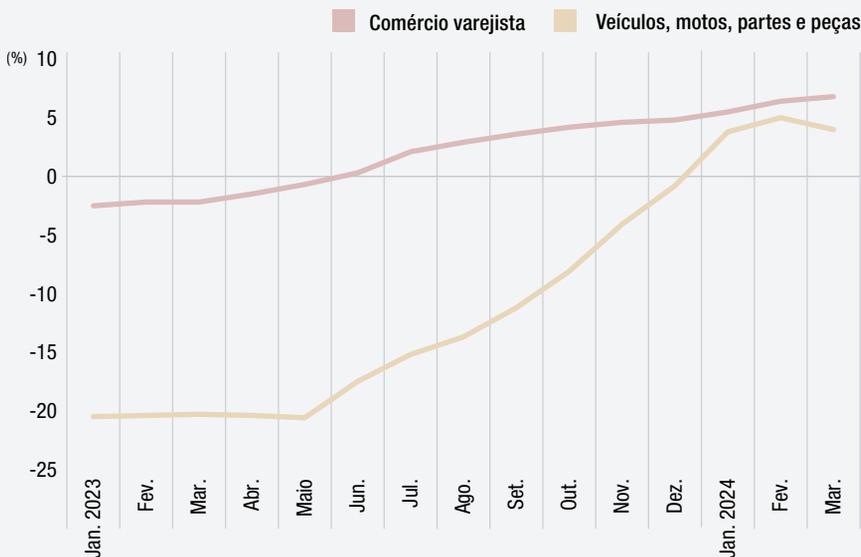


Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Acumulado 12 meses.

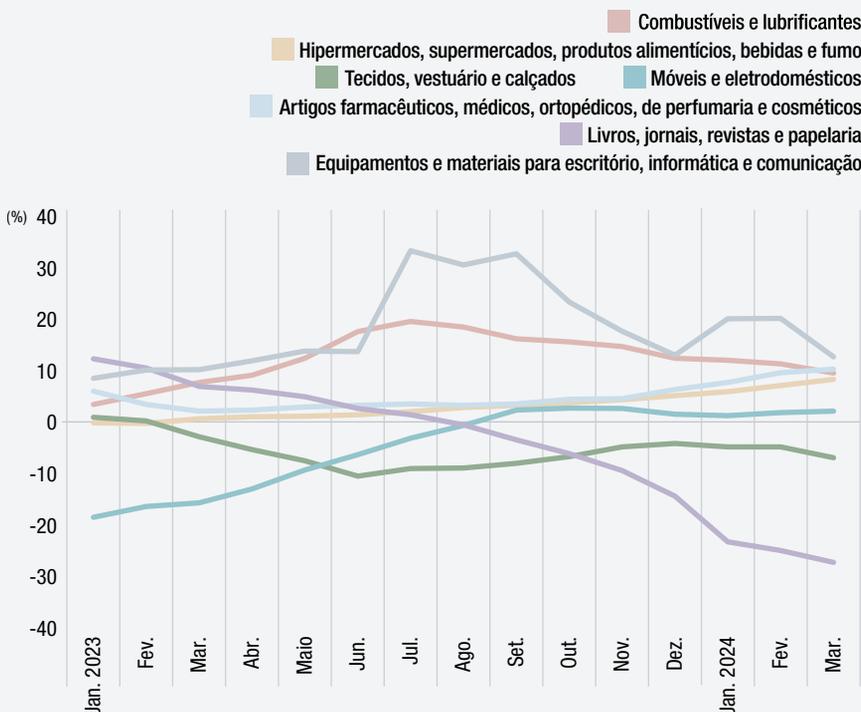
(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Gráfico 9
Taxa de variação de volume de vendas no varejo⁽¹⁾ – Bahia – Jan. 2023-Mar. 2024



Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 10
Taxa de variação de volume de vendas no varejo⁽¹⁾ principais segmentos – Bahia – Jan. 2023-Mar. 2024



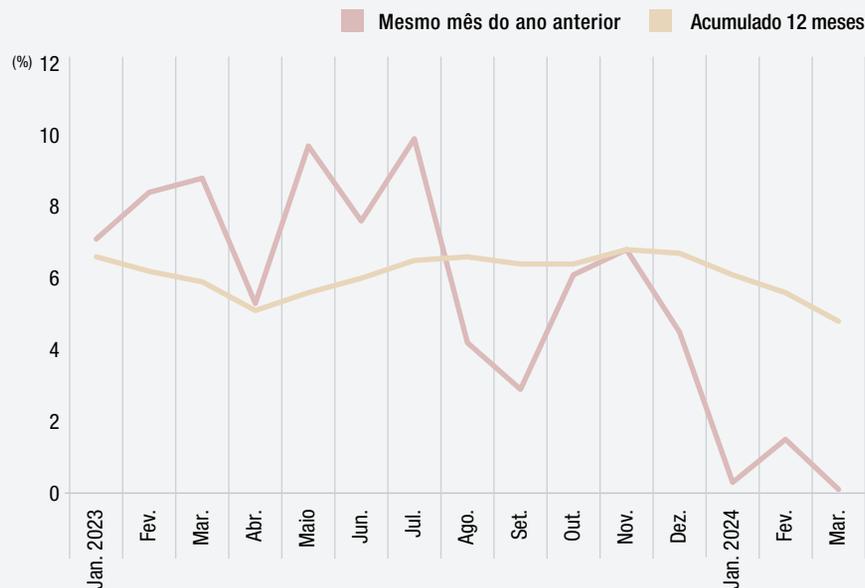
Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano expandiu as vendas em 11,1% no mês de março de 2024, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas positivas nesse mês foram *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,9%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (7,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,3%), *Móveis e eletrodomésticos* (4,9%) e *Combustíveis e lubrificantes* (0,8%). Em sentido contrário, destacam-se as variações negativas de *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-37,9%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-28,7%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (-16,5%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação positiva de 6,8%.

Ainda no acumulado de 12 meses, até março de 2024, os principais segmentos que contribuíram para a expansão no volume do comércio varejista restrito foram *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (12,7%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,3%), *Combustíveis e lubrificantes* (9,5%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (8,3%) e *Móveis e eletrodomésticos* (2,1%). Por sua vez, os segmentos que contribuíram negativamente foram *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-27,4%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-7,0%) e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-4,3%).

O volume de serviços apresentou, em março de 2024, expansão de 0,1% em relação ao mesmo mês de 2023. Duas das cinco atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque para a atividade de *Serviços prestados às famílias* (37,0%), que contabilizou a variação mais expressiva, seguida pela atividade de *Serviços de informação e comunicação* (2,9%). Por outro lado, as atividades de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* e *Outros serviços* apresentaram a mesma retração em termos relativos (-8,9%), e *Serviços profissionais, administrativos e complementares* recuou 0,4%. No acumulado de 12 meses, o volume de serviços apresentou expansão de 4,8% em relação ao mesmo período do ano de 2023, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

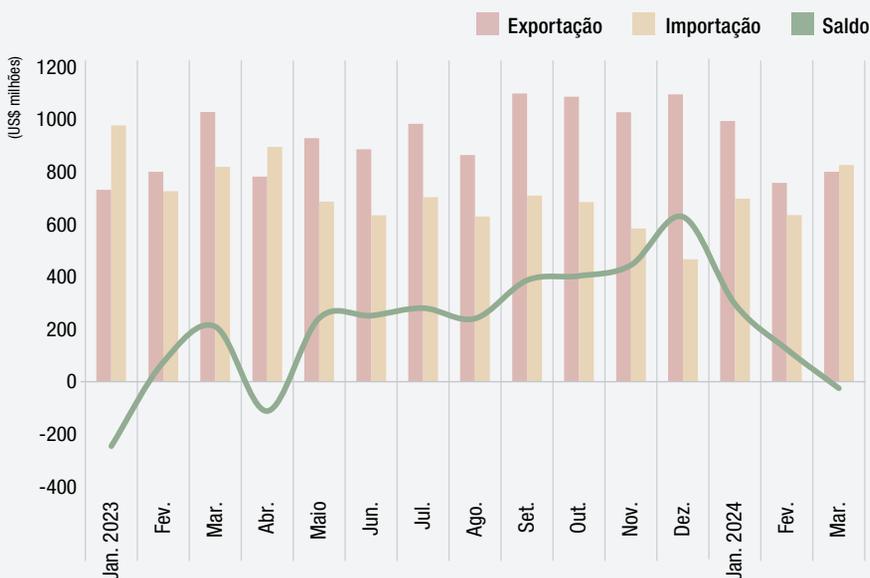
Gráfico 11
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2023-Mar. 2024



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

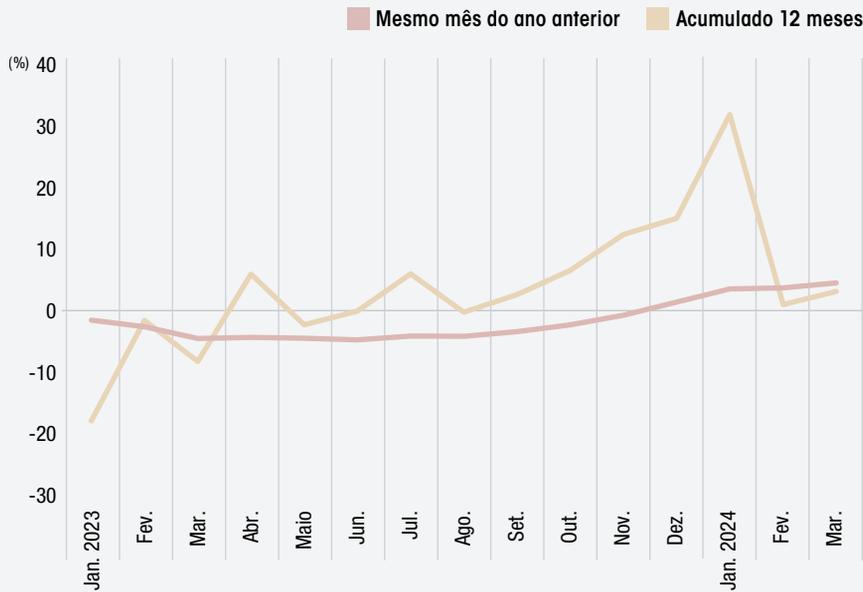
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 801,1 milhões em março de 2024, com queda de 22,0% em comparação com o montante registrado no mesmo mês de 2023. Com volume de US\$ 826,5 milhões, as importações registraram crescimento de 24,0% no comparativo interanual. Os combustíveis se destacaram com alta de 75,6% no valor das importações em março. *Bens intermediários* foi em sentido contrário, com queda de 21,3% no valor desembarcado. As duas categorias responderam juntas por 92,6% do total das compras externas do estado no mês.

Gráfico 12
Balança comercial – Bahia – Jan. 2023-Mar. 2024



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 13
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2023-Mar. 2024



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – em março de 2024 registrou crescimento de 3,2%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou expansão de 4,5% em 12 meses.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Região Metropolitana – Salvador (BA) – Mar. 2023/2024

Geral, grupo, subgrupo, item e subitem	Variações do mês ⁽¹⁾ (%)		Variações acumuladas (%)	
	Mar. 2023	Mar. 2024	No ano ⁽²⁾	Últimos 12 meses ⁽³⁾
1. Alimentação e bebidas	0,16	0,31	2,82	1,58
2. Habitação	0,42	0,12	-1,73	2,28
3. Artigos de residência	0,13	-0,15	-0,49	-1,72
4. Vestuário	-0,78	0,59	-0,72	3,23
5. Transportes	1,48	-0,60	-0,16	2,95
6. Saúde e cuidados pessoais	0,56	0,97	2,82	6,59
7. Despesas pessoais	0,10	0,17	1,26	5,56
8. Educação	0,13	0,03	6,51	7,92
9. Comunicação	0,30	-0,06	0,95	0,91
Índice geral	0,44	0,16	1,26	3,36

Fonte: IBGE.

Notas: (1) Com a atualização das Estruturas de Ponderação, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2017 - 2018, foram introduzidos aperfeiçoamentos na classificação dos produtos e serviços que compõem as estruturas dos índices de preços. Com isso, foram criadas novas tabelas, a partir de janeiro de 2020 para o IPCA.
(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.
(3) A variação acumulada em 12 meses está disponível a partir de dezembro de 2020.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica – Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Mar. 2024

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ⁽¹⁾ (%)	Variação acumulada (%) no ano ⁽²⁾	Porcentagem do salário mínimo
São Paulo	813,26	1,18	8,12	61,23
Rio de Janeiro	812,25	-1,37	8,47	60,75
Florianópolis	791,21	-1,22	3,04	60,18
Porto Alegre	777,43	-0,23	1,19	58,96
Brasília	747,68	-2,66	4,15	55,85
Campo Grande	730,02	0,37	5,03	55,79
Vitória	729,34	-0,35	5,51	55,34
Curitiba	728,06	-0,20	4,22	54,23
Belo Horizonte	712,51	0,03	8,60	52,46
Goiânia	703,57	-0,36	4,73	51,91
Belém	667,53	2,09	5,58	51,89
Fortaleza	663,22	7,76	13,37	51,67
Salvador	620,13	3,22	14,14	49,06
Natal	605,33	4,44	13,70	46,77
Recife	592,19	4,24	14,72	46,70
João Pessoa	583,23	5,40	13,36	46,08
Aracaju	555,22	4,84	12,54	43,60

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.
(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2023/2024

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2023(1)	2024(2)	Variação (%)	2023(1)	2024(2)	Variação (%)
Temporárias						
Algodão herbáceo	1.334.815	1.782.435	33,5	290.368	379.000	30,5
Amendoim (1ª Safra)	1.214	1.226	1,0	1.215	1.215	0,0
Amendoim (2ª Safra)	2.486	2.471	-0,6	2.550	2.550	0,0
Arroz	750	750	0,0	450	450	0,0
Batata - inglesa (1ª Safra)	109.999	111.332	1,2	2.650	2.650	0,0
Batata - inglesa (2ª Safra)	109.999	111.332	1,2	2.650	2.650	0,0
Batata - inglesa (3ª Safra)	111.766	111.923	0,1	2.650	2.650	0,0
Cana-de-açúcar	5.469.690	5.544.090	1,4	80.000	80.000	0,0
Cereais, leguminosas e oleaginosas	11.361.707	11.335.870	-0,2	3.378.733	3.554.365	5,2
Feijão (1ª Safra)	143.540	142.820	-0,5	227.000	229.000	0,9
Feijão (2ª Safra)	95.280	98.340	3,2	190.000	190.000	0,0
Fumo	9.883	9.883	0,0	7.850	7.850	0,0
Mamona	33.072	29.700	-10,2	48.000	50.000	4,2
Mandioca	938.342	938.342	0,0	123.000	123.000	0,0
Milho (1ª Safra)	2.165.320	1.742.760	-19,5	440.000	299.000	-32,0
Milho (2ª Safra)	520.780	681.210	30,8	260.000	270.000	3,8
Soja	7.063.494	7.353.000	4,1	1.823.000	2.032.000	11,5
Sorgo	113.520	161.490	42,3	90.150	95.150	5,5
Tomate	179.606	182.317	1,5	4.240	4.240	0,0
Trigo	35.112	35.112	0,0	6.000	6.000	0,0
Pernamentes						
Banana	913.790	920.342	0,7	69.000	69.000	0,0
Cacau	120.990	123.303	1,9	440.050	445.050	1,1
Café arábica	69.510	116.448	67,5	76.000	81.000	6,6
Café canephora	123.668	153.416	24,1	45.500	49.000	7,7
Castanha-de-caju	2.940	2.955	0,5	16.000	16.000	0,0
Laranja	634.282	627.954	-1,0	57.500	57.500	0,0
Uva	65.555	62.032	-5,4	2.069	2.069	0,0

Fonte: IBGE

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2023

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Março de 2024 (dados sujeitos a retificação).

- 1 - Para as Unidades da Federação que, por força do calendário agrícola, ainda não dispõem das estimativas iniciais, os dados correspondem a uma projeção obtida a partir das informações de anos anteriores.
- 2 - As produções de abacaxi e de coco-da-baía são expressas em mil frutos e os seus rendimentos médios em frutos/ha.
- 3 - Utilizou-se a padronização de 61% para a conversão da produção do algodão em caroço para caroço de algodão, apenas para a totalização da produção dos cereais, leguminosas e oleaginosas.
- 4 - Possíveis diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.
- 5 - As informações mensais que compõem a série histórica estão disponível a partir de setembro de 2006.
- 6 - A partir de janeiro de 2018 foram retirados da divulgação os seguintes produtos: abacaxi, alho, cebola, coco-da-baía, guaraná, maçã, malva, pimenta-do-reino, sisal/ agave. Os mesmos continuam sendo acompanhados na pesquisa anual da Produção Agrícola Municipal.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2023/2024

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2023 ⁽¹⁾	2024 ⁽²⁾	Varição (%)	2023 ⁽¹⁾	2024 ⁽²⁾	Varição (%)
Temporárias						
Algodão herbáceo	290.368	379.000	30,5	4.597	4.703	2,3
Amendoim (1ª Safra)	1.215	1.215	0,0	999	1.009	1,0
Amendoim (2ª Safra)	2550	2550	0,0	975	969	-0,6
Arroz	450	450	0,0	1.667	1.667	0,0
Batata - inglesa (1ª Safra)	2.650	2.650	0,0	41.509	42.012	1,2
Batata - inglesa (2ª Safra)	2.650	2.650	0,0	41.509	42.012	1,2
Batata - inglesa (3ª Safra)	2.650	2.650	0,0	42.176	42.235	0,1
Cana-de-açúcar	80.000	80.000	0,0	68.371	69.301	1,4
Cereais, leguminosas e oleaginosas	3.378.733	3.554.365	5,2	-	-	-
Feijão (1ª Safra)	227.000	229.000	0,9	632	624	-1,3
Feijão (2ª Safra)	190.000	190.000	0,0	501	518	3,4
Fumo	7.850	7.850	0,0	1.259	1.325	5,2
Mamona	48.000	50.000	4,2	689	594	-13,8
Mandioca	109.000	109.000	0,0	8.609	8.489	-1,4
Milho (1ª Safra)	440.000	299.000	-32,0	4.921	5.829	18,5
Milho (2ª Safra)	260.000	270.000	3,8	2.003	2.523	26,0
Soja	1.823.000	2.032.000	11,5	3.875	3.619	-6,6
Sorgo	90.150	95.150	5,5	1.259	1.697	34,8
Tomate	4.240	4.240	0,0	42.360	42.999	1,5
Trigo	6.000	6.000	0,0	5.852	5.803	-0,8
Permanentes						
Banana	64.500	64.500	0,0	14.167	14.269	0,7
Cacau	420.050	445.050	6,0	288	277	-3,8
Café arábica	65.000	81.000	24,6	1.069	1.438	34,5
Café canephora	40.500	49.000	21,0	3.054	3.131	2,5
Castanha-de-caju	15.000	15.000	0,0	197	196	-0,5
Laranja	50.000	50.000	0,0	12.686	12.559	-1,0
Uva	1.869	1.869	0,0	35.075	33.190	-5,4

Fonte: IBGE

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2023

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Março de 2024 (dados sujeitos a retificação).

- 1 - Para as Unidades da Federação que, por força do calendário agrícola, ainda não dispõem das estimativas iniciais, os dados correspondem a uma projeção obtida a partir das informações de anos anteriores.
- 2 - As produções de abacaxi e de coco-da-baía são expressas em mil frutos e os seus rendimentos médios em frutos/ha.
- 3 - Utilizou-se a padronização de 61% para a conversão da produção do algodão em caroço para caroço de algodão, apenas para a totalização da produção dos cereais, leguminosas e oleaginosas.
- 4 - Possíveis diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.
- 5 - As informações mensais que compõem a série histórica estão disponível a partir de setembro de 2006.
- 6 - A partir de janeiro de 2018 foram retirados da divulgação os seguintes produtos: abacaxi, alho, cebola, coco-da-baía, guaraná, maçã, malva, pimenta-do-reino, sisal/agave. Os mesmos continuam sendo acompanhados na pesquisa anual da Produção Agrícola Municipal.

INDÚSTRIA

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Mar. 2024

(%)

Classes e Gêneros	Mensal(1)	Ano(2)	12 meses(3)
Indústria Geral	-3,4	3,3	0,1
Indústrias extrativas	27,7	36,3	-6,0
Indústrias de transformação	-4,8	1,8	0,6
Produtos alimentícios	4,6	2,9	10,8
Bebidas	-6,4	2,7	0,0
Couros, artigos para viagem e calçados	-20,4	-3,4	5,0
Celulose, papel e produtos de papel	32,4	9,1	-1,2
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-8,6	5,4	4,4
Outros produtos químicos	-0,3	2,0	-8,6
Produtos de borracha e de material plástico	4,7	7,6	0,2
Produtos de minerais não-metálicos	-15,9	-12,2	-9,6
Metalurgia	-31,9	-23,4	-11,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-9,6	0,9	-16,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(Continua)

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-Mar. 2024

(%)

Períodos	Mensal(1)	Ano(2)	12 meses(3)
Janeiro 2020	8,0	8,0	-1,7
Fevereiro	7,6	7,8	-1,3
Março	7,2	7,6	-0,1
Abril	-26,5	-1,4	-2,1
Maiο	-21,1	-5,7	-5,0
Junho	-14,9	-7,2	-5,4
Julho	-4,9	-6,9	-5,3
Agosto	-5,1	-6,6	-5,0
Setembro	-1,1	-6,0	-4,9
Outubro	-6,0	-6,0	-5,4
Novembro	0,2	-5,4	-5,3
Dezembro	1,0	-4,9	-4,9
Janeiro 2021	-15,0	-15,0	-6,8
Fevereiro	-21,5	-18,2	-9,1
Março	-19,3	-18,6	-11,1
Abril	-11,4	-17,2	-9,9
Maiο	-20,3	-17,7	-9,6
Junho	-5,8	-15,9	-8,9
Julho	-10,6	-15,1	-9,4
Agosto	-14,1	-15,0	-10,2
Setembro	-14,2	-14,9	-11,4
Outubro	-12,5	-14,6	-12,0
Novembro	-14,6	-14,6	-13,3
Dezembro	-10,3	-14,3	-14,3

(Conclusão)

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-Mar. 2024

(%)

Períodos	Mensal(1)	Ano(2)	12 meses(3)
Janeiro 2022	-1,9	-1,9	-13,2
Fevereiro	0,5	-0,7	-11,5
Março	9,8	2,7	-9,2
Abril	23,7	7,1	-7,1
Maio	32,2	11,6	-3,6
Junho	13,5	11,9	-2,2
Julho	0,6	10,1	-1,1
Agosto	3,8	9,2	0,5
Setembro	-0,4	8,0	2,0
Outubro	-10,4	5,9	2,3
Novembro	-7,6	4,6	3,2
Dezembro	-9,1	3,4	3,4
Janeiro 2023	-7,8	-7,8	2,9
Fevereiro	-2,9	-5,4	2,7
Março	4,3	-2,0	2,2
Abril	4,4	-0,5	1,0
Maio	-2,2	-0,9	-1,3
Junho	-3,2	-1,3	-2,6
Julho	-3,0	-1,5	-2,9
Agosto	-6,2	-2,1	-3,7
Setembro	-8,3	-2,8	-4,4
Outubro	8,5	-1,7	-2,8
Novembro	8,5	-0,9	-1,5
Dezembro	5,5	-0,4	-0,4
Janeiro 2024	7,4	7,4	0,8
Fevereiro	3,9	5,7	1,4
Março	-4,8	1,8	0,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Mar. 2024

(%)

Classes	Mensal(1)	No Ano(2)	12 meses(3)
Rural	-35,1	26,3	16,3
Residencial	4,3	4,1	3,2
Industrial(4)	-44,9	-31,2	-22,4
Comercial	0,5	1,0	0,6
Utilidades públicas(5)	2,3	4,9	1,4
Setor público	5,6	8,9	14,6
Concessionária	-0,9	2,1	0,3
Total	-20,6	-15,2	-14,4

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(4) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(5) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

SERVIÇOS

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo(1) – Bahia – Mar. 2024

(%)

Classes e gêneros	Mensal(2)	No ano(3)	12 meses(4)
Comércio Varejista	11,1	11,4	6,8
Combustíveis e lubrificantes	0,8	5,6	9,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	19,5	16,8	8,3
Hipermercados e supermercados	21,6	18,3	8,6
Tecidos, vestuário e calçados	-16,5	-5,0	-7
Móveis e eletrodomésticos	4,9	3,9	2,1
Móveis	6,5	5,7	0,0
Eletrodomésticos	4,2	2,8	5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,9	9,9	10,3
Livros, jornais, revistas e papeleria	-37,9	-28,7	-27,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-28,7	14,0	12,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	22,9	13,9	-4,3
Atacado Selecionado e Outros(5)	5,8	9,5	5,4
Veículos, motos, partes e peças	-3,2	6,5	4
Material de construção	7,4	16,0	12,7
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-5,5	2,8	-2,9

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(5) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das 11 atividades.

Tabela 9
Exportações, principais segmentos – Bahia – Jan.-mar. 2023/2024

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2023	2024			
Soja e Derivados	433.375	562.902	29,89	22,04	-14,76
Petróleo e Derivados	755.493	507.938	-32,77	19,89	11,33
Papel e Celulose	313.821	339.751	8,26	13,30	3,42
Químicos e Petroquímicos	274.244	243.357	-11,26	9,53	-5,36
Algodão e Seus Subprodutos	55.913	218.826	291,37	8,57	1,97
Metais Preciosos	154.087	155.291	0,78	6,08	98,23
Minerais	85.727	144.492	4,20	5,66	8,34
Café e Especiarias	51.890	66.632	28,41	2,61	-7,61
Metalúrgicos	128.488	56.284	-56,20	2,20	-42,69
Cacau e Derivados	47.766	54.481	14,06	2,13	43,83
Borracha e Suas Obras	51.718	51.024	-1,34	2,00	10,24
Frutas e Suas Preparações	27.741	44.832	61,61	1,76	28,48
Calçados e Suas Partes	20.961	19.739	-5,83	0,77	18,26
Sisal e Derivados	23.118	18.718	-19,03	0,73	1,09
Couros e Peles	9.327	13.477	44,49	0,53	-8,06
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	4.153	10.961	163,96	0,43	40,05
Fumo e Derivados	9.184	8.737	-4,87	0,34	17,12
Carne e suas Miudezas	7.754	7.151	-7,78	0,28	5,30
Milho e Derivados	89.206	5.552	-93,78	0,22	-22,83
Demais Segmentos	17.198	23.910	39,02	0,94	-32,08
Total	2.561.165	2.554.054	-0,28	100,00	14,22

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 11/06/2024, <https://comexstat.mdic.gov.br>

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-mar. 2023/2024

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2023	2024		2023	2024		
China	835.210	1.316.692	57,65	419.595	713.571	70,06	27,94
Singapura	696.678	510.268	-26,76	365.948	332.836	-9,05	13,03
Estados Unidos	271.043	170.732	-37,01	261.197	209.809	-19,67	8,21
Canadá	13.581	19.828	46,00	186.825	180.764	-3,24	7,08
Argentina	113.976	35.294	-69,03	139.145	104.208	-25,11	4,08
Emirados Árabes Unidos	2.240	158.406	6.971,67	3.722	87.690	2.256,32	3,43
Países Baixos (Holanda)	81.394	80.664	-0,90	84.107	72.485	-13,82	2,84
Alemanha	292.480	143.257	-51,02	148.177	71.534	-51,72	2,80
Espanha	21.197	97.192	358,52	18.569	67.947	265,91	2,66
Togo	0	88.195	-	0	61.797	-	2,42
México	30.226	50.676	67,66	33.185	57.659	73,75	2,26
Vietnã	50.897	72.049	41,56	39.516	49.871	26,20	1,95
Taiwan (Formosa)	71.398	72.475	1,51	23.283	39.539	69,82	1,55
Panamá	7.793	64.925	733,13	5.606	36.628	553,38	1,43
Turquia	30.248	22.904	-24,28	23.601	34.377	45,66	1,35
França	20.548	79.483	286,82	12.811	34.316	167,87	1,34
Bangladesh	10.199	17.375	70,36	19.439	32.840	68,93	1,29
Itália	63.445	63.290	-0,25	29.361	30.591	4,19	1,20
Camarões	0	41.950	-	0	30.371	-	1,19
Eslovênia	168	67.368	39.958,31	512	29.889	5.732,68	1,17
Bélgica	31.937	48.159	50,80	55.912	28.583	-48,88	1,12
Polônia	390	49.139	12.486,78	1.342	23.837	1.676,69	0,93
Japão	71.380	12.849	-82,00	60.548	23.129	-61,80	0,91
Chile	5.982	8.741	46,11	15.555	19.882	27,82	0,78
Indonésia	5.010	7.279	45,28	14.436	15.985	10,72	0,63
Finlândia	10.332	10.284	-0,47	27.348	15.769	-42,34	0,62
Colômbia	106.737	9.882	-90,74	71.748	14.780	-79,40	0,58
Coreia do Sul	32.224	26.762	-16,95	15.202	13.390	-11,92	0,52
Portugal	6.239	7.651	22,63	8.584	8.625	0,48	0,34
Romênia	64.427	17.000	-73,61	36.365	7.562	-79,21	0,30
Demais países	795.682	86.402	-89,14	439.527	103.792	-76,39	4,06
Total	3.743.059	3.457.173	-7,64	2.561.165	2.554.054	-0,28	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 11/06/2024, <https://comexstat.mdic.gov.br>
Elaboração: SEI.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

(Continua)

Tabela 11
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
RECEITA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (I)	674.501.783,00	590.478.414,00	1.264.980.197,00
RECEITAS CORRENTES	485.180.408,00	441.482.730,00	926.663.138,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	195.696.425,00	165.530.909,00	361.227.334,00
Impostos	194.458.430,00	163.347.293,00	357.805.723,00
Taxas	1.237.995,00	2.183.616,00	3.421.611,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	232.999.245,00	223.050.154,00	456.049.399,00
Contribuições Sociais	228.899.971,00	217.872.460,00	446.772.431,00
Contribuições Econômicas	4.099.274,00	5.177.695,00	9.276.969,00
Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional		0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	34.068.622,00	34.746.186,00	68.814.808,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	596.649,00	734.848,00	1.331.497,00
Valores Mobiliários	8.175.775,00	10.914.878,00	19.090.653,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	142.057,00	301.560,00	443.617,00
Exploração de Recursos Naturais	22.475.595,00	20.496.339,00	42.971.934,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	1.756.321,00	1.729.448,00	3.485.769,00
Demais Receitas Patrimoniais	922.226,00	569.111,00	1.491.337,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.216,00	2.917,00	6.133,00
RECEITA INDUSTRIAL	853.264,00	1.202.931,00	2.056.195,00
RECEITA DE SERVIÇOS	15.141.861,00	7.799.856,00	22.941.717,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	677.794,00	524.702,00	1.202.496,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	667.096,00	803.346,00	1.470.442,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	38.691,00	52.891,00	91.582,00
Serviços e Atividades Financeiras	13.756.160,00	6.415.198,00	20.171.358,00
Outros Serviços	2.121,00	3.718,00	5.839,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.146,00	31.139,00	63.285,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	-15,00	-15,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.217,00	-5.087,00	-1.870,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.264,00	1.539,00	2.803,00
Transferências de Instituições Privadas	27.156,00	34.749,00	61.905,00
Transferências do Exterior	502,00	0,00	502,00
Transferências de Pessoas Físicas		-74,00	-74,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados		0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	5,00	26,00	31,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.385.608,00	9.118.258,00	15.503.866,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.386.475,00	1.425.562,00	2.812.037,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.414.795,00	2.937.361,00	5.352.156,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	163.736,00	464.480,00	628.216,00
Demais Receitas Correntes	2.420.602,00	4.290.856,00	6.711.458,00
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	21,00	379,00	400,00
RECEITAS DE CAPITAL	189.321.375,00	148.995.684,00	338.317.059,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	162.535.266,00	119.183.833,00	281.719.099,00
Operações de Crédito Internas	154.805.159,00	118.887.413,00	273.692.572,00
Operações de Crédito Externas	7.730.107,00	296.420,00	8.026.527,00

(Continuação)

Tabela 11
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
ALIENAÇÃO DE BENS	61.464,00	31.771,00	93.235,00
Alienação de Bens Móveis	9.686,00	12.456,00	22.142,00
Alienação de Bens Imóveis	51.778,00	19.314,00	71.092,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	5.226.894,00	6.440.294,00	11.667.188,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.757,00	3.546,00	6.303,00
Transferências da União e de suas Entidades	5,00	0,00	5,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	115,00	115,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	2.752,00	3.431,00	6.183,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	21.494.995,00	23.336.240,00	44.831.235,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	21.494.995,00	23.336.240,00	44.831.235,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL A CLASSIFICAR		0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	678.387.945,00	594.103.996,00	1.272.491.941,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	269.114.305,00	269.190.360,00	538.304.665,00
Operações de Crédito Internas	254.717.405,00	269.190.360,00	523.907.765,00
Mobiliária	254.717.405,00	269.190.360,00	523.907.765,00
Operações de Crédito Externas	14.396.900,00	0,00	14.396.900,00
Mobiliária	14.396.900,00	0,00	14.396.900,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	947.502.249,00	863.294.357,00	1.810.796.606,00
DÉFICIT (VI)	5.991.483,00	0,00	
TOTAL (VII) = (V + VI)	953.493.732,00	863.294.357,00	1.816.788.089,00

Receita realizada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
RECEITA (INTRAORÇAMENTÁRIA) (II)	3.191.080,00	3.404.370,00	7.511.744,00
RECEITAS CORRENTES	3.168.630,00	3.404.370,00	7.511.744,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-71,00	1.575,00	1.215,00
Impostos	-265,00	544,00	127,00
Taxas	195,00	1.030,00	1.088,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.138.800,00	3.365.753,00	7.364.980,00
Contribuições Sociais	3.138.276,00	3.365.084,00	7.363.921,00
Contribuições Econômicas	524,00	669,00	1.058,00
Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	246,00	652,00	1.944,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	242,00	651,00	1.941,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	3,00	0,00	3,00
RECEITA INDUSTRIAL	6.021,00	2.091,00	12.652,00
RECEITA DE SERVIÇOS	19.487,00	24.317,00	81.178,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	9.573,00	14.724,00	81.169,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	8,00

(Conclusão)

Tabela 11
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Serviços e Atividades referentes à Saúde	9.906,00	9.586,00	3,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	7,00	7,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.148,00	8.795,00	49.774,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3,00	28,00	43,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	320,00	-820,00	26.138,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos p/ Comp. ao RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	3.826,00	9.587,00	23.595,00
RECEITAS DE CAPITAL	22.450,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.450,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	22.450,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de Capital	0,00	0,00	0,00

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).
 Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 12
Demonstrativo das Despesas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (VIII)	500.848.728,00	579.201.130,00	1.080.049.858,00
DESPESAS CORRENTES	452.282.203,00	468.843.405,00	921.125.608,00
Pessoal e Encargos Sociais	56.274.607,00	56.296.582,00	112.571.189,00
Juros e Encargos Da Dívida	62.996.381,00	49.389.362,00	112.385.743,00
Outras Despesas Correntes	333.011.215,00	363.157.460,00	696.168.675,00
Transferência a Estados, Df e Municípios	94.723.624,00	98.680.646,00	193.404.270,00
Benefícios Previdenciários	141.509.416,00	178.932.606,00	320.442.022,00
Demais Despesas Correntes	96.778.176,00	85.544.209,00	182.322.385,00
DESPESAS DE CAPITAL	48.566.526,00	110.357.726,00	158.924.252,00
Investimentos	639.638,00	1.847.779,00	2.487.417,00
Inversões Financeiras	11.374.766,00	20.125.790,00	31.500.556,00
Amortização da Dívida	36.552.122,00	88.384.157,00	124.936.279,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.118.533,00	4.442.655,00	8.561.188,00
DESPESAS CORRENTES	4.117.312,00	4.442.421,00	8.559.733,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.980.510,00	4.240.784,00	8.221.294,00
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	136.802,00	201.636,00	338.438,00
Demais Despesas Correntes	136.802,00	201.636,00	338.438,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.221,00	234,00	1.455,00
Investimentos	1.221,00	234,00	1.455,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	504.967.261,00	583.643.786,00	1.088.611.047,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	404.666.626,00	260.381.679,00	665.048.305,00
Amortização da Dívida Interna	400.669.868,00	254.053.961,00	654.723.829,00
Dívida Mobiliária	400.362.126,00	252.535.359,00	652.897.485,00
Outras Dívidas	307.742,00	1.518.603,00	1.826.345,00
Amortização da Dívida Externa	3.996.759,00	6.327.717,00	10.324.476,00
Dívida Mobiliária	3.150.000,00	5.767.542,00	8.917.542,00
Outras Dívidas	846.759,00	560.176,00	1.406.935,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	909.633.888,00	844.025.465,00	1.753.659.353,00
Superávit (XIII)		0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	909.633.888,00	844.025.465,00	1.753.659.353,00

Fonte: RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

ESTADO

(Continua)

Tabela 13

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.352.911.914	13.385.761.423	24.738.673.336,64
RECEITAS CORRENTES	10.715.547.746	13.100.135.906	23.815.683.652,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.966.376.459	4.861.127.572	9.827.504.031,04
Impostos	4.668.808.892	4.416.401.015	9.085.209.907,00
Taxas	297.567.568	444.726.556	742.294.124,04
Contribuição de Melhoria	-	-	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	621.853.745	635.080.483	1.256.934.227,29
Contribuições Sociais	621.853.745	635.080.483	1.256.934.227,29
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	-	-	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	0
RECEITA PATRIMONIAL	221.564.211	314.925.543	536.489.753,94
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.065.165	13.238.675	26.303.839,91
Valores Mobiliários	164.376.270	241.555.575	405.931.845,40
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	0,00
Exploração de Recursos Naturais	835.119	927.712	1.762.830,97
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	0,00
Cessão de Direitos	43.287.657	59.203.250	102.490.907,60
Demais Receitas Patrimoniais	0	330	330,06
RECEITA AGROPECUÁRIA	20.742	25.674	46.416,24
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	33.822.891	34.118.309	67.941.200,17
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	29.993.704	29.416.204	59.409.907,66
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0	0	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	98.374	85.454	183.827,74
Serviços e Atividades Financeiras	2.863.295	2.833.701	5.696.996,03
Outros Serviços	867.517	1.782.952	2.650.468,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.592.656.901	6.975.597.355	11.568.254.256,48
Transferências da União e de suas Entidades	3.865.370.264	6.381.574.233	10.246.944.496,86
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	5.503.606	5.644.308	11.147.914,03
Transferências de Outras Instituições Públicas	721.643.977	588.311.435	1.309.955.411,98
Transferências do Exterior	136.053	67.280	203.333,60
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	0
Demais Transferências Correntes	3.000	100	3.100,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	279.252.797	279.260.970	558.513.767,31
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	54.868.403	41.032.407	95.900.809,88

(Continuação)

Tabela 13
Balço Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	29.780.208	31.529.910	61.310.117,81
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	0,00
Demais Receitas Correntes	194.604.186	206.698.653	401.302.839,62
RECEITAS DE CAPITAL	637.364.168	285.625.517	922.989.684,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	559.984.019	112.832.548	672.816.567,04
Operações de Crédito - Mercado Interno	559.984.019	95.490.048	655.474.067,04
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	17.342.500	17.342.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS	510.202	69.309.639	69.819.840,85
Alienação de Bens Móveis	158.702	9.130.225	9.288.927,00
Alienação de Bens Imóveis	351.500	60.179.414	60.530.913,85
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.421.555	12.485.202	24.906.756,81
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.247.636	43.597.183	57.844.818,73
Transferências da União e de suas Entidades	14.247.636	43.597.183	57.844.818,73
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	-	-	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	0,00
Transferências do Exterior	-	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.200.756	47.400.944	97.601.700,74
Integralização do Capital Social	-	-	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	0,00
Demais Receitas de Capital	50.200.756	47.400.944	97.601.700,74
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	449.933.557	464.631.547	914.565.103,69
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	11.802.845.471	13.850.392.970	25.653.238.440,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	0
Operações de Crédito Internas	-	-	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	0,00
Operações de Crédito Externas	-	-	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (V) = (III + IV)	R\$ 11.802.845.471	R\$ 13.850.392.970	R\$ 25.653.238.440,33
DÉFICIT (VI)	-	-	0
TOTAL (VII) = (V + VI)	R\$ 11.802.845.471	R\$ 13.850.392.970	R\$ 25.653.238.440,33
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0

(Conclusão)

Tabela 13

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES	449.933.556,69	464.631.547,00	914.565.103,69
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	447.446.834,30	456.371.855,48	903.818.689,78
Contribuições Sociais	447.446.834,30	456.371.855,48	903.818.689,78
RECEITA DE SERVIÇOS	2.445.458,04	8.075.902,01	10.521.360,05
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	44772,74	414.435,24	459.207,98
Serviços e Atividades referentes à Saúde	2.400.685,30	7.661.466,77	10.062.152,07
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			0,00
Outros Serviços			0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			0,00
Demais Transferências Correntes			0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.264,35	183.789,51	225.053,86
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			0,00
Demais Receitas Correntes	41.264,35	183.789,51	225.053,86
RECEITAS DE CAPITAL			0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			0,00
Demais Receitas de Capital			0,00
TOTAL	R\$ 449.933.556,69	R\$ 464.631.547,00	

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 14
Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.260.514.734	10.711.645.544	18.972.160.278,57
DESPESAS CORRENTES	7.237.408.049	8.947.879.043	16.185.287.092,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.935.259.944	4.978.261.658	9.913.521.601,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	93.213.521	287.250.815	380.464.335,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.208.934.585	3.682.366.570	5.891.301.154,53
Transferências a Municípios	-	-	0,00
Demais Despesas Correntes	2.208.934.585	3.682.366.570	5.891.301.154,53
DESPESAS DE CAPITAL	1.023.106.685	1.763.766.501	2.786.873.186,21
INVESTIMENTOS	846.941.657	1.153.160.943	2.000.102.600,15
INVERSÕES FINANCEIRAS	68.012.473	167.199.079	235.211.551,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	108.152.555	443.406.479	551.559.034,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			0,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	461.143.140	466.317.989	927.461.128,67
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I + II)	8.721.657.874	11.177.963.533	19.899.621.407,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	0,00
Dívida Mobiliária	-	-	0,00
Outras Dívidas	-	-	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	0,00
Dívida Mobiliária	-	-	0,00
Outras Dívidas	-	-	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.721.657.874	11.421.150.350	20.142.808.223,78
SUPERÁVIT (VI)			
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.721.657.874	11.421.150.350	20.142.808.223,78

Despesa executada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
DESPESAS CORRENTES	461.143.140	466.317.989	927.461.128,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	441.432.236	447.311.048	888.743.283,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	0	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.710.904	19.006.941	38.717.844,78
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0,00
INVESTIMENTOS	0	0	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0	0	0,00
TOTAL	461.143.140	466.317.989	927.461.128,67

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia 2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) - LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Tabela 15
Arrecadação mensal – Bahia Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2024-2023

(R\$1,00)

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Janeiro	3.432.693.197,81	2.462.439.434,38	378.310.969,77	288.167.206,32	3.811.004.167,58	2.750.606.640,70
Fevereiro	2.891.222.165,11	2.697.831.920,85	595.530.486,02	601.900.250,34	3.486.752.651,13	3.299.732.171,19
Março		2.743.643.404,62		307.309.527,37		3.050.952.931,99
Abril		3.060.445.630,27		252.450.922,25		3.312.896.552,52
Mai		2.699.032.370,73		264.683.442,85		2.963.715.813,58
Junho		3.024.290.047,73		275.777.334,19		3.300.067.381,92
Julho		3.109.360.845,12		332.569.251,57		3.441.930.096,69
Agosto		2.912.715.490,15		351.744.180,93		3.264.459.671,08
Setembro		2.944.040.294,52		335.490.805,32		3.279.531.099,84
Outubro		3095183092,61		332.362.340,24		3.427.545.432,85
Novembro		3013283067		378.616.668		3.391.899.735
Dezembro		3263726363		199.021.002		3.462.747.366
TOTAL	6.323.915.363	35.025.991.961	973.841.456	3.920.092.932	7.297.756.819	38.946.084.893

Fonte: Sefaz - Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 16
Balança Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.524.651.306	1.699.589.103	4.224.240.409
RECEITAS CORRENTES	2.197.107.876	1.569.678.159	3.766.786.035
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.090.935.474	665.760.172	1.756.695.647
Impostos	930.569.818	608.595.714	1.539.165.532
Taxas	160.365.656	57.164.459	217.530.114
Contribuição de Melhoria	-	-	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	86.412.557	87.684.412	174.096.969
Contribuições Sociais	40.767.723	41.149.492	81.917.214
Contribuições Econômicas	-	-	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	-	-	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	45.644.834	46.534.920	92.179.755
RECEITA PATRIMONIAL	71.218.974	65.743.521	136.962.494
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	6.919.678	6.194.447	13.114.124
Valores Mobiliários	63.100.066	59.548.563	122.648.629
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	1.198.587	179	1.198.766
Exploração de Recursos Naturais	-	-	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	643	332	975
Cessão de Direitos	-	-	0
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	0
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	0
Receita da Indústria de Construção	-	-	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.981.050	12.854.229	20.835.279
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	23.755	2.986	26.741
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	-	-	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	0,00
Outros Serviços	7.957.295	12.851.244	20.808.539
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	898.513.433	714.167.914	1.612.681.348
Transferências da União e de suas Entidades	541.685.372	444.577.454	986.262.826
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	215.266.284	153.797.160	369.063.444
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	145.794	185.894	331.688
Transferências de Outras Instituições Públicas	141.401.348	115.580.663	256.982.010
Transferências do Exterior	-	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	0,00
Outras Transferências	14.635	26.744	41.379
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.046.388	23.467.910	65.514.298
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.536.229	12.003.001	29.539.230
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.349.644	2.726.326	18.075.970
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	0
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	35.714	27.254	62.968
Demais Receitas Correntes	9.124.800	8.711.329	17.836.129

(Conclusão)

Tabela 16

Balança Orçamentária – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
RECEITAS DE CAPITAL	327.543.430	129.910.944	457.454.374
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	305.713.001	89.422.951	395.135.952
Operações de Crédito - Mercado Interno	305.712.854	52.584.202	358.297.056
Operações de Crédito - Mercado Externo	146	36.838.750	36.838.896
ALIENAÇÃO DE BENS	445.289	2.051.422	2.496.711
Alienação de Bens Móveis	-	-	0
Alienação de Bens Imóveis	445.289	2.051.422	2.496.711
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	21.548.065	21.548.065
Transferências da União e de suas Entidades	-	21.548.065	21.548.065
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	0
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	-	-	0
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	0,00
Transferências do Exterior	-	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	21.385.140,62	16.888.505,66	38.273.646
Integralização do Capital Social	-	-	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	0,00
Demais Receitas de Capital	21.385.140,62	16.888.505,66	38.273.646
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	101.191.902	66.244.562	167.436.464
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	2.625.843.208	1.765.833.666	4.391.676.873
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)	-	0	0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	2.625.843.208	1.765.833.666	4.391.676.873
DÉFICIT (VI)	-	0	0
TOTAL (VII) = (V+ VI)	2.625.843.208	1.765.833.666	4.391.676.873

Receita intraorçamentária	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
RECEITAS CORRENTES	101.191.901,62	66.244.562,46	167.436.464,08
CONTRIBUIÇÕES	96.617.486,23	63.235.737,03	159.853.223,26
Contribuições Sociais	96.617.486,23	63.235.737,03	159.853.223,26
RECEITA PATRIMONIAL	165.330,43	170.920,43	336.250,86
Demais Receitas Patrimoniais	165.330,43	170.920,43	336.250,86
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	0,00
Outros Serviços	-	-	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.409.084,96	2.837.905,00	7.246.989,96
Demais Receitas Correntes	4.409.084,96	2.837.905,00	7.246.989,96
TOTAL DE RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	101.191.901,62	66.244.562,46	167.436.464,08

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador (2016/2015), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 17
 Balanço Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2024

(R\$ 1,00)

Despesa liquidada	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.372.066.322,21	2.154.868.121,53	3.526.934.443,74
DESPESAS CORRENTES	1.187.449.146,66	1.715.534.610,34	2.902.983.757,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	514.489.606,81	526.080.631,19	1.040.570.238,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	18.666.743,70	43.356.571,93	62.023.315,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	654.292.796,15	1.146.097.407,22	1.800.390.203,37
DESPESAS DE CAPITAL	184.617.175,55	439.333.511,19	623.950.686,74
INVESTIMENTOS	146.606.800,40	379.864.230,21	526.471.030,61
INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 25.321.344,20	R\$ 27.953.476,91	R\$ 53.274.821,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	12.689.030,95	31.515.804,07	44.204.835,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	0,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	66.138.410,26	66.246.097,52	132.384.507,78
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I+II)	1.438.204.732,47	2.221.114.219,05	3.659.318.951,52
SUPERÁVIT(IV)	0	0	
TOTAL (V) = (III + IV)	1.438.204.732,47	2.221.114.219,05	3.659.318.952

Despesa intraorçamentária	2024		Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
DESPESAS CORRENTES	65.768.961,09	65.872.502,57	131.641.463,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.603.630,66	65.701.582,14	131.305.212,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	165.330,43	170.920,43	336.250,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	369.449,17	373.594,95	743.044,12
INVESTIMENTOS	-	-	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	369.449,17	373.594,95	743.044,12
TOTAL	66.138.410,26	66.246.097,52	132.384.507,78

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

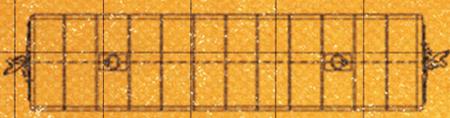
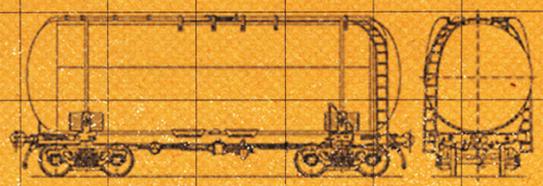
O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou por e-mail (cep@sei.ba.gov.br), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, ORCID (Open Researcher and Contributor ID), titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 20, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DOS ARTIGOS: publicacoes.sei.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento e cep@sei.ba.gov.br
INFORMAÇÕES: 71 3115-4711

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



ESTADO	AMPAIO	PARANÁ	CELESTINO	BOCAIARA	UNIVERSAL	ALVARADO
MARACÁ	ESTRELA	PIRENEA	BOA VISTA	CONGO	CENTRO	LIBERDADE
PRATA	TRINIDADE	URUGUAI	SAFARI	BOQUE	TRINIDADE	TRINIDADE
PRATA	TRINIDADE	URUGUAI	SAFARI	BOQUE	TRINIDADE	TRINIDADE

